

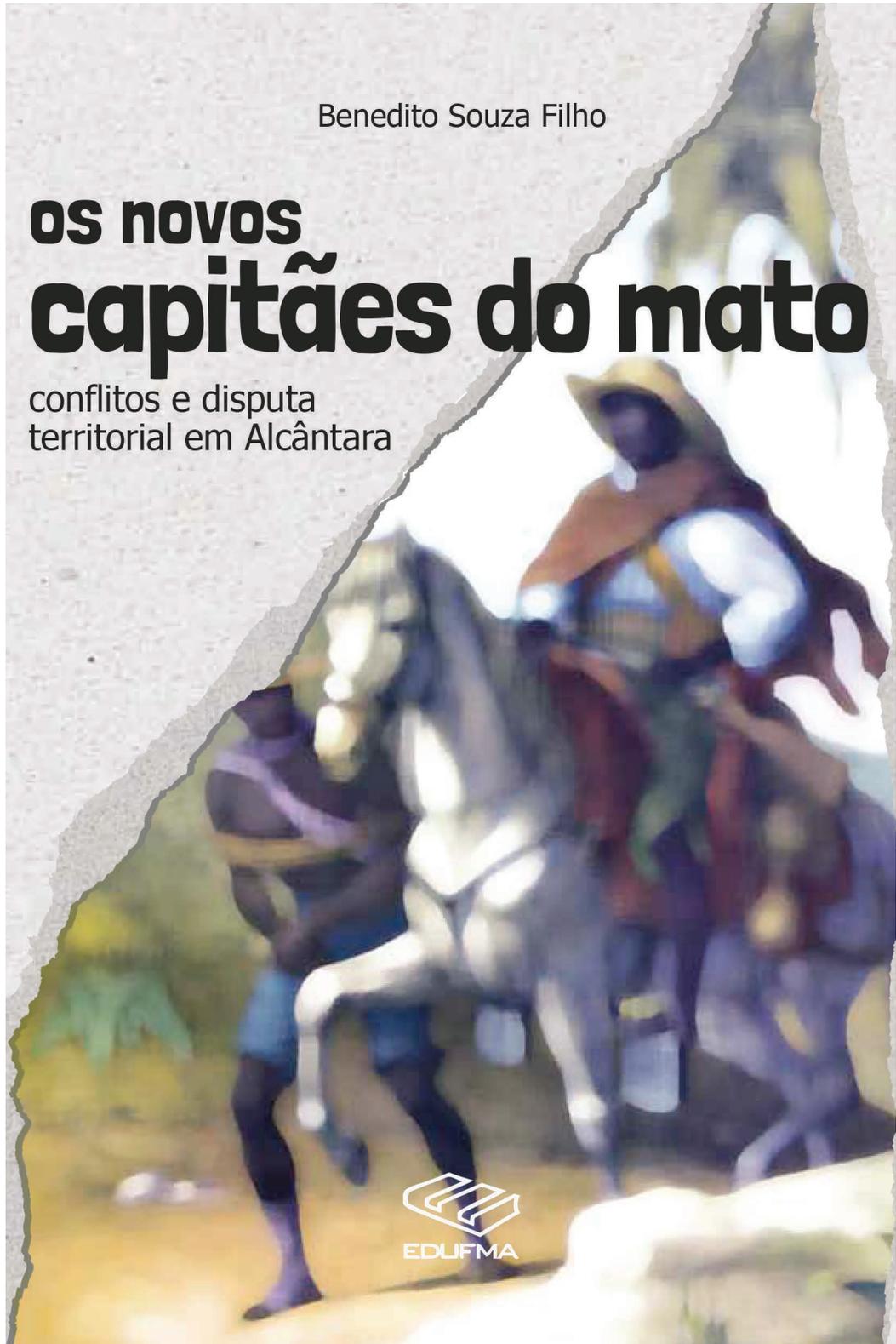
Benedito Souza Filho

os novos capitães do mato

conflitos e disputa
territorial em Alcântara



EDUFMA





BENEDITO SOUZA FILHO

OS NOVOS CAPITÃES DO MATO
CONFLITOS E DISPUTA TERRITORIAL EM ALCÂNTARA



São Luís
2013

Copyright © Benedito Souza Filho 2013

Os Novos Capitães do Mato: conflitos e disputa territorial em Alcântara

Capa: Yuri Nogueira

Projeto Gráfico: Benedito Souza Filho

Imagem da Capa: intervenção artística à obra *Capitão do Mato*, de Johann Moritz Rugendas

Souza Filho, Benedito

Os novos capitães do mato: conflitos e disputa territorial em Alcântara / Benedito Souza Filho. - São Luís: EDUFMA, 2013. 278 p.

ISBN 978-85-7862-272-5

1. Antropologia social - Alcântara -MA.
2. Quilombolas- Alcântara-MA.
3. Identidade étnica. I. Título

CDD 301.812 11
CDU 39 (812.11)

GERUR | Grupo de Estudos Rurais e Urbanos
2013

Impresso no Brasil

Agradecimentos



Aos quilombolas de Alcântara, pela acolhida e colaboração nos momentos de pesquisa.

A Maristela de Paula Andrade, companheira de vida e parceira de trabalho, pela afinidade acadêmica, reafirmada na assinatura conjunta de um dos capítulos aqui apresentados.

A Ana Tereza Ferreira Rocha, pela amizade e parceria que resultou em um dos capítulos que integram este livro.

Agradeço de modo especial à FAPEMA pelo auxílio que propiciou a publicação do presente livro.

Sumário



- 09 Apresentação
- 13 Introdução
- 35 Entre o reconhecimento a e a exclusão: conflito e disputa territorial em Alcântara
- 67 Os novos capitães do mato: as estratégias para a expropriação territorial em Alcântara
- 83 A guerra contra os quilombolas de Alcântara
- 105 Ovo briga com pedra: ação coletiva em contextos de disputa territorial
- 139 Alcântara: ação estatal, geopolítica e tecnologia étnica
- 173 “Noite sobre Alcântara”: romance, metáforas e a decadência como categoria explicativa
- 207 A festa inacabada: drama social, violência simbólica e a constituição de sujeitos liminares
- 245 O patrimônio imaterial dos quilombolas de Alcântara

Apresentação



O município de Alcântara, no Maranhão, foi escolhido pelos militares, ainda na década de 1970, para abrigar um Programa Espacial em razão de estar localizado em uma zona estratégica do planeta em termos geopolíticos. Os desdobramentos das ações do Estado no município, ao longo de mais de trinta anos, vem proporcionando inúmeras transformações na organização social e econômica de milhares de famílias que residem e trabalham na faixa litorânea do município, precarizando e ou ameaçando as suas condições de vida.

Como forma de se contrapor a essa intervenção histórica do Estado, os quilombolas vêm lutando em diferentes fóruns e acionando distintas instituições, como o Ministério Público Federal, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), seja para assegurar o direito constitucional ao território que reivindicam, ou denunciar ações de violação de direitos humanos.

O presente livro procura refletir sobre esse quadro de intervenção oficial e de disputa territorial. Integra um conjunto de trabalhos que é resultado de investimentos de pesquisas desenvolvidas regularmente no município de Alcântara desde 2004. Essas reflexões têm procurado dar conta dos diferentes problemas enfrentados por milhares de famílias quilombolas localizadas em diferentes zonas do município, decorrentes da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara na década de 1980 e da ampliação do Programa Espacial Brasileiro desenhado para o município.

Os trabalhos aqui reunidos já foram apresentados em congressos nacionais e internacionais bem como publicados em periódicos no Brasil e no exterior. Vistos em seu conjunto compõem uma unidade que procura refletir sobre os aspectos sociais, históricos, políticos, simbólicos e identitários relacionados com essa arena de disputa, envolvendo de um lado, setores do Estado em sucessivos governos e, de outro, esses descendentes de escravos e indígenas que, a partir de suas particularidades sociais, econômicas, territoriais e identitárias, integram o grande território étnico de Alcântara.

As análises contidas no conjunto dos capítulos procuram cobrir os variados problemas vividos pelas milhares famílias em um período de mais de 30 anos de implantação do Centro de Lançamento de Alcântara. Visam dar conta das situações de conflito, de expropriações, de remanejamento compulsório e de estratégias de resistência e mobilização acionadas pelos remanescentes de quilombos.

Em virtude da escassez de trabalhos que tratem dos diferentes aspectos relacionados com a histórica disputa territorial em Alcântara, o conteúdo aqui apresentado representa um esforço de traçar um panorama desse quadro de antagonismo e disputa territorial, evidenciando as várias facetas do problema que desde a década de 1980 envolve em uma grande arena, setores do Estado, instituições

Apresentação

de apoio e cooperação de diferentes tipos, organismos internacionais, instituições públicas, estruturas de mediação, órgãos de representação, pesquisadores e os remanescentes de quilombo que, mediante variados mecanismos de luta, reivindicam a regularização definitiva de seus territórios.

Introdução



O trabalho do antropólogo em contextos de lutas por reconhecimento territorial

A luta pelo reconhecimento de direitos territoriais de *remanescentes de quilombos* em diferentes regiões do Brasil tem colocado os antropólogos em forte evidencia. Em determinados contextos são percebidos como profissionais que desempenham um importante papel na caracterização desses sujeitos de direito. Em outros são identificados como agentes políticos que mais se assemelham a militantes e que, na visão daqueles que pretendem as áreas ocupadas pelos quilombolas, atrapalham o “desenvolvimento” do país. Podem ser ainda percebidos com agentes que disputam espaços de visibilidade com mediadores vinculados a distintas instituições.

Para além das disputas e dos papéis atribuídos, tributários de clivagens ideológicas e políticas e de equívocos interpretativos relacionados com a atuação dos antropólogos, a antropologia parece ter sido alçada à condição de disciplina importante nesse cenário de demanda pela regularização de territórios quilombolas a ponto de

justificar inclusive a contratação de profissional com essa designação pelo Estado.

Aqui caberia refletir sobre as várias facetas dessa nova evidência da antropologia e do profissional que a pratica, tomando como moldura os enfrentamentos cada vez mais acirrados que envolvem, de um lado, comunidades quilombolas que reivindicam seus territórios e, de outro, particulares, empresas privadas ou mesmo setores do Estado contrários à regularização desses territórios.

A promulgação da Constituição de 1988 gerou enormes expectativas em relação à regularização de territórios quilombolas em diferentes partes do país. O Artigo 68 dos ADCT, que parecia assegurar essa garantia, foi sendo progressivamente combatido de modo a frustrar as expectativas de regularização de territórios quilombolas. A não realização dessa garantia constitucional tem gerado conflitos e problemas que dificultam a reprodução material e social de milhares de famílias quilombolas espalhadas por diferentes regiões do país.

A comprovação dos direitos territoriais dos quilombolas, a partir de caracterizações sociológicas e recuperações históricas sobre as formas de apossamento, não é difícil de ser realizada. No trabalho dos antropólogos é recorrente identificar situações nas quais os ex-escravos não precisaram evadir-se para se constituir como grupos autônomos em termos sociais e produtivos. A consolidação de suas territorialidades ocorreu, em muitos casos, ainda na vigência da escravidão.

Em muitas fazendas, por exemplo, os escravos tinham “permissão” para implantar roçados, mas na verdade era essa pequena produção que assegurava alimentos às unidades monocultoras. É por essa razão que Stuart Schwartz (1996) chama atenção para a emergência de um campesinato negro coetâneo à vigência da escravidão. Tal campesinato foi sendo consolidado a partir do que ele caracterizou de brecha camponesa.

Foi justamente nessas brechas camponesas que se pôde ver o embrião da consolidação dessas territorialidades. Verificou-se o controle progressivo de muitas dessas áreas que passaram às mãos de ex-escravos, sem a fuga ou sublevação, por meio de numa dinâmica da negociação verificada entre senhores e escravos (LARA, 1988; REIS e SILVA, 2005).

Esse processo que resultou em formas diferenciadas de controle territorial por parte de ex-escravos, pode ser considerado como modalidades de aquilombamento que se deram sem a necessidade de evasão, sublevação ou mesmo enfrentamento. O próprio declínio econômico de muitos proprietários de engenhos e fazendas, ou mesmo abandono de terras por parte de ordens religiosas, como ocorreu em Alcântara, criou as condições para a permanência de descendentes de escravos e indígenas em muitas áreas, caracterizando inúmeras situações sociológicas.

Entre o fim do regime de Sesmarias em 1822 e a lei de terras de 1850, ainda na vigência do regime servil, observa-se o controle de amplas porções de terras por parte de ex-escravos, cujo regime de apossamento baseava-se no uso comum da terra e demais recursos naturais. No Maranhão, em distintas regiões, podemos encontrar inúmeras situações que caracterizam um campesinato de uso comum.

Muitas situações de doação, aquisição e transmissão por herança ocorreram nesse intervalo de tempo. Foi nesse período que se ampliou a consolidação de territorialidades controladas por ex-escravos a partir da quebra econômica de muitos senhores. É por essa razão que os relatórios antropológicos que temos produzido no Maranhão situam a autonomia de muitos desses grupos justamente nesse intervalo (SOUZA FILHO, 1998; SOUZA FILHO e PAULA ANDRADE, 2007).

Em termos de direito a terra, esses grupos conseguiram ainda na vigência da escravidão assegurar amplas áreas que, mediante

processos fraudulentos (via legalização cartorial) ou violentos foram perdendo a autonomia conquistada. Se o Artigo 68 procura dar conta dessa dívida social e histórica, temos que compreender que os processos de autonomia territorial e direito desses quilombolas estão marcados por essas peculiaridades conjunturais.

A comunidade quilombola de Bom Sucesso, no município de Mata Roma, é um exemplo disso. Passaram a ter controle do território que reivindicam em 1820. Desde então até o primeiro quarto do século XX mantiveram sob controle o seu território. A partir de 1920, por atos seguidos de grilagem e regularização fraudulenta dessas áreas tomadas, perderam parte considerável do território que haviam consolidado.

Em 1998, no âmbito de um trabalho acadêmico, elaborei um relatório antropológico de identificação de Bom Sucesso que foi apresentado pelo grupo inicialmente à Fundação Cultural Palmares como tentativa de reaver o território usurpado. Somente agora, quinze anos depois da realização do relatório antropológico de Bom Sucesso, que o processo voltou a tramitar no âmbito da Superintendência do INCRA, no Maranhão.

A retomada da tramitação do processo de regularização do território de Bom Sucesso só foi possível porque intercedemos, em 2008, junto a antropóloga da Superintendência do INCRA no Maranhão, que solicitou o envio da cópia do processo que “dormia” nas prateleiras da Fundação Cultural Palmares ¹ em Brasília durante dez anos,

1. Em 1998, quando o relatório antropológico foi preparado e enviado a Brasília, era a Fundação Cultural Palmares que se ocupava dos processos de regularização dos territórios quilombolas no Brasil. Quando essa atribuição foi repassada ao INCRA, muitos processos não foram transferidos da Fundação Cultural Palmares para o INCRA. O de Bom Sucesso foi um deles.

sem que nenhum mediador tradicional, por compromisso militante, tomasse qualquer iniciativa para que o processo tivesse andamento.

Segundo uma agenda de trabalho construída pelo INCRA, resultante de demanda do Ministério Público Federal em audiência pública realizada em julho de 2011, foi programada a retomada dos trabalhos pelo INCRA para finalizar as etapas pendentes do processo para fins de publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação. Apesar da retomada do processo em 2008, e da determinação do Ministério Público Federal para a finalização do processo, até o final de 2013 ainda não haviam sido concluídos os procedimentos administrativos por parte do INCRA para fins de regularização definitiva do território de Bom Sucesso.

Apesar dessas iniciativas não sabemos mais quanto tempo os quilombolas de Bom Sucesso terão que esperar para ter assegurado o direito a seu território, tal como estabelece a Constituição Federal. Essa morosidade do processo de titulação do território de Bom Sucesso, não é um caso isolado. Inúmeras situações espalhadas pelo país padecem do mesmo problema.

É o caso da comunidade quilombola Santa Maria dos Pinheiro, localizada no município de Itapecuru. Em 2006, eu e a antropóloga Maristela de Paula Andrade fomos contratados pela Superintendência do INCRA no Maranhão para realizar pesquisa para produção de relatório antropológico de identificação dessa comunidade quilombola. Realizamos a pesquisa e, mesmo não tendo sido pagos pelos serviços contratados, entregamos graciosamente ao INCRA o Relatório Antropológico de Identificação em 2007 por compromisso ético e respeito aos quilombolas de Santa Maria.

Apesar da existência do relatório antropológico de identificação que, segundo os técnicos do INCRA, era a peça técnica que faltava para que os problemas enfrentados pelas famílias de Santa Maria dos Pinheiro fossem resolvidos, o processo de regularização do terri-

tório não teve andamento e as famílias dessa comunidade quilombola, que vivem confinadas em 400 hectares, não puderam até hoje ter assegurado o seu direito constitucional.

O que se observa agora é a dificuldade do próprio Estado em reconhecer tais direitos territoriais, em função de muitos casos, como o de Alcântara, estar relacionado com seus próprios interesses em utilizar amplas áreas do território étnico como reserva para fins de comercialização no mercado aeroespacial.

Os impedimentos à regularização de territórios quilombolas, em situações como a de Alcântara, no Maranhão, e Marambaia, no Rio de Janeiro, envolvem portanto interesses e a necessidade de controlar áreas consideradas estratégicas, seja por razões de segurança militar, seja por motivos econômicos, ou mesmo por justificativas geopolíticas.

O caso dos quilombolas de Alcântara é emblemático nesse sentido. A regularização definitiva do território étnico está condicionada à exclusão de uma área de mais de 12.000 hectares localizada no Norte do município, próxima ao litoral. Essa decisão foi tomada por um conjunto de entes do Estado que integraram uma Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal que foi instalada porque a Casa Civil da Presidência da República e alguns ministérios, como o da Defesa e o da Ciência e Tecnologia argumentavam que toda a ampla zona do litoral do município era uma área de interesse aeroespacial, portanto, de interesse do Estado e que deveria ser excluída do território a ser destinado aos quilombolas.

Para que se tenha idéia da área pretendida pelo Estado nesse novo momento, somando-se essa área considerada de interesse aeroespacial (12.000 hectares) com a já controlada pelo Centro de Lançamento de Alcântara (8.713 hectares) e a pretendida pela Agência Espacial Brasileira (543 hectares), o total a ser excluído chega 21.266 hectares.

Condicionar a regularização do território quilombola de Alcântara à exclusão dessa ampla área significa operar com um lógica impositiva orientada por interesses econômicos e políticos. As justificativas apresentadas, referidas a razões estratégicas, geopolíticas e por vezes de segurança nacional, acabam funcionando como instrumentos para transformação dessa ampla área ocupada historicamente pelos quilombolas em uma zona de sacrifício.

Nesse caso, a zona de sacrifício significaria esvaziar a presença dos quilombolas de uma área estratégica não só para as centenas de famílias do litoral, mas de todo o interior do município. Nesse caso, a razão de Estado se sobreporia à razão dos quilombolas, a partir da imposição de uma nova fronteira legal.

O estabelecimento dessa zona de sacrifício, apesar de representar um tipo de etnocídio (CLASTRES, 2004), é justificada porque na perspectiva daqueles que defendem a reserva desse espaço, os interesses do Estado acabam sendo mais importantes que o destino de centenas de famílias quilombolas.

Nessa perspectiva, o sacrifício de algumas centenas deve ser encarado como uma espécie de mal necessário, pois acreditam que um objetivo maior, que é o de assegurar o controle dessa porção do território quilombola para fins de comercialização no mercado aeroespacial, é mais importante que a reprodução material e social das famílias que vivem e trabalham nessa parte do município. A área que passaria ao controle do Estado, a partir do estabelecimento dessa zona de sacrifício, pelo exercício da violência legítima do Estado (WEBER, 2001), pode ser entendida como uma espécie de espólio de guerra.

O desenvolvimento do trabalho antropológico nesses contextos de disputa e tentativas de expropriação, como a verificada na situação dos quilombolas de Alcântara, proporciona um grau de exposição que muitas vezes redundam em retaliação política que impede a

realização de outros trabalhos técnicos indispensáveis à regularização de territórios quilombolas em muitas regiões do país.

Nesse cenário de luta pela regularização dos territórios quilombolas encontram-se os antropólogos, que com sua *expertise*, com o olhar formatado pela disciplina, como diria Cardoso de Oliveira (2002), tem contribuído para a caracterização desses sujeitos de direito ou para o entendimento das dinâmicas sociais e políticas relacionadas com as disputas territoriais envolvendo os *quilombolas* e seus antagonistas.

Os contextos de disputas territoriais nos quais os antropólogos são por vezes requisitados a participar como especialistas, seja pela via da contratação ou solicitação de trabalho voluntário, permitem identificar uma arena política resultante de lutas sociais históricas.

O cenário político do final dos anos 1980, que permitiu a inclusão do Artigo 68 na Constituição Brasileira de 1988, abriu o debate nacional sobre a regularização de territórios *quilombolas* no Brasil e possibilitou tanto a reflexão acadêmica sobre o tema quanto a mobilização crescente de muitas organizações sociais que, acionando a identidade política de remanescente de quilombos, reivindicavam a regularização definitiva de seus territórios .

Foi a partir desse novo cenário de lutas pelo reconhecimento de territórios de diferentes grupos sociais que o trabalho do antropólogo passou a ser demandado com maior frequência. Essa demanda social pelo trabalho do antropólogo, fez com se ampliasse ainda mais o que Michael Burawoy (2009) denominou de compromisso social da ciência.

Essa perspectiva é apontada pelo autor como uma sociologia pública. A “sociologia pública põe a sociologia em diálogo com públicos, entendidos como pessoas que estão elas próprias em conversação. Isso envolve, portanto, uma dupla conversação” (BURAWOY, 2009, p. 24)

Essa perspectiva de diálogo sublinhada por Burawoy superou uma tendência até então vigente. Nos anos 1950 alguns intelectuais advogavam um princípio da “ciência pura”, alegando triunfantes que a pré-história da sociologia havia terminado e o caminho para ciência estava aberto. No entanto, na década de 1960, os inflamados protestos por direitos civis, pela liberdade de expressão e pela paz abriu espaço a uma dura crítica à sociologia do consenso.

O que sustentava esse ideário da “ciência pura”, segundo Burawoy, era um certo conservadorismo de muitos intelectuais que procuravam não se envolver com os problemas sociais, priorizando os interesses eminentemente acadêmicos. No entanto, “se a sucessão das gerações políticas e a mudança nos conteúdos da sociologia representaram uma lâmina da tesoura, a outra lâmina, movendo-se na direção contrária, é o mundo que nós estudamos” (BURAWOY, 2009, p. 23).

O contexto pós Constituição de 1988 permitiu que muitos antropólogos, nos termos assinalados por Burawoy, passassem a intensificar o diálogo com os grupos que reivindicavam seus territórios.

Não é exagerado falar que em muitos casos, esse espaço do diálogo com aqueles que estudamos foi sendo gradativamente modificado. Da interlocução com agentes sociais das realidades localizadas, ou seja, os grupos mais diretamente interessados em resolver o problema de regularização dos seus territórios, muitos antropólogos passaram a valorizar o diálogo com mediadores ou instâncias de mediação que se converteram ou foram convertidas em porta-vozes nem sempre “autorizados”.

A proclamação dessa autoridade, como instrumento de poder e de reconhecimento, foi possível graças a esse desvio do diálogo, permitindo a alguns mediadores a ampliação deste com novos interlocutores situados em diferentes órgãos ou setores do Estado. O conteúdo dos diálogos com os novos agentes da interação priorizou as

políticas compensatórias para os *quilombolas* via liberação de recursos solicitados por meio de demandas e projetos dirigidos a distintos lugares institucionais.

Sem que os próprios *quilombolas* pudessem interferir em relação a tal prática, o resultado desastroso desse tipo diálogo estabelecido por alguns mediadores foi o de priorizar a administração de recursos e projetos em detrimento da organização e mobilização dos *quilombolas* com vistas a regularização definitiva de seus territórios.

O caso dos *quilombolas* de Alcântara, no Maranhão, é um exemplo emblemático dessa prática de diálogo torto de certos mediadores com instâncias do Estado. Ali diferentes ministérios desaguarão grande volume de recursos via projetos os mais diversos. O efeito daninho dessa prática, que acabou atendendo aos interesses de determinados agentes, foi justamente o de substituir o trabalho de mobilização nas bases para exigir a titulação do território quilombola pela gestão de recursos que serviu para beneficiar um grupo reduzido de pessoas que se ocupavam dessa função.

Se nesse novo cenário a antropologia aparece como destaque e o antropólogo como especialista que dá visibilidade a esse tipo de saber, faz-se necessário a realização de uma espécie de etnografia de nós mesmos, para não descambarmos para uma valorização excessiva e acrítica como se as nossas ações e comportamentos convergissem para um caminho sem conflito, problemas ou disputa por espaços de consagração ou de poder. Essa reflexão é necessária para não deixarmos que esse importante princípio de diálogo de que fala Burawoy seja subvertido.

Diferentemente daquela crítica desconstrutivista realizada por figuras como Stephen Tyler (1998) ou James Clifford (1998), vinculados à chamada antropologia pós moderna, devemos discutir sobre esse lugar de destaque da antropologia e de visibilidade que o antropólogo passou a assumir nesse novo contexto.

Essa reflexão é necessária por dois motivos. Primeiro, para não banalizarmos a própria antropologia; segundo, para não cairmos na perigosa e ingênua crença de que todos podem ser antropólogos, desde que participem do clube daqueles que realizam relatórios de identificação, como uma espécie de moda do momento.

Esse aspecto é importante não por significar rigorosamente a defesa de um campo de atuação profissional, mas pelo conjunto de aspectos relacionados com as demandas pela elaboração de peças técnicas, como os relatórios antropológicos, para integrarem processos de regularização territorial junto aos órgãos fundiários nas órbitas federal e estadual. Nesse caso, a prática do antropólogo deve levar em consideração as questões éticas, que não podem ser pensadas separadamente do princípio da responsabilidade social do cientista.

Sem sermos excessivamente pósmodernos, o refinamento dessa análise evitaria cairmos na esterelizante desconstrução pela desconstrução que muito inspirou a postura e as reflexões dos antropólogos chamados pós-modernos que, entre outros aspectos, questionavam justamente o lugar e o papel tanto da antropologia quanto do antropólogo. Não devemos incorrer no erro de jogar fora a criança com a água do banho.

O envolvimento dos antropólogos na realização de peças técnicas (laudos antropológicos, pareceres, relatórios de identificação, informações técnicas e estudos sobre impactos ambientais), se pensarmos nessa modalidade de atuação profissional, remonta à década de 1970, com os trabalhos voltados para a regularização de áreas indígenas (LIMA e BARRETO FILHO, 2005; LIMA, 2005; CHAVES, 2005).

De lá para cá houve não só uma diversificação desse trabalho profissional, mas também um aprimoramento das discussões em função dos aspectos políticos e normativos relacionados com outros sujeitos políticos. Os *remanescentes de quilombos* aparecem como um

desses segmentos que demandam o trabalho do antropólogo para a produção de peças técnicas.

Na década de 1980, no âmbito da redemocratização do país, assistiu-se emergência de movimentos sociais que colocaram em cena grupos étnicos que reivindicavam direitos territoriais. O artigo 68 da Constituição de 88 deu visibilidade aos chamados *remanescentes de quilombo* e criou as condições para que, no âmbito da antropologia, fossem realizados esforços no sentido de refinar as discussões conceituais com vistas à caracterização desses novos sujeitos de direito (ALMEIDA, 1996, 2002; LEITE, 1999; O'DWYER, 1995, 2002; PAULA ANDRADE, 2003; SOUZA FILHO, 2004) .

Essas conjunturas desenharam cenários que acabaram contribuindo para uma nova visibilidade da antropologia e do profissional que a pratica. Nesse novo cenário a prática profissional teve que ser repensada, associando a produção do conhecimento, ancorada no rigor científico, com a responsabilidade social do cientista, colocando esse tipo de saber a serviço dos grupos que estuda, não por compromisso militante, mas como prática epistemológica intrínseca à antropologia (SARDAN, 2008)

Nova visibilidade da antropologia porque em algum momento de sua história ela foi identificada negativamente, como filha do colonialismo. Nessa nova conjuntura o antropólogo que realiza uma antropologia implicada (ALBERT, 1991), como sinônimo de responsabilidade social do cientista, se apresenta como um profissional que, reafirmando esse compromisso político e acadêmico, passa a produzir conhecimento no sentido de defender os interesses dos grupos vulneráveis da sociedade ou de segmentos com os quais trabalha.

Esse novo momento de visibilidade da disciplina, em função das demandas por reconhecimento de direitos e garantias territoriais, serve para por também em evidência o profissional encarregado de

produzir conhecimento antropológico que atenda a essas exigências sem prescindir do rigor acadêmico .

Em relação a esse aspecto, em função da configuração de um campo consagrado aos especialistas, ser antropólogo ou ser identificado como tal, envolve uma disputa por vezes velada por espaços de consagração ou reconhecimento.

Quem é antropólogo? O que caracteriza esse profissional? Aqueles que foram contratados pelo Estado como podem ser classificados? Ser antropólogo virou uma classificação estatal?

Uma resposta possível seria: é antropólogo aquele que faz antropologia! E onde se aprende a fazer antropologia? Não é sem razão que a discussão sobre o trabalho técnico do antropólogo, traduzido em laudos, relatórios de identificação, pareceres, historicamente falando, remete a indissociabilidade desse trabalho da atividade de pesquisa, do acúmulo de experiência, dos investimentos que o qualificam como profissional da antropologia.

Isso serve para por em relevo a antropologia como ciência e não o modismo do ser antropólogo, determinado pela atual conjuntura. Mas, independentemente das razões da evidência da antropologia, o fato é que existe um campo de atuação profissional fortemente estruturado que pode inclusive contribuir para uma perigosa hierarquização profissional.

Acredito que desde a década de 1970, com os trabalhos técnicos dos antropólogos, avançamos muito tanto em termos das conquistas pelo exercício profissional quanto do aprofundamento teórico e metodológico relativo aos novos agentes políticos que entraram na cena política pós Constituição de 1988.

A reflexão acerca de uma antropologia da ação, bastante referida nesse contexto de lutas por reconhecimento territorial, fruto do envolvimento e compromisso político e ético dos antropólogos com os grupos com os quais trabalham, talvez deva ser revista e, para esse

novo momento, talvez seja necessário refletirmos sobre uma antropologia comprometida, não no significado militante, mas no sentido ético, político e reflexivo sobre o envolvimento dos antropólogos nesse novo momento: uma antropologia implicada.

Essa antropologia implicada (ALBERT, 1991), deve levar em consideração o papel e o lugar do antropólogo não só como produtor de conhecimento, mas também como um agente político, suscetível de mobilizar sua *expertise* a favor dos grupos que demandam sua intervenção. A adoção dessa perspectiva inclui também a reflexão sobre a sua própria prática nesse novo momento de disputa e de confrontação.

Ao falar sobre isso quero me colocar nessa reflexão como autor e parte. O meu lugar como antropólogo no tratamento das questões de disputa territorial. No Maranhão, temos nos ocupado com a produção de conhecimento bem como com a elaboração de peças técnicas seja para o INCRA, seja para Procuradoria da República, seja para o IPHAN (SOUZA FILHO e PAULA ANDRADE, 2007; SOUZA FILHO, 2008; SOUZA FILHO e PAULA ANDRADE, 2009a, SOUZA FILHO e PAULA ANDRADE, 2009b). Nesses trabalhos temos atuado também como mediadores que por vezes interfere na própria dinâmica da mediação dos grupos com outros mediadores tradicionais vinculados a entidades de representação, aqueles que assumem a posição e o papel de porta-vozes nem sempre autorizados.

Estamos nos convertendo em um outro tipo de mediador cujo papel se dá justamente nos contextos de produção desses trabalhos técnicos. Chegamos por vezes interferir nas tramas políticas justamente porque conhecemos, por obrigação de ofício, pela via da reflexão, a dinâmica dos mediadores tradicionais e os seus interesses postos em jogo.

O sentido de jogo, nesse caso, assume uma conotação peculiar, pois se assemelha a disposições estratégicas dos agentes sociais e re-

presentantes de instituições que, reconhecendo a dinâmica do jogo, estabelecem seus próprios movimentos no ato de jogar valendo-se do capital que dispõem para participar do jogo e a sua própria posição no campo em disputa.

O jogo posto em funcionamento configura-se como um campo de forças no qual os que se colocam em disputa valem-se inclusive da dinâmica da disputa para assegurar a sua permanência no campo (BOURDIEU, 1994).

O sentido da disputa estaria relacionado com os níveis de atribuição. Ainda que não se possa dividir mecânica e rigidamente tais competências, aos intelectuais caberia a tarefa de atuar no plano acadêmico. Aos mediadores, a esfera da ação política e do diálogo com instâncias do Estado, assim como com agências de apoio e cooperação tidas como parceiras nas lutas pelo reconhecimento territorial das chamadas *comunidades remanescentes de quilombos*.

Em relação a tal aspecto e sem nenhuma conotação desqualificadora, na dinâmica do campo de disputa a distribuição de competências não obedece a uma rigidez ortodoxa, já que se pode constatar, e guardando-se as devidas proporções, intelectuais (no sentido acadêmico do termo) atuando como mediadores e mediadores que procuram atuar como intelectuais, já que sua prática política requer o manejo de conhecimento especializado.

Essa separação, ainda que problemática, se mostra funcional, pois dilui nos diferentes campos parcelas de responsabilidades que acabam sendo utilizadas para justificar a existência e permanência desses campos. A consolidação das noções de *quilombo* ou *remanescentes de quilombo* nos campos político ou intelectual, faz com que seu uso e visibilidade adquiram uma força que transcenda o próprio contexto social de produção de significado, destinando-se a emprestar níveis de poder e prestígio, seja ele político ou acadêmico.

Essa tendência de divisão de atribuições, além da dimensão técnica é determinada por um modelo de relação com o Estado ou mesmo com instituições nacionais e internacionais, e orientado para a garantia de direitos ou para a luta contra formas de expropriação e violência. Esse modelo de relação acaba reforçando os papéis e dando visibilidade àqueles que tomam parte em cada um desses campos.

Para além dessa antropologia implicada, o problema da não regularização definitiva de territórios quilombolas, não diz respeito somente à luta nos campos jurídico e institucional. Diz respeito também a uma disputa no campo acadêmico. A consolidação de um *métier* próprio de “especialistas”, tem gerado enfrentamentos, ainda que velados, para reafirmar nomes em um campo fortemente estruturado a partir das “competências” para lidar com a chamada “questão quilombola”.

A antropologia, para além de sua importância como um tipo de conhecimento que pode contribuir para a garantia de direitos territoriais a segmentos sociais diferenciados, se converteu em objeto de disputa em virtude dessa especialização temática.

Bibliografia

ALBERT, Bruce. *Anthropologie appliquée ou anthropologie impliquée? ethnographie, minorités et développement*. In: **Les applications de l'anthropologie: ethnographie, minorités et développement**. Paris, 1991. pp 87-118

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. "Quilombos: sematologia face a novas identidades". In: **Frechal – Terra de preto. Quilombo reconhecido como reserva extrativista**. São Luís: SMDDH/PVN, 1996, pp. 1-19.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. "Os quilombos e as novas etnias". In: **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: ABA/FGV, 2002, pp. 43-81.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. "Os quilombos e o mercado de terras". In: **PORANTIM**, Ano XXVI, N° 272, Brasília-DF, Jan/Fev-2005.

BOURDIEU, Pierre Wacquant, Löic, J. D. "Las finalitats de la sociologia reflexiva (el seminari de Chicago)". In: **Per a una sociologia reflexiva**. Barcelona: Herder, 1994. pp. 45-187.

BURAWOY, Michael. "Por uma sociologia pública". In: BRAGA, Ruy e BURAWOY, Michael. **Por uma sociologia pública**. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 15-66.

CHAVES, "A identificação de terras indígenas e os relatórios de identificação e delimitação da FUNAI: reflexões sobre a prática da antropologia no Brasil (1988-2003)". In: LIMA, Antonio Carlos de Souza e BARRETO FILHO, Henyo Trindade (Orgs.) *Antrpologia e Identificação – os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002*. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED /CNPq/FAPERJ/

IIEB, 2005, pp.137-146.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência**. São Paulo: Cosac e Naify, 2004.

CLIFFORD, James. “Sobre la autoridade etnográfica”. In: REYNOSO, Carlos (Compilador). **El surgimento de la antropologia posmoderna**. Barcelona: Gedisa, 1998. pp. 141-170.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEITE, Ilka Boaventura. “Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização”. In: **Horizontes Antropológicos**, Ano 5, N° 10. Porto Alegre :PPGAS, 1999.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. “Os relatórios antropológicos de identificação de terras indígenas da Fundação Nacional do Índio: notas para o estudo da relação entre antropologia e indigenismo no Brasil, 1968-1985”. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza e BARRETO FILHO, Henyo Trindade (Orgs.) **Antropologia e Identificação – os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002**. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED /CNPq/FAPERJ/IIEB, 2005, pp. 75-118.

LIMA, Antonio Carlos de Souza e BARRETO FILHO, Henyo Trindade. “Antropologia e Identificação – os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002 – Uma apresentação”. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza e BARRETO FILHO, Henyo Trindade (Orgs.) **Antropologia e Identificação – os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002**. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED /CNPq/FAPERJ/IIEB, 2005, pp. 9-28.

O'DWYER, Eliane C. “Remanescentes de quilombos na fronteira amazônica: a etnicidade como instrumento de luta”, In: **Terra de Qui-**

lombos, Rio de Janeiro: ABA, 1995, pp I1 - I11.

O'DWYER, Eliane Cantarino. "Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos". In: **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: ABA/FGV, 2002, pp. 13-42.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do Antropólogo**. São Paulo/Brasília: Editora UNESP/Paralelo 15, (2002)

OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre. **La rigueur du qualitatif: les contraintes empiriques de l'interprétation sócio-anthropologique**. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 2008.

PAULA ANDRADE, Maristela de. "De pretos, negros, quilombos e quilombolas: notas sobre a ação oficial junto a grupos classificados como remanescentes de quilombo". In: **Boletim Rede Amazônia**, Ano 2, nº 1. Rio de Janeiro:IRD / PPGAS-UFRJ / NAEA-UFPA, 2003, pp. 37-43.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHWARTZ, Stuart B. **Slaves, Peasants, and Rebels – reconsidering brazilian slavery**. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 1996.

SOUZA FILHO, Benedito. **Bom Sucesso: uma terra de preto. Relatório Antropológico de Identificação**. São Luís, 1998.

SOUZA FILHO, Benedito. Quilombos e quilombolas: múltipla hermenêutica e politização semântica. III Congresso de Pesquisadores Negros. São Luís, 2004.

SOUZA FILHO, Benedito. **Os Pretos de Bom Sucesso: terra de preto, terra de santo, terra comum**. São Luís: EDUFMA, 2008.

SOUZA FILHO, Benedito e PAULA ANDRADE, Maristela de. **Os**

Herdeiros de Zeferino – Relatório antropológico de identificação da comunidade remanescente de quilombo de Santa Maria dos Pinheiro. São Luís: INCRA, 2007.

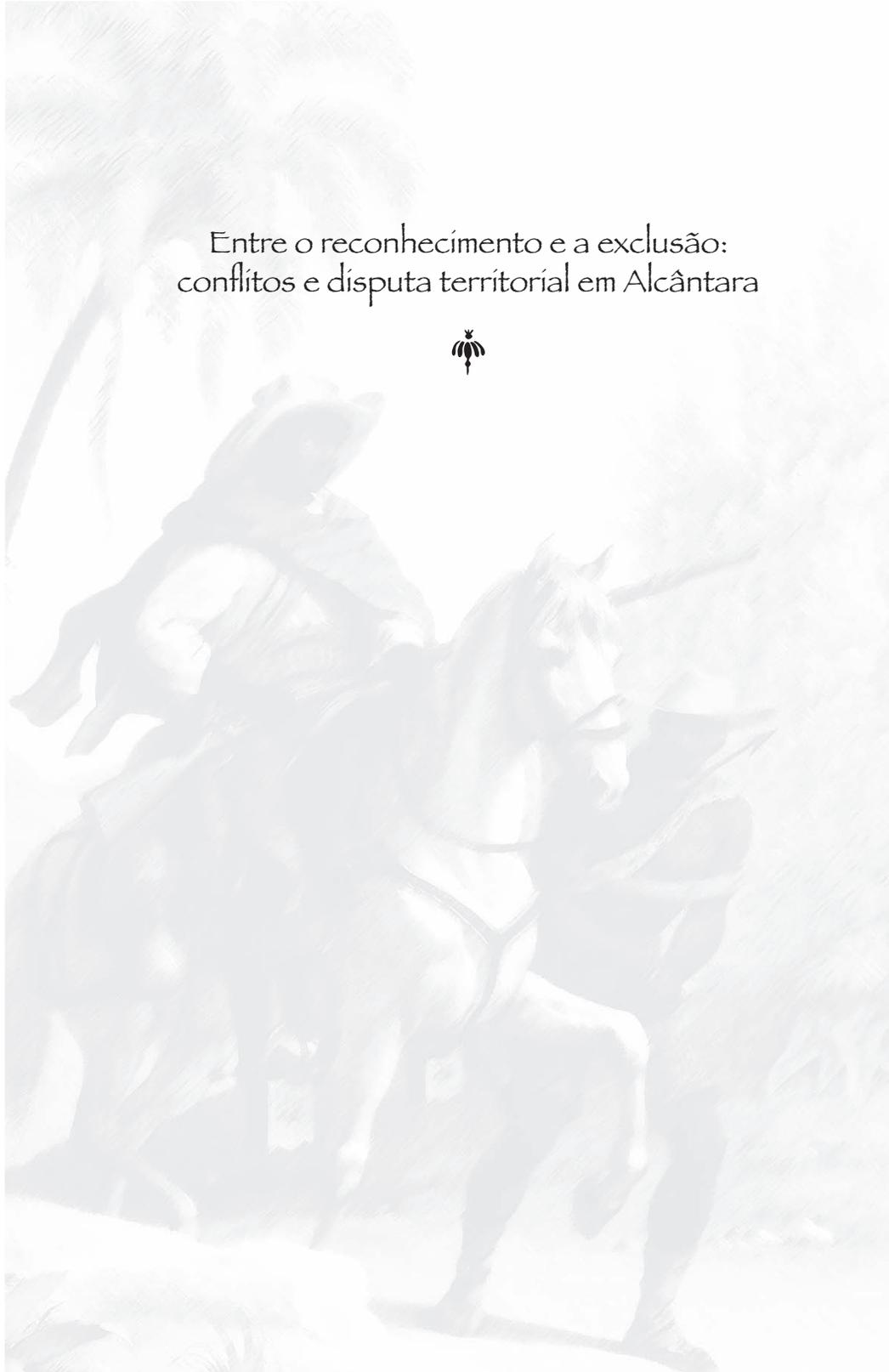
SOUZA FILHO, Benedito e PAULA ANDRADE, Maristela de. “A Base de Lançamento e seus impactos sobre as populações tradicionais de Alcântara”. In: CARNEIRO, Marcelo Sampaio e COSTA, Wagner Cabral da . **A Terceira Margem do Rio.** São Luís: EDUFMA, 2009a, pp. 57-83.

SOUZA FILHO, Benedito e PAULA ANDRADE, Maristela de. Inven-tário Nacional de Referências Culturais do Município de Alcântara – Relatório Final. São Luís: IPHAN, 2009b, mimeo.

TYLER, Stephen. “Acerca de la ‘descripción/desescritura’ como un ‘hablar por’”. In: REYNOSO, Carlos (Compilador). **El surgimento de la antropologia posmoderna.** Barcelona: Gedisa, 1998. pp. 289-294.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais,** Parte 2, São Paulo, Cortez; Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

Entre o reconhecimento e a exclusão:
conflitos e disputa territorial em Alcântara



Entre o reconhecimento e a exclusão: conflitos e disputa territorial em Alcântara¹

A publicação em 2008 do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território dos quilombolas de Alcântara, no Maranhão, ensejou a mobilização de diferentes Ministérios que, em um primeiro momento, contestaram a área definida pelo RTID e, posteriormente, sugeriram a exclusão da ampla faixa litoral do município como reserva de território para empreendimentos futuros.

Com destacada mobilização do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), vinculado à Casa Civil, o resultado da mobilização de diferentes entes do Estado, via Câmara de Conciliação e Arbitragem, foi a indicação da supressão de 12 mil hectares do território dos quilombolas como pré-condição para a titulação definitiva do território reivindicado.

O cenário atual de disputa territorial em Alcântara é resultado de um longo processo histórico de intervenção do Estado que remonta à década de 1980, levado a cabo pelo Ministério da Aeronáutica. Os desdobramentos do Programa Espacial Brasileiro, na década de 1990, possibilitaram a entrada em cena de outros entes do Estado

¹ Apresentado no GT 44 "Grandes projetos e dinâmicas culturais: efeitos locais na identidade camponesa e formas atuais de resistência a processos de desterritorialização", na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida de 2 a 5 de julho de 2012 na PUC-SP.

em virtude de redefinição de interesses e de projetos pensados para Alcântara.

Ademais da existência do Centro de Lançamento de Alcântara, controlado por militares desde o início da década de 1980, a criação do Centro Espacial de Alcântara permitiu que a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a INFRAERO, controladas por civis, passassem a dirigir outros projetos para o município.

As iniciativas da AEB de planejar a implantação de novos sítios de lançamento acabaram propiciando a mobilização de diferentes entidades, órgãos de representação e partidos políticos no sentido de apoiar as famílias residentes na área pretendida ante a ameaça de novos remanejamentos compulsórios.

A experiência desastrosa de remanejamento compulsório de mais de 300 famílias de 21 localidades para sete *agrovilas*, ocorrida na década de 1980, para fins de instalação do CLA (MORAES e SOUZA FILHO, 2006; ROCHA, 2007), tem sido lembrada nesse momento em que muitos Ministérios falam em novas possibilidades de expropriação e remanejamento daqueles que vivem e trabalham nos povoados situados dentro da área atualmente pretendida.

Historicamente essa disputa territorial foi mediada por representações cartográficas que estratégica e ideologicamente produziram a invisibilidade desses segmentos que vivem e trabalham na franja litoral do município pretendida pelo Estado.

Como forma de contestar essa invisibilidade, as famílias camponesas têm sempre afirmado, em diferentes fóruns, que esse projeto desenhado pelo Estado para Alcântara é incompatível com o modo de vida que levam. Essa arena, na qual se movimentam diferentes instituições e agentes, revela uma disputa territorial na qual ficam evidentes, por uma parte, os interesses aeroespaciais e geopolíticos do Estado e, por outra, a conservação e o controle do território, indispensáveis à reprodução material e social de milhares de famílias.

A reserva de território pensada pelo Estado, representa, no presente, nova ameaça de expropriação que pode comprometer de forma radical as condições de vida e trabalho de centenas de famílias camponesas que historicamente vivem na área pretendida.

Os interesses divergentes do Estado e dos quilombolas pós publicação do RTID concorreram para a geração de um impasse que torna a titulação definitiva do território quilombola de Alcântara uma questão bastante delicada, já que a ampla área do litoral do município é considerada estratégica tanto para o Estado (por razões geopolíticas e comerciais), quanto para os *quilombolas*, por assegurar a reprodução social e material de centenas de famílias.

O reconhecimento dos direitos constitucionais dos quilombolas via emissão do título definitivo de propriedade, acaba sendo condicionada à exclusão dessa área pretendida pelo Estado. Assim, a disputa territorial instaurada submeteu os quilombolas a uma situação indefinida, passando eles a viver uma expectativa entre o reconhecimento pleno do seu território e a exclusão de parte importante dele.

Perímetro do Território quilombola de Alcântara



Fonte: INCRA

Esse condicionamento da titulação do território quilombola à exclusão da área que interessa ao Estado faz lembrar o que Yves Lacoste sublinha ao falar dos mecanismos associados aos rearranjos territoriais. De acordo com este autor:

É preciso perceber que o *aménagement* do território não tem como único objetivo o de maximizar o lucro, mas também o de organizar estrategicamente o espaço econômico, social e político, de tal forma que o aparelho de Estado possa estar em condições de abafar os movimentos populares (LACOSTE, 2003, p. 30).

É por essa razão que representantes de diferentes ministérios têm insistido que deve ser buscada a conciliação, de modo a contemplar tanto os interesses dos quilombolas quanto os do Estado. Assim, tem sido recorrente “a abundância de discursos que se referem ao ‘aménagement’ do território em termos de harmonia, de melhores equilíbrios a serem encontrados” (LACOSTE, 2003, p. 30).

Para além das razões estratégicas e geopolíticas que subjazem a esse quadro de disputa, o problema atualmente vivido pelos quilombolas nesse enfrentamento com o Estado, remete a dois aspectos importantes: um relacionado com uma concepção de espaço; outro associado à idéia de vazío demográfico.

Ao desenhar o projeto espacial para o município de Alcântara, os militares que integravam a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE), ainda na década de 1970, e em plena vigência do regime militar, viam Alcântara apenas como uma localização estratégica, como um espaço a ser ocupado, e que reunia as condições técnicas para a implantação de empreendimentos aeroespaciais. A localização a dois graus da linha do equador, que possibilitaria a entrada em órbita mais rápida dos artefatos lançados dessa região, e a proximidade ao mar, que permitiria a segurança dos lançamentos, foram as principais variáveis técnicas que justificaram aquele espaço como propício aos interesses do Estado.

Associada à noção de espaço como sinônimo de características físicas e climáticas, a idéia de vazío demográfico corroborava os argumentos apresentados pelos militares e que tornavam Alcântara

sinônimo de localização geográfica privilegiada. A baixa densidade demográfica, como equivalente de vazio demográfico, foi apontada pelos militares como outro fator que favorecia a implantação do projeto (FERNANDES, 2011, p. 2).

O desconhecimento da formação histórica e sociológica do município por parte dos militares justifica a percepção dos lugares ocupados por milhares de famílias, como espaços vazios, portanto livres para instaurar projetos de interesse do Estado.

Diferentemente dessa perspectiva, o processo de territorialização (OLIVEIRA, 1999) realizado por esses descendentes de escravos e indígenas que ocupam historicamente esses espaços, conferiram personalidade a esses lugares, convertendo-os, como sublinha Marc Augé (2000), em lugares antropológicos.

Para este autor, um “lugar antropológico”, refere-se à “construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ele, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ele designa um lugar, por mais humilde e modesto que ele seja” (AUGÈ, 1994, p. 51).

Esse aspecto de atribuir significados aos lugares, de convertê-los em lugares antropológicos, portanto, recobertos de significados, é também destacado por Maurice Halbwachs (2000, p. 139) ao dizer:

Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ao menos naquilo que havia nela de mais estável.

A possibilidade de exclusão dessa parte do território quilombola, como também ressalta Halbwachs (2003, p. 140), põe em evidência a importância que o lugar tem para as famílias porque

os acontecimentos excepcionais também têm lugar neste quadro espacial, mas porque na ocasião certa o grupo tomou consciência com mais intensidade daquilo que ele era desde há muito tempo até este momento, e porque os vínculos que o ligaram ao lugar se tornaram claros, no momento em que iam se romper. (...) Um acontecimento grave sempre causa uma mudança nas relações do grupo com o lugar, seja porque modifique o grupo em sua extensão, seja porque modifique o lugar.

Subjacente à idéia de vazio demográfico, como justificativa para a implantação do projeto aeroespacial, prevaleceu um princípio de negação do conceito de lugar das famílias, definido por sua cultura. Se na década de 1980 essa negação da cultura possibilitou a implantação do projeto aeroespacial pensado para Alcântara, nos anos que se sucederam à promulgação da Constituição de 1988, a cultura e a identidade coletiva dos quilombolas foram utilizadas como principal elemento de contestação.

A incorporação na Constituição Federal do Artigo 68 nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias contribuiu para que inúmeras comunidades quilombolas espalhadas pelo Brasil passassem a utilizar esse dispositivo constitucional para reivindicar territórios historicamente ocupados. O caso de Alcântara não foi diferente.

Em relação a tal aspecto vale à pena destacar o papel e o lugar que a identidade passou a desempenhar na luta pela defesa e garantia de território após a promulgação da Constituição de 1988. Esse aspecto é relevante porque a categoria remanescente de quilombo passou a ser a principal ferramenta de interlocução com o Estado.

Cabe destacar que em Alcântara a identidade quilombola, como instrumento de interlocução e negociação com o Estado só passou a ser acionada mais fortemente nos anos 2000. Antes, a categoria *atingido*, para se referir àqueles afetados direta ou indiretamente pelas ações do Estado, era o instrumento tímido e limitado de interlocução. Com a intensificação das mobilizações de diferentes instituições,

já nos anos 2000, a identidade quilombola passou a funcionar como principal instrumento das ações políticas no diálogo com o Estado.

Em decorrência da situação de conflito e ameaça, a identidade de *remanescente de quilombo* acabou funcionando como uma identidade de resistência, “criada por atores que se encontram em posições/ condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos” (CASTELLS, 2001, p. 24).

Com relação à utilização dos conceitos como forma de construir uma identidade a ser manejada no plano político “não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece” (CASTELLS, 2001, p. 23). Nesse caso, o cenário político e a necessidade de garantir a permanência em seus territórios concorreram para a emergência da identidade quilombola como instrumento de luta política.

Em termos de uma cronologia da intervenção do Estado, distintos setores tomaram a frente das ações dirigidas para Alcântara. Assim, podemos ver, em um primeiro momento, o envolvimento do Ministério da Aeronáutica, seguido pela Infraero, a AEB e mais recentemente a Casa Civil e os Ministérios da Defesa, da Ciência e Tecnologia e também o Gabinete de Segurança Institucional vinculado à Casa Civil.

Na década de 1990, depois da implantação do CLA, na década anterior, a Agência Espacial Brasileira (AEB) passou a realizar ações em Alcântara no sentido de dar andamento à ampliação do Programa Espacial Brasileiro. Essa iniciativa passou a ser coordenada por civis. Os militares continuaram a gerenciar o CLA.

Nesse momento as discussões giravam em torno da proposta de implantação de vários sítios de lançamento. A retomada das atividades nesse período dava uma nova feição ao projeto. A proposta de construção de vários sítios de lançamento abria possibilidades comerciais no mercado aeroespacial e visava atrair outros países que desejassem implantar seus empreendimentos nessa zona estratégica. Ao pensar nessa possibilidade comercial, a AEB vislumbrava a transferência de tecnologia como parte dos acordos comerciais com aqueles países que dominavam a tecnologia aeroespacial.

Como a implantação dessa proposta implicava adoção de modificações na configuração espacial do município, o diálogo com as famílias situadas na área litorânea foi mediado pela apresentação de mapas que indicavam a distribuição dos sítios de lançamento. A primeira proposta apresentava a criação três sítios de lançamento, quatro sítios institucionais (destinados a dar apoio aos de lançamento) e uma área de infraestrutura.

A apresentação dessa proposta com a localização dos diferentes sítios de lançamento, institucionais e de infra estrutura foi acompanhada de discursos de que a sua implantação não afetaria as famílias, de que não haveria remanejamento e que as unidades residenciais não seriam afetadas, porque os *sítios* as contornariam. Nessas representações espaciais, toda a complexidade social e econômica das diferentes localidades se resumiam a um ponto perdido entre as diferentes figuras geométricas.

Contrariamente a esse entendimento, as famílias argumentavam que a proposta afetaria a sua organização social e econômica, já que reduziria consideravelmente as áreas destinadas às atividades agrícolas, como também o acesso àqueles espaços onde realizavam as atividades de pesca, indispensáveis à segurança alimentar das famílias não apenas do litoral, como as de outras áreas do município (PAULA ANDRADE e SOUZA FILHO, 2006).

A AEB, de sua parte, insistia no discurso de que a implantação do empreendimento era compatível com a permanência das famílias. Em decorrência desse impasse e das ameaças que as propostas da AEB e INFRAERO representavam para as famílias naquele momento, foi organizado em 1999 um grande seminário em Alcântara para discutir as implicações da proposta da AEB e INFRAERO para as famílias. Além de representantes das localidades ameaçadas, órgãos de representação, instituições de apoio, intelectuais e integrantes de partidos, representantes da Procuradoria Geral da República de Brasília também estiveram presentes.

A intensificação das ações da AEB e da INFRAERO, e as primeiras tentativas de acordos internacionais para utilização de áreas de Alcântara para construção de bases espaciais, fez com que os movimentos sociais, órgãos de representação e representantes das famílias ameaçadas pelos novos empreendimentos intensificassem suas

ações junto a órgãos como o Ministério Público Federal, no sentido de buscar alternativas de modo a evitar que tal projeto se consolidasse.

Apesar de suspenso o acordo com os Estados Unidos, logo no início do primeiro governo Lula, por apresentar cláusulas restritivas de parte dos americanos, e não oferecer possibilidades de transferência de tecnologia (SOUZA FILHO, 2003), ficou claro que o projeto de alugar áreas do município para outros países para fins de implantação de bases de lançamento de artefatos espaciais era algo irreversível.

O acordo com os Estados Unidos, apesar de frustrado, serviu para que a mobilização das famílias e das entidades que lhes prestavam apoio se intensificasse. Nesse movimento duas ações merecem destaque, porque concorreram para redesenhar as ações de mobilização e intensificar a interlocução com o Estado.

A primeira foi a realização do laudo antropológico sobre os quilombolas de Alcântara pelo antropólogo Alfredo Wagner, a pedido do Ministério Público Federal em 2002, que identificou um território étnico com uma área de 85.537,3601 hectares (ALMEIDA, 2002). A segunda, foi decorrente das informações contidas no laudo antropológico. A partir do conteúdo dessa peça técnica o Ministério Público Federal interpôs a Ação Civil Pública de N° 2003.8868-2 contra União e a Fundação Cultural Palmares (FCP), na qual obrigava a FCP a proceder o reconhecimento dos 152 povoados identificados como comunidades remanescentes de quilombo e estabelecer titulação da área indicada no laudo.

A partir desse momento, a disputa territorial entre o Estado e os quilombolas passou para a esfera da justiça federal, abrindo amplos debates sobre os interesses divergentes em jogo. Apesar de dar um novo ânimo aos quilombolas, a judicialização da disputa não significou um arrefecimento das ações do Estado em relação ao pro-

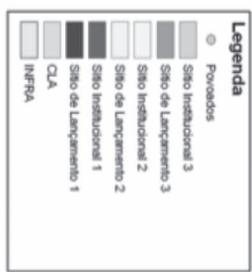
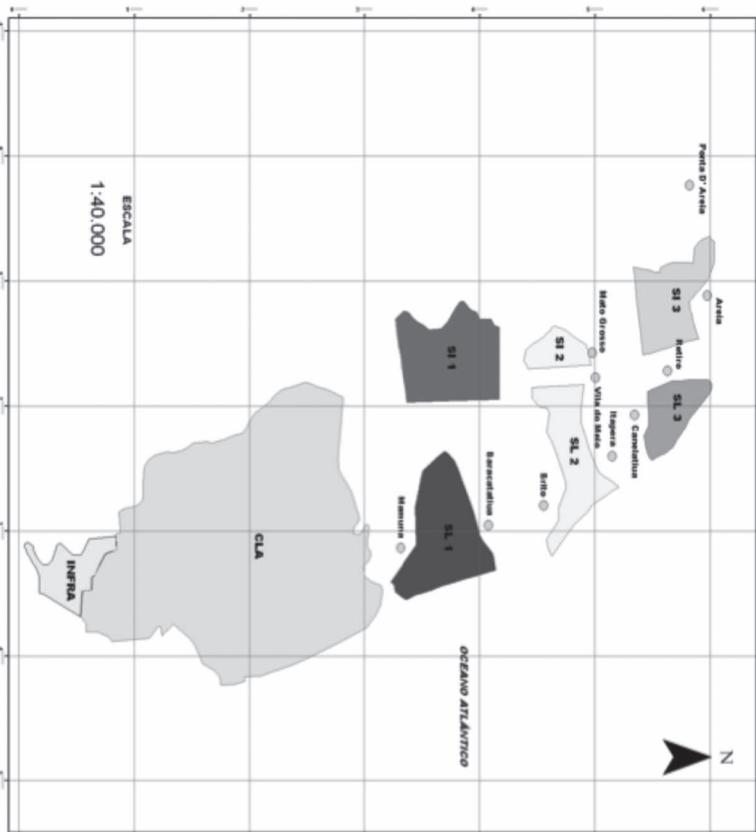
jeto de implantação de bases de lançamento de outros países em Alcântara.

A prova disso é que em 2003, mesmo ano em que o Ministério Público Federal ingressou com a Ação Civil Pública que pedia a titulação da área indicada no laudo antropológico, o governo brasileiro assinou um acordo de cooperação técnica com a Ucrânia para usos pacíficos do espaço, promulgado pelo Decreto Nº 5.266 de 08.11.2004. Para gerenciar as atividades decorrentes desse acordo, em 2005 foi criada a entidade jurídica Alcântara Cyclone Space (binacional Brasil-Ucrânia).

A assinatura do acordo de cooperação técnica com a Ucrânia comprometia o Brasil a criar as condições de infra-estrutura para a construção de uma plataforma de lançamento. Nesse momento foi retomada a proposta de construção dos sítios de lançamento na faixa litoral contígua à área do CLA.

Como forma de dar andamento a esta proposta, em 2006 foi realizado em Alcântara um seminário organizado pelo Grupo Executivo Interministerial (GEI), para apresentar aos quilombolas a proposta de criação do Centro Espacial de Alcântara (CEA), um complexo composto por seis áreas destinadas a abrigar projetos aeroespaciais.

NOVA PROPOSTA DE SÍTIOS INSTITUCIONAIS E DE LANÇAMENTO DA AEB - ALCANTÁRARA - MA



PLANO DE BANCOS ADAPTADO A PARTIR DO MAPA DA AEB DA AEB - ALCANTÁRARA - MA, COM BASE CARTOGRAFICA DE REFERENCIA - BGE (2008) UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO



Fonte: GERUR. Elaborado por Juscinaldo Goes Almeida

A imagem antes mostrada, com a disposição dos sítios, foi a proposta apresentada naquele seminário aos quilombolas. Segundo a AEB, representava uma modificação da proposta anterior, já que reduzia o número de sítios de sete para seis. Na verdade, tratava-se da mesma proposta já que o que era apresentado como redução, significava a fusão de dois sítios institucionais. Além de não alterar a proposta, os integrantes do Grupo Executivo Interministerial (GEI) insistiam que ela não afetaria a vida das famílias.

Vale destacar que nesse momento do seminário de 2006, a AEB ficou como coadjuvante. O protagonismo ficou por conta dos representantes da Casa Civil que coordenaram a reunião do GEI que contou com representantes dos Ministérios da Aeronáutica, do Desenvolvimento Agrário, da Ciência e Tecnologia, além de representantes da Fundação Cultural Palmares e da SEPPIR. A idéia era sair daquele seminário com a anuência dos quilombolas para o desenvolvimento do projeto de criação do Centro Espacial de Alcântara.

Contrariando as expectativas do GEI, os quilombolas presentes recusaram a proposta e decidiram interromper o seminário. Argumentaram que a proposta era pouco esclarecedora e que não explicitava de modo convincente o que aconteceria com as famílias. Pediram documentos aos representantes dos Ministérios que melhor esclarecessem a proposta e determinaram um prazo de 180 dias para responder ao GEI após a leitura dos documentos.

Também em 2006, outro elemento agregou força à mobilização dos quilombolas: o resultado da Ação Civil Pública. A sentença da Justiça Federal determinou, entre outras providências, que o INCRA realizasse todos os procedimentos com vistas à titulação definitiva do território quilombola de Alcântara tal como estabelecido no Laudo Antropológico.

Apesar dessas vitórias dos quilombolas, que sinalizavam para a garantia do território reivindicado, as atividades da Alcântara Cy-

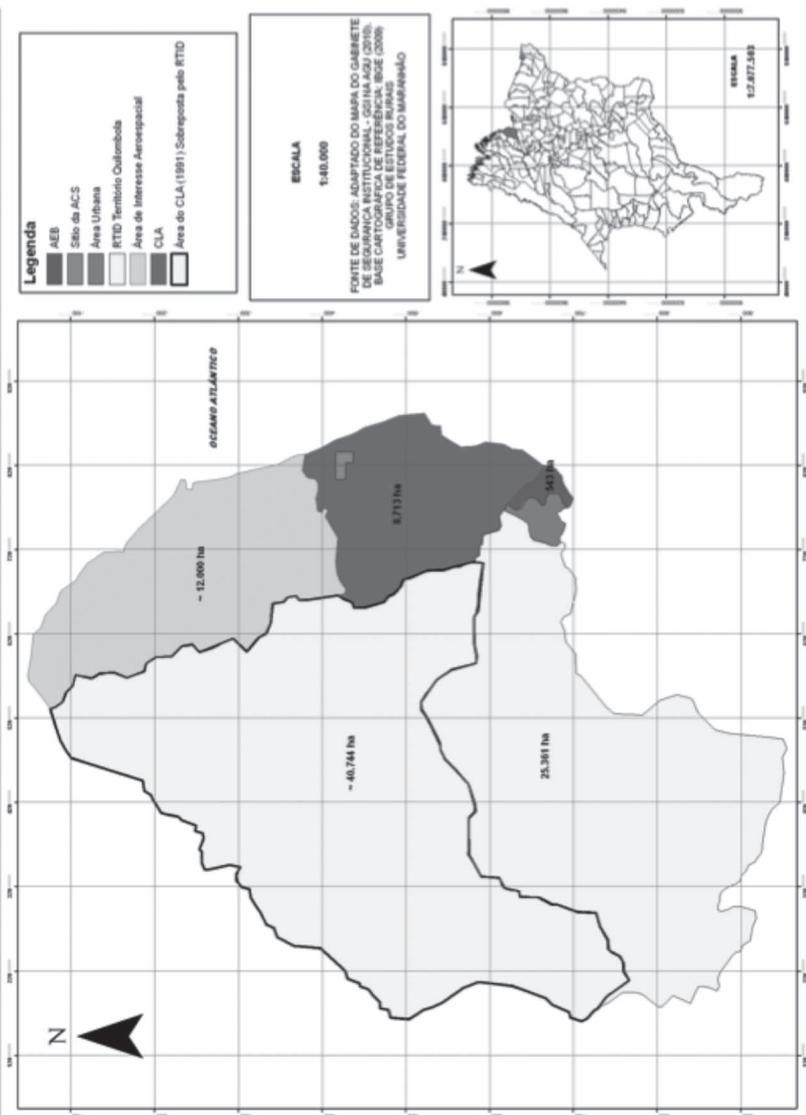
clone Space (ACS) tiveram andamento, mesmo contrariando o que havia sido decidido na justiça federal.

Em 2007, a realização de serviços de pré-engenharia por empresas subcontratadas pela ACS, entre as comunidades quilombolas de Mamuna e Baracatatiua acabou precipitando conflitos com as famílias que, sentindo-se ameaçadas pela destruição de roças e de recursos considerados importantes, embargaram a obra em fevereiro de 2008. Tal conflito teve que ser resolvido por meio de acordo na Justiça Federal entre os quilombolas e a ACS, que a partir de acordos com setores do governo, reorientou a construção de sua base de lançamento para dentro da área do CLA.

A transferência do projeto da ACS para o interior da área do CLA representou uma vitória parcial dos quilombolas, reforçada pela publicação do RTID do território étnico em dezembro de 2008. Essa alegria foi ofuscada pelo volume de contestações apresentadas. Somente o Gabinete de Segurança Institucional apresentou mais de 100.

O que parecia o fim de um longo percurso de luta, acabou dando lugar a inúmeras incertezas. Terminado o prazo reservado às respostas às contestações, e provocada pelos Ministérios da Justiça e da Defesa, a Advocacia Geral da União solicitou uma ampla reunião com entes do Estado em torno de uma Câmara de Conciliação e Arbitragem, já que principalmente os Ministérios da Defesa e da Ciência e Tecnologia não pensavam abrir mão da zona do litoral do município, considerada de interesse aeroespacial. O resultado disso foi a sugestão da supressão de toda a área litoral do município, e não mais aquelas correspondentes aos sítios de lançamento e institucionais conforme assinalado no mapa a seguir.

PROPOSTA DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL PARA DEFINIÇÃO DE ÁREA DE INTERESSE AEROSPACIAL - ALCANTARA - MA



Fonte: GERUR. Elaborado por Juscinaldo Goes Almeida

Diferentemente das representações cartográficas anteriormente apresentadas aos quilombolas, a proposta de exclusão de área sugerida pelo Gabinete de Segurança Institucional mostra-se como a mais radical em termos de expropriação, já que prevê o completo esvaziamento da área contígua à controlada pelo CLA sem apresentar nenhuma alternativa de relocação da população atualmente residente nessa zona.

Apesar do radicalismo da proposta de exclusão, os argumentos cinicamente apresentados pelos entes do Estado que sugeriram a exclusão de toda a faixa litorânea, do perímetro a ser titulado em nome dos quilombolas, é que estes ainda ficariam com uma área relativamente grande, uma vez que o Estado estaria suprimindo apenas 12 mil hectares.

Tais argumentos converteram toda a complexidade social e econômica dos quilombolas em mera questão matemática, como se tudo se resumisse a números ou a tamanho de áreas. De parte dos quilombolas essa ampla área também é estratégica em função das condições de solo, da grande variedade dos recursos vegetais e das áreas de pesca, indispensáveis à sua organização social e econômica.

Contrapondo-se às justificativas apresentadas pelo Estado para a exclusão e controle dessa área, as famílias que residem e trabalham nessa zona argumentam que tais interesses não se fundamentam em projetos específicos a ser implantados, porque não existem, e que a concretização dessas pretensões pode provocar danos irreparáveis à sua organização social e econômica. Diferentemente da lógica do Estado que deseja controlar essa zona como reserva de território para empreendimentos futuros, consideram essas áreas como indispensáveis à sua reprodução material e social no presente.

Os quilombolas residentes nessa área vivem em espaços sociais específicos e interconectados. Em termos ecológicos, a forma como se relacionam e se apropriam dos recursos naturais, assegura a sua pre-

servação. Estão relativamente preservados porque tem a ver com um tipo particular de saber (GEERTZ, 1994; SOUZA FILHO, 2003), empiricamente aprendido e reproduzido, fruto de uma relação próxima e respeitosa com os recursos naturais disponíveis, percebidos como a fonte que assegura a reprodução social e material desses segmentos.

O que se observa com essa proposta de expropriação é que a ação estatal pode transformar a paisagem social e ecológica do município, ameaçando a reprodução física e social de centenas de famílias que por mais de dois séculos ocupam a área atualmente pretendida.

A exclusão dessa área atingirá também um sistema social que articula um conjunto de unidades sociais localizadas dentro e fora da área pretendida, alterando padrões de relações historicamente consolidados, como os de parentesco e compadrio assim como aqueles de natureza econômica, cultural, simbólica e ambiental.

Nesse quadro de disputa observa-se que estão em jogo duas formas distintas de representação sobre o espaço social e natural. Isso significa dizer que “as ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e de sua relação com ele. São a substância das representações coletivas acerca dos lugares que impulsionam sua transformação ou o acomodamento nele. Expressim, enfim, localizações e identidades, matérias-primas da ação política. Adentrar o movimento de produção e consumo destas ideologias implica melhor precisar o universo das complexas relações entre cultura e política” (MORAES, 1988, p. 44).

A intervenção oficial, uma vez consolidada, modificará radicalmente um modelo de relação com os recursos naturais historicamente definido que, dentre outros aspectos, disciplina o seu uso e manejo. Além disso, a ação expropriatória pretende estabelecer uma

divisão relativa à percepção e utilização do espaço. Em termos representacionais, essa dicotomia é determinada por uma separação relativa aos princípios de visão e de divisão do espaço social e natural (BOURDIEU, 1989).

Nessa dialética espacial observa-se o estabelecimento de uma oposição entre a visão do Estado e aquela dos quilombolas de Alcântara afetados pela política oficial. Essa antítese é determinada, ainda, pela forma como cada uma das partes percebe, classifica e se relaciona com o espaço.

De acordo com a política implementada pelo Estado, observa-se a imposição rígida de fronteiras físicas e legais, demarcando o que está dentro e o que está fora; determinando, de igual modo, o que é permitido e o que é proibido no interior dos limites estabelecidos. Privilegia-se, nesse caso, a base física da área pretendida, sobre a qual se desenham limites correspondentes à forma como o espaço é pensado em função dos usos que dele podem ser feitos. Nesse caso, a percepção e a utilização do espaço pelos entes do Estado estão intrinsecamente associadas aos objetivos de reserva de território para empreendimentos futuros.

Contrariamente a essa perspectiva, a vivência do espaço pelos quilombolas está diretamente relacionada às formas de apropriação e manejo dos recursos indispensáveis à economia desses grupos. As práticas sociais das famílias que vivem na área pretendida são resultado de uma ocupação historicamente consolidada, definidora de territórios específicos no interior dos quais grupos familiares, por gerações sucessivas, engendraram formas peculiares de relação e apropriação dos recursos naturais. Os limites demarcatórios assinalados por tais grupos são de mais difícil apreensão porque, diferentemente da lógica estatal, não introduzem “por decreto uma

descontinuidade decisória na continuidade natural” (BOURDIEU, 1989, p. 113).

A vivência do espaço no interior dessas fronteiras quase invisíveis é marcada pelos diferentes planos de organização social (GERTZ, 1967, p. 256), apresentando configurações as mais variadas e interpenetradas que, por serem calcadas em códigos sociais específicos, não coincidem com aquelas estabelecidas pelos aparatos de poder. Observa-se, assim, que estão em jogo duas formas distintas de representação sobre o espaço social e natural.

A possibilidade de expropriação de mais famílias por parte do Estado, em função da ampliação do projeto do Centro Espacial de Alcântara, além de contribuir para a ruptura do equilíbrio desse sistema de saberes e de práticas, cria as condições para que piore a qualidade de vida das famílias situadas na faixa litoral do município.

Os povoados de Brito, Baracatatiua, Mamuna e pequenos povoados adjacentes, por se encontrarem na faixa litorânea de Alcântara, têm servido de alternativa para muitas famílias que vivem nas *agrovilas*, bem como aquelas de povoados de *centro*, já que é neles que muitos buscam peixes, crustáceos e mariscos de diferentes tipos.

A possibilidade de expropriação territorial é motivo de preocupação para as famílias que se encontram mais imediatamente ameaçadas, porque já conhecem o desastre social provocado pela experiência anterior de transferência compulsória de famílias que viviam próximas ao litoral para as *agrovilas* construídas pela Aeronáutica.

O medo da expropriação se justifica porque as famílias temem ser afastadas de suas fontes de alimentos, pois nos espaços onde vivem atualmente o extrativismo, as atividades agrícolas, assim como as de pesca, asseguram um padrão alimentar que, em seus próprios termos, é superior ao que experimentam aqueles que vivem em outras zonas do município.

Os argumentos das famílias se justificam porque ao longo de mais de trinta anos o Estado nunca desenvolveu estudos no sentido de entender a organização social e econômica das famílias e conhecer os diferentes ambientes onde realizam suas atividades agrícolas e extrativas. Toda a argumentação da importância dessa zona para o Estado funda-se em argumentos tecnológicos e não em bases sociológicas ou antropológicas.

Os resultados das pesquisas antropológicas desenvolvidas em Alcântara desde a década de 1980, têm confirmado que o projeto aeroespacial é incompatível como o modo de vida das famílias em função da forma de apropriação dos recursos de diferentes ecossistemas, determinada em termos histórico, social e cultural.

Um trabalho de pesquisa realizado entre 2008 e 2009, nos povoados de Mamuna, Baracatatiua e Brito, que associou a pesquisa etnográfica com o mapeamento participativo, confirmou o que as famílias vêm reiterando ao longo de décadas: que a exclusão dessa área ou a implantação de sítios de lançamento afetará as suas vidas.

O trabalho de pesquisa foi realizado nesses três povoados porque estão localizados nas áreas mais imediatamente ameaçadas pela implantação de sítios de lançamento. Mamuna, por exemplo, foi palco de um conflito socioambiental em 2008, envolvendo a ACS, e que mobilizou as famílias a embargar as obras de empresas terceirizadas que destruíam áreas consideradas estratégicas².

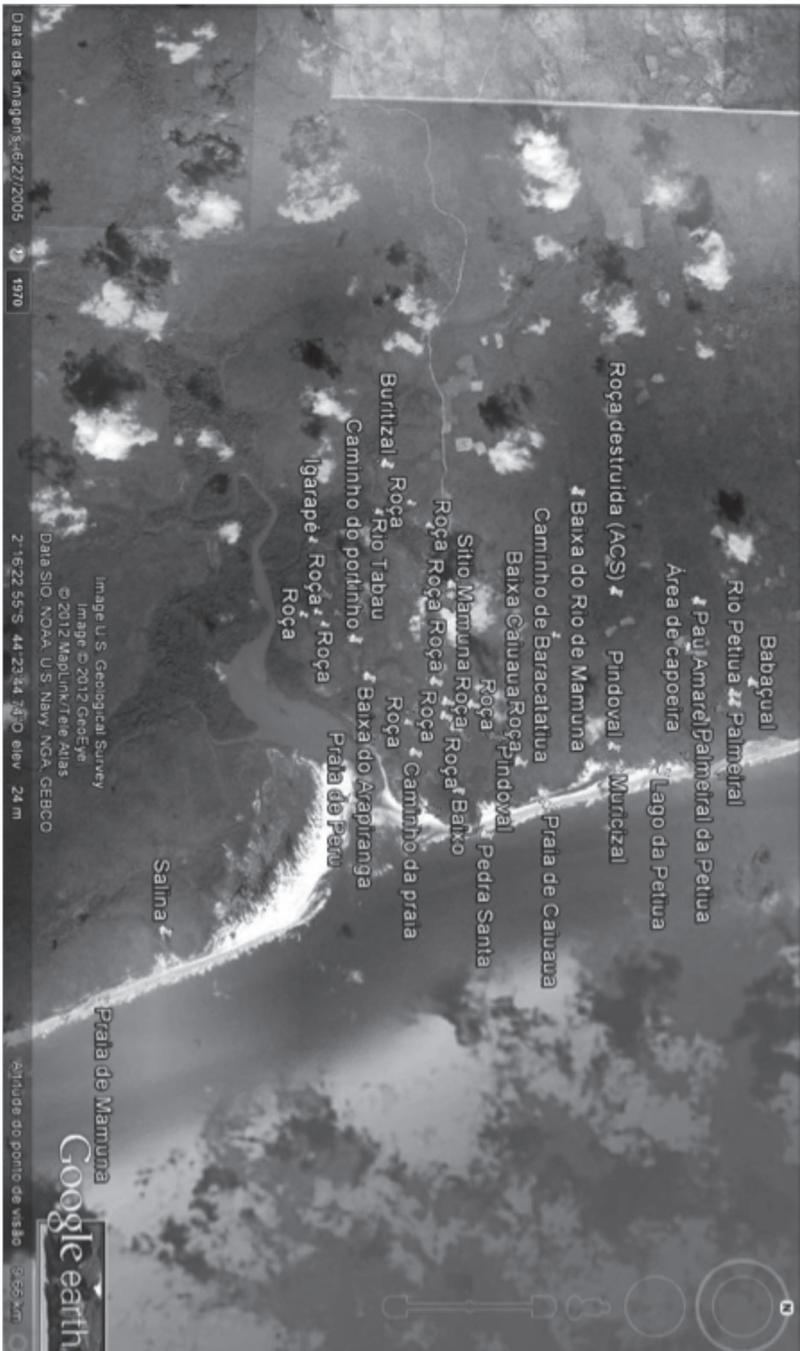
Com a participação de moradores dessas localidades e com a utilização de GPS, foram georeferenciados diferentes lugares nos quais as famílias realizam suas atividades agrícolas, extrativas e de pesca.

2 Em "Ovo briga com pedra: ação coletiva em contextos de disputa territorial", neste livro, analiso essa situação de conflito.

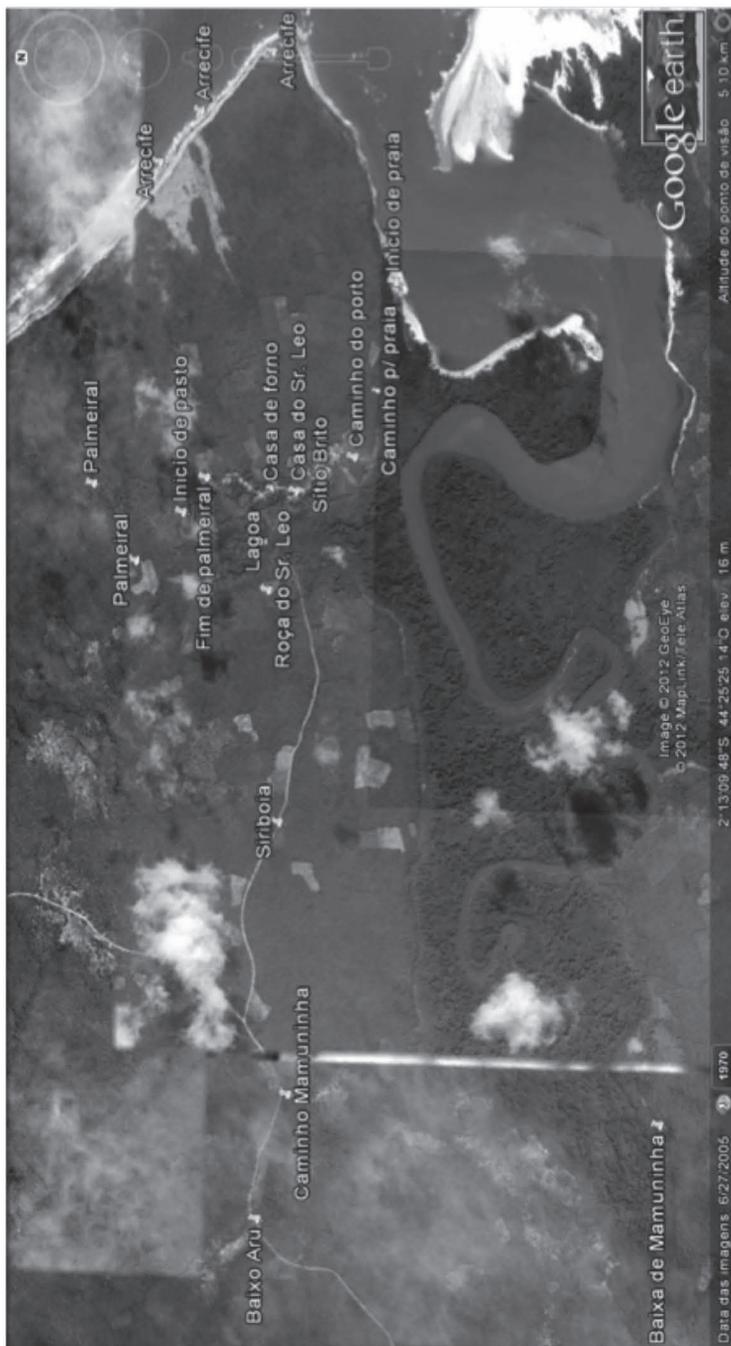
Áreas Estratégicas nos Povoados de Mamuna, Baracatuiua e Brito



Áreas Estratégicas nos Povoados de Mamuna, Baracatatiua e Brito



Áreas Estratégicas nos Povoados de Mamuna, Baracatiua e Brito



A profusão de áreas que esse mapeamento apresenta, identificando áreas de roças, capoeiras, babaçuais, palmeirais, áreas de baixas, arrecifes, praias, casas de forno, servem para ratificar aquilo que as famílias têm afirmado: que o projeto de instalação de plataformas de lançamento comprometerá radicalmente a sua organização social e econômica.

Além dessa dimensão social e econômica, as famílias podem ser afetadas também nos planos simbólico e religioso. Entre as áreas mapeadas, encontra-se, por exemplo, em Mamuna, a Pedra Santa, que é um lugar importante em termos religiosos. Essa é uma outra esfera que pode ser seriamente afetada, já que muitos lugares apontados pelas famílias são identificados como moradas de *encantados*, referenciando aí um sistema de crenças e um rico universo simbólico que se articula com modelo de conservação dos recursos em termos de uma sustentabilidade ecológica.

Essa diversidade espaços estratégicos serve para pensar as bases explicativas das concepções de espaço e lugar ao longo de mais de trinta anos de intervenção do Estado em Alcântara. Se as representações cartográficas apresentadas pelo Estado tendem a produzir a invisibilidade cultural, social e econômica desses grupos, as cartografias locais tendem a reverter isso, trazendo para o campo da visibilidade toda a complexidade de sua organização social, econômica e simbólica.

Yves Lacoste (2002) já apontou que o saber geográfico (sobretudo o relacionado com a cartografia) tem se apresentado historicamente como um saber estratégico a serviço da legitimação do poder do Estado, produzindo, inclusive, uma cartografia específica como instrumento de poder e de representação espacial da realidade.

É justamente nesse contexto de produção de representações cartográficas, que uma cartografia de Estado, para falar nos termos de Yves Lacoste (2002), foi produzida não só para pensar o quadro

geopolítico de Alcântara, mas sobretudo assegurar os interesses do Estado, ainda que se sobreponha ao direito constitucional dos quilombolas.

Como sublinham Acselrad e Coli (2008, p.13) “todos os mapas são uma abstração do mundo, elaborados sempre a partir de algum ponto de vista”. Essa invisibilidade dos camponeses nos mapas produzidos sempre esteve ancorada na idéia de vazío demográfico. Esse foi o ponto de vista que orientou essa cartografia produzida pelo Estado.

Não interessa aos propósitos da Agência Espacial Brasileira, do Gabinete de Segurança Institucional ou dos ministérios da Defesa e da Ciência e Tecnologia, incorporar em suas cartografias qualquer elemento de valorização dos quilombolas. Não se vêem nessas bases cartográficas qualquer referência às áreas onde as famílias realizam suas atividades agrícolas, de pesca ou extrativas ou mesmo aquelas consideradas indispensáveis do ponto de vista religioso ou simbólico.

Incorporar tais elementos seria conspirar contra os seus próprios interesses. É por essa razão que nos mapas produzidos desde a década de 1980, o que ganha destaque em termos de representação gráfica é justamente o perímetro das áreas que interessam ao Estado. A diversidade social das famílias, bem como a complexidade de sua organização social e econômica acaba se resumindo a um único ponto de localização dos povoados.

Aqui caberia chamar atenção para o papel que a escala, como ferramenta da cartografia, desempenhou ao longo desse período. Os mapas oficiais valeram-se a escala cartográfica e não a escala geográfica. “Quanto mais a escala de uma carta é dita ‘pequena’, mais a superfície do território representada é considerável; quanto mais a carta é dita em ‘grande escala’, mais ela representa de modo detalhado um espaço restrito. A escala cartográfica exprime a representação do espaço como ‘forma geométrica’, enquanto a escala que poderíamos e,

sob muitos aspectos, deveríamos qualificar de geográfica, exprime a representação da relação que as sociedades mantêm com esta 'forma geométrica' " (RACINE, RAFFESTIN e RUFFY, 1983, p.124)

A partir dessas considerações dos autores observa-se que existe uma polarização na forma de pensar o espaço. Na lógica do Estado prevalece a utilização da escala cartográfica. Na perspectiva dos quilombolas a escala geográfica. Nesse jogo de escalas a produção da invisibilidade dos quilombolas via representações cartográficas, tem servido estrategicamente aos interesses do Estado, que mediante discursos cada mais dissimulados, esconde as suas verdadeiras pretensões: expropriar parte do território quilombola, estratégica para centenas de famílias.

Nesse sentido, "o imaginário cartográfico e as representações do território passaram assim a recortar o real para descrevê-lo, defini-lo e, simbolicamente possuí-lo. As representações cartográficas passaram igualmente a subordinar-se aos imperativos territoriais dos sistemas políticos que as reclamavam e justificavam" (ACSELRAD e COLI, 2008, p. 13). Nesse caso o Estado, valendo-se da violência legítima vem definindo os termos das representações cartográficas para, por meio deles, assegurar a tão desejada reserva de território para negociação no mercado internacional de empreendimentos aeroespaciais.

Bibliografia

ACSELRAD, Henri e COLI, Luís Régis. “Disputas territoriais e disputas cartográficas”. In: ACSELRAD, Henri (Org.) **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008, PP.13-44.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Laudo pericial sobre Alcântara, para o Ministério Público**. Rio de Janeiro, 2002.

AUGÉ, Marc. **Los no lugares espacios del anonimato**. Barcelona: Gedisa, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro /Lisboa: Bertrand / Difel, 1989.

FERNANDES, Carlos Aparecido. **Remanejamento compulsório de segmentos camponeses: o caso do CLA de Alcântara**. Relatório de pesquisa – FAPEMA: São Luís, 1993.

GEERTZ, Clifford. **Conocimiento Local**. Barcelona: Paidós, 1994.

GEERTZ, Clifford. “Form and variation in balinese village structure”. In: Potter, JM Diaz e Foster G. (eds) **Peasant Society: a reader**. Boston: Little Brown, 1967, p. 255-278.

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra**. São Paulo: Papirus, 7ª Ed., 2003.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas**. São Paulo: Hucitec.1998.

MORAES, Dorinete Serejo e SOUZA FILHO, Benedito. “A última fatura de farinha: remanejamento compulsório e insegurança alimentar na agrovila Ponta Seca. In: PAULA ANDRADE, Maristela e SOUZA FILHO, Benedito (Orgs.). **Fome de farinha : deslocamen-**

to compulsório e insegurança alimentar em Alcântara. São Luís: EDUFMA, 2006, p. 231-275.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: **A viagem de volta – etnicidade, política e reelaboração cultural do Nordeste indígena.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999. p. 11-40.

PAULA ANDRADE, Maristela de e SOUZA FILHO, Benedito. **Fome de farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara.** São Luís: EDUFMA, 2006.

RACINE, J. B; RAFFESTIN, Claude, RUFFY, V. “Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da geografia”. In: **Revista Brasileira de Geografia**, 45(1), Rio de Janeiro, jan/ mar, 1983, p. 123-135.

ROCHA, Ana Tereza Ferreira. **A festa Inacabada: a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara e a constituição dos sujeitos liminares.** Dissertação de mestrado apresentada ao PPGCS da UFMA. São Luís, 2007.

SOUZA FILHO, Benedito. “Alcântara: acción estatal, hegemonía y tecnología étnica”. *Diálogos Latinoamericanos*, Nº 7. Dinamarca: Universidade Aarhus, 2003, p. 1-14.

Os novos capitães do mato: as estratégias
para a expropriação territorial em Alcântara



Os Novos Capitães do Mato: as estratégias para a expropriação territorial em Alcântara¹

A ameaça de expropriação pelo Estado do território reivindicado pelos quilombolas de Alcântara no presente, revela um quadro de disputa historicamente constituído, cujo resultado ainda se mostra indefinido em razão da dificuldade de conciliação dos interesses em jogo, tanto os do Estado quanto os dos quilombolas.

Remanejamento compulsório de famílias, elaboração de peças técnicas (ALMEIDA, 2002, SOUZA FILHO e PAULA ANDRADE 2008, SOUZA FILHO, PAULA ANDRADE e COELHO, 2013) que realizam caracterização histórica e sociológica dos quilombolas ou demonstram a violação dos direitos dos quilombolas, abertura de uma Ação Civil Pública pelo Ministério Público Federal, com resultado favorável aos quilombolas de Alcântara, e a instalação de uma Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal para tentar acomodar os interesses do Estado, são alguns capítulos dessa complicada arena de disputa.

Impasses à parte, o que se observa em relação à ação do Estado em Alcântara desde os primeiros momentos da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara no início da década de 1980 até os dias atuais, é que diferentes agentes foram estrategicamente

¹ Apresentado na Mesa Redonda “O Estado, os quilombolas e o trabalho do antropólogo no Brasil”, no VI Simpósio Internacional de Estudos Caribenhos, realizado na UFMA entre 3 e 6 de novembro de 2010.

mobilizados no sentido de assegurar a expropriação territorial dos quilombolas.

Apesar da garantia de direitos territoriais, assegurada pelo artigo 68 da Constituição Federal de 1988, a movimentação desses agentes, encarregados de defender os interesses do Estado em reservar áreas consideradas de interesse aeroespacial, sempre procurou impedir que se verificasse a perpetuação da autonomia social, territorial e econômica dos quilombolas conquistada historicamente a partir de diferentes processos de territorialização (OLIVEIRA, 1999).

As estratégias acionadas, por vezes disfarçadas em discursos e práticas identificadas como de apoio aos quilombolas, mas que sempre procuraram imobilizar as tentativas de conquista do direito territorial, e por extensão, a autonomia dos quilombolas, nos faz lembrar um quadro do pintor alemão Johann Moritz Rugendas denominado “Capitão do Mato”.

Essa pintura do século XIX, pensada como um semióforo (CHAUÍ, 2001), ou seja, como algo do qual brotam diferentes significações, é inspiradora para refletir sobre esse quadro de enfrentamento entre os quilombolas e outros agentes que se movimentam de modo a evitar a garantia de seus direitos e a sua autonomia social, econômica e territorial.

A análise iconográfica pode ser um interessante instrumento de reflexão se identificamos conteúdos e subtextos presentes na imagem tomada como referência. Essa possibilidade pode ser demonstrada em trabalhos como os de Renato da Silveira (2006), que fez uso da iconografia para refletir sobre o processo de constituição de terreiros de candomblé na Bahia, e de Jacques Leenhardt (2008), que tomou para objeto as pinturas de Jean-Baptiste Debret para analisar os ritos funerários dos escravos no Brasil.

Para realizar suas análises, Leenhardt dedica-se a interpretar as litografias de Debret o *Enterro de uma mulher negra* e o *Enterro de um*

filho de um rei negro. Para este autor, “a imagem dupla encontra seu lugar no estudo dos rituais próprios à vida cotidiana da população africana no Brasil, mais exatamente no capítulo dos rituais funerários” (LEENHARDT, 2008, p. 123).



“O Capitão do Mato”, de Johann Moritz Rugendas

Mas no nosso caso, por que essa pintura de Rugendas desperta interesse a ponto de tomá-la como referência para refletir sobre o quadro de disputa territorial em Alcântara? Primeiro, porque ela oferece alguns elementos que servem para pensar essa tentativa de supressão de autonomia dos quilombolas. Segundo, porque o que é retratado instiga a reflexão sobre os elementos que ela contém e sobre outros subjacentes.

Bruno Latour realiza uma interessante reflexão sobre o poder que certas imagens possuem e a necessidade que temos de destruí-las. Ele sublinha também que a apesar disso, essas mesmas imagens nos instigam o questionamento, já que são produto da intervenção do homem (artista) como um tipo de mediador que se manifesta através da obra.

Ao refletir sobre o porque certas imagens despertarem tantas paixões, Bruno Latour argumenta que é porque entre outras coisas elas mexem com a nossa curiosidade, remetem a questionamentos. Nesse sentido, se deve “dar a ela [à imagem] uma casa, um lugar, um espaço de museu, um lugar de meditação e surpresa” (LATOUR, 2008, p. 116). Isso tudo porque este objeto que desperta sentimentos deve ser interrogado e avaliado.

A pintura de Rugendas, como um texto polissêmico, como algo que pode ser interrogado e avaliado, possibilita o acesso a outras mensagens além daquela que os seus elementos visíveis permitem identificar. Além de um escravo capturado, a obra permite extrair, como subtexto, o significado da supressão da autonomia. É justamente esse aspecto não visível que gostaria de por em relevo, como uma dessas mensagens subliminares que da pintura é permitido extrair.

Ao longo do processo de implantação do CLA, sempre houve de parte da Agência Espacial Brasileira, da INFRAERO e dos diferentes setores do Estado como a Casa Civil e os Ministérios da Aeronáutica, do Desenvolvimento Agrário, da Ciência e Tecnologia e o

da Defesa, a não valorização das formas de organização social das famílias situadas em diferentes localidades do município de Alcântara. Em muitos casos, nas representações cartográficas apresentadas por esses setores, essas localidades se resumiam a um ponto no mapa. Os aspectos sociais, econômicos e territoriais das distintas localidades sempre foram ignoradas por essas instâncias.

Os aspectos organizacionais e territoriais dessas diferentes situações sociológicas nunca interessaram porque sempre foi funcional o não reconhecimento. Valorizar tais aspectos significaria ratificar a autonomia desses grupos conquistada historicamente. Era justamente o que tentavam manter fora da visibilidade para não comprometer os interesses em controlar tais espaços, considerados estratégicos em termos geopolíticos.

Dissimuladas nas políticas compensatórias dirigidas aos quilombolas, as estratégias para assegurar a supressão dessa autonomia foram sendo colocadas em prática nesse longo período de intervenção do Estado. Nesse caso diferentes agentes passaram a assumir esse papel, seja no gerenciamento de projetos, seja na mediação das intervenções de setores do Estado, denominadas de “diálogo”, com os chamados “representantes” dos quilombolas na sede Alcântara ou mesmo em Brasília.

A implantação do Centro de Lançamento de Alcântara na década de 1980, e os desdobramentos do Programa Espacial Brasileiro dirigidos àquele município permitiram que se atualizassem e se sofisticassem velhas práticas do passado escravo para assegurar os interesses de diferentes estruturas de poder no presente.

Para atender aos interesses de setores do Estado, de empresas nacionais e internacionais, assistimos desde o início da década de 1980, as investidas de diferentes agentes que, empenhados em evitar a regularização do território quilombola de Alcântara, no Maranhão, agindo como novos capitães do mato, ameaçando a autonomia ter-

ritorial, social, econômica e cultural de centenas de famílias quilombolas.

A leitura iconográfica da obra de Rugendas é inspiradora para pensar, em termos de um paralelismo, como esses diferentes agentes, em função de suas práticas e por meio de aproximações correlativas, podem ser caracterizados como novos capitães do mato. Serve, por outro lado, para pensar as arenas nas quais exercem seu protagonismo que concorrem tanto para a emergência de conflitos sociambientais que ameaçam o acesso a ecossistemas indispensáveis à reprodução material e social das famílias, quanto para o acionamento de mecanismos e estratégias que podem levar à expropriação territorial dos quilombolas de Alcântara.

Os chamados capitães do mato cumpriram função importante na manutenção dos interesses econômicos e políticos de estruturas de poder da sociedade escravista brasileira ao evitarem, por meio de perseguições, atos violentos e capturas, a autonomia social e produtiva de quilombolas que se insurgiram contra formas diferenciadas de exploração e violência.

Os capitães do mato desempenhavam, portanto, um papel importante na reprodução de segmentos econômicos da ordem social escravocrata. Mediante compensações, lançavam-se à caça de escravos que tentavam romper com o sistema escravista. Capturar e reconduzir os escravos evadidos a seus senhores para que fossem reincorporados às unidades produtivas que se valiam de suas forças físicas, era a sua principal função.

Ao serem acionados para prestarem seus serviços, a função social desses agentes era a de atender aos interesses econômicos e políticos de quem os contratava e, ao mesmo tempo, evitar que se verificasse a autonomia social, territorial e produtiva dos escravos que se sublevavam e se evadiam para os quilombos.

No Maranhão, alguns artigos da Lei N° 236 de 20 de Agosto de 1847, que cria em todos os *Termos da Província* a figura dos capitães do mato, deixam claro esses aspectos:

Art. 1° - Em todos os Termos da Provincia haverão Capitaes de mato para a captura de escravos fugidos.

Art. 5° - Os Capitaes de mato perceberão vinte mil reis por cada escravo capturado que fôr achado em quilombo (...). Os escravos apreendidos serão remetidos ao Depositario Publico por ordem dos Juises de Paz, e ahí conservados, até que seus senhores paguem os premios estabelecidos, e mais despesas feitas.

Art. 12° - Reputa-se-ha escravo aquilombado, logo que esteja ao interior das matas, vizinho, ou distante de qualquer estabelecimento, em reuniao de dois ou mais com casa ou rancho. (FERREIRA, 1847).

Os artigos da lei deixam claramente explicitas, em primeiro lugar, a função desses agentes: capturar escravos; em segundo lugar o tipo de unidade social referida aos escravos evadidos: os quilombos e, em terceiro lugar, a caracterização de uma unidade social e produtiva.

No período colonial e imperial ainda que vistos equivocadamente pelas estruturas de poder como “reunião de dois ou mais com casa e rancho”, como sublinha o artigo da Lei antes mencionada, os quilombos caracterizavam-se como unidades territoriais com especificidades em sua organização social e econômica e representavam uma ameaça à ordem escravista. A historiografia brasileira apresenta inúmeros exemplos que se destacaram por sua importância. O mais emblemático deles é o quilombo de Palmares.

É emblemática a pintura de Johann Moritz Rugendas intitulada “Capitão do Mato”. Nela identificamos a figura imponente de um capitão do mato armado e montado em seu cavalo branco e, ao seu

lado, um escravo capturado, completamente amarrado sendo reconduzido a seu senhor.

A imagem é clara em sua mensagem mais imediata: o capitão do mato cumprindo a sua função de capturador de escravos evadidos. Mas podemos também identificar nessa pintura de Rugendas um subtexto embutido nessa imagem: o poder exercido com o fim de suprimir autonomia.

A manifestação do poder, ao mesmo tempo em que defende seus interesses (recuperando uma *peça* importante à engrenagem econômica), elimina a possibilidade da autonomia social. Nesse caso o capitão do mato funciona como agente de poder para evitar a autonomia.

Ainda que a pintura de Rugendas exiba o controle desse agente sobre o escravo, o exercício do poder não se concentra nele, mas é através dele que outras estruturas de dominação se manifestam, fazendo com que realize a sua função social. O capitão do mato não seria a fonte de poder, mas o veículo para a sua efetivação.

É justamente nesse novo momento em que os setores do Estado como o Ministério da Aeronáutica, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Defesa, Casa Civil, Ministério do Desenvolvimento Agrário aliam-se para garantir que o Programa Espacial Brasileiro desenhado para Alcântara seja efetivado, que assistimos o protagonismo de diferentes agentes empenhados em assegurar que o projeto de expropriação territorial se efetive. A mando ou financiados por essas instâncias do Estado, agem como novos capitães do mato.

Semelhante aos capitães do mato do passado escravo, os novos capitães do mato continuam a atender funcionalmente aos interesses das estruturas de poder. É por essa razão que se faz necessária a atualização dessa noção.

O novo capitão do mato não corresponde a um agente específico como no passado escravo. Ele se encontra organicamente vincula-

do a alguma instituição e tem a função de atuar junto aos quilombolas, dissimulando, por vezes, essa sua função estratégica.

É por essa razão que encontramos antigos militantes de movimentos de apoio aos quilombola vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao INCRA, ao Setor Quilombola (criado dentro do INCRA) desempenhando atividades para o Estado. O curioso é que justificam de modo esquizofrênico, que essa vinculação a setores do Estado serviria para reforçar a luta por garantias de direitos territoriais, como se pudessem ser ao mesmo tempo e sem problemas, quilombolas e representantes do Estado.

Mas esse papel de atender aos interesses do Estado não recai somente sobre os antigos militantes que passaram a ocupar cargos (por conveniência ou cooptação) nos diferentes governos. É desempenhada também por antigos e novos funcionários vinculados a órgãos como as Superintendências Regionais do INCRA e estruturas de mediação que mantêm com esses setores estreita relação.

A caracterização desse agente tampouco se prende a uma questão de gênero. O “novo capitão do mato”, como agente que busca suprimir autonomia, não pode ser visto sob tal perspectiva. As práticas e as funções dos novos capitães do mato podem ser realizadas tanto por homens quanto por mulheres.

A ação do capitão do mato no passado escravo era a de atuar sobre um tipo social (recapturando-o quando evadido) imprescindível à ordem escravista. No presente, os novos capitães do mato atuam sobre os quilombolas para atender aos interesses comerciais ou estratégicos, seja de setores privados ou mesmo do Estado.

Vale destacar o caráter cambiante desses novos agentes. Conforme a conjuntura e os interesses em jogo, novos agentes podem ser acionados em função de suas especificidades ou habilidades. Nesse caso, os seus envolvimento estariam relacionados com uma certa especialização de suas funções ou atribuições. Para cada situação ve-

rifica-se o acionamento de uma rede de agentes que podem melhor atender aos interesses em jogo. Por ser cambiante, o papel desses novos capitães do mato não se fundamenta em critérios rígidos ou permanentes.

Em função também dos interesses em jogo, muitos desses novos capitães do mato podem atuar concomitantemente, já que suas atuações, ainda que específicas e dirigidas a um mesmo segmento (os quilombolas) buscam alcançar um objetivo comum.

O que não diferencia os novos capitães do mato daqueles do passado escravista é que ambos realizam uma atividade profissional, um tipo de negócio marcado por interesses. Se os velhos capitães do mato utilizavam armas e cordas como instrumentos de captura e imobilização, os novos capitães do mato utilizam técnicas sofisticadas como liberação de projetos, recursos financeiros e a prática mais recorrente: a cooptação de figuras consideradas estratégicas e que atuam mais diretamente junto aos quilombolas.

Um elemento novo nessa atualização das práticas dos capitães do mato é que dissimulam sua ação negando-a veementemente e colocando-se como defensores daqueles a quem perseguem, fazendo operar subjacente a esses discursos de valorização do outro, a estratégia da condescendência e a violência simbólica (BOURDIEU, 1994).

É visível e bastante recorrente a implantação de projetos e políticas compensatórias dirigidas aos quilombolas de Alcântara (PAULA ANDRADE, 2003). Agentes ligados a entidades que trabalham junto aos quilombolas passaram a funcionar como mediadores da interlocução com os diferentes Ministérios que deságuam tais ações compensatórias. Em um exercício de auto proclamação passam a apresentar-se como os agentes diretos do diálogo com tais instâncias governamentais.

A escolha desses agentes, que por extensão envolvem outros tantos em uma rede estrategicamente definida, não é sem motivo. São

escolhidos porque têm a capacidade de atuar junto aos quilombolas, distanciando-os por meio da administração desses recursos e projetos, do principal objetivo, que é a regularização definitiva do território quilombola.

A administração desses projetos e recursos carreados pelos diferentes Ministérios tem propiciado compensações financeiras a todos que participam dessa rede. A ocupação com o gerenciamento dessas políticas compensatórias ao mesmo tempo em que possibilita a desmobilização, funcional aos interesses do Estado, cria as condições para a vulnerabilidade dos grupos étnicos (BARTH, 1976) em localidades específicas, que ficam à mercê de outra rede de agentes responsáveis pela implementação de ações relacionadas com o projeto aeroespacial desenhado para o município.

As investidas desses agentes que, empenhados em cumprir cronogramas estabelecidos em acordos de cooperação técnica internacional, como é o caso da Alcântara Cyclone Space (Binacional Brasil-Ucrania) tem gerado conflitos socioambientais sérios que têm levado inclusive a denúncias de violação de direitos junto a organismos internacionais como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), sediada em Washington.

Um exemplo emblemático desse tipo de conflito foi aquele verificado entre a Alcântara Cyclone Space (ACS) e as famílias de Mamuna, comunidade quilombola localizada próxima ao litoral em uma área pretendida por essa binacional.

Ainda que as famílias de Mamuna tenham conseguido frear as investidas desse empreendimento, verifica-se que outras ações passam a ser desenvolvidas no sentido de excluir não somente a área onde está localizada a comunidade quilombola de Mamuna, mas todo a extensão do litoral norte do município. Isso tem sido possível

porque muitos por negligência, conveniência ou cumplicidade têm cumprido bem com as suas funções de novos capitães do mato.

Bibliografia

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombos e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico**. Brasília: MMA, Vol. 01 e 02, 2006.

BARTH, Fredrick. **Los grupos Étnicos y sus Fronteras**. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

BOURDIEU, Pierre. “Las finalitats de la sociologia reflexiva (el seminari de Chicago)”. In: **Per a una sociologia reflexiva**. Barcelona: Herder, 1994. pp. 45-187.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil- mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 4ª Ed., 2001

FERREIRA I. J. **Collecção das Leis, Decretos e Resoluções da Provincia do Maranhão**. São Luis: Typographia Const. 1847.

LATOUR, Bruno. “O que é iconoclash? Ou, há um mundo além das guerras de imagem?” In: **Horizontes Antropológicos**, Ano 14, Nº 29. Porto Alegre: UFRGS, 2008, p. 111-150.

LEENHARDT, Jacques. “Imagem e história em viagem pitoresca e histórica ao Brasil, de Jean-Baptiste Debret: o enterro do filho de um rei negro . In: LOPES, Antonio Herculano, VELLOSO, Mônica Pimenta e PASAVANETO, Sandra Jatahy (Orgs). **História e linguagens: texto, imagem, oralidades e representações**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 121-129.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Uma etnologia dos ‘índios misturados’: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: **A viagem de volta – etnicidade, política e re-elaboração cultural do Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999, pp. 11-40.

PAULA ANDRADE, Maristela de. “De pretos, negros, quilombos e

quilombolas: notas sobre a ação oficial junto a grupos classificados como remanescentes de quilombo”. In: *Boletim Rede Amazônia*, Ano 2, nº 1. Rio de Janeiro:IRD / PPGAS-UFRJ / NAEA-UFPA, 2003, pp. 37-43.

SILVEIRA, Renato da. **O candomblé da Barroquinha. Processo de constituição do primeiro terreiro baiano de Keto**. Salvador: Edições Maianga, 2006.

SOUZA FILHO, Benedito e PAULA ANDRADE, Maristela. **Impactos dos trabalhos desenvolvidos pela ATECH/ACS sobre as populações tradicionais da região de ALCÂNTARA/MA - Informação técnica à Procuradoria da República no Estado do Maranhão**. São Luís: PPGCSO, 2008.

SOUZA FILHO, Benedito e PAULA ANDRADE, Maristela, COELHO, Leonardo Oliveira da Silva. **impactos das ações indicadas pela CCAF para a reprodução material e social dos quilombolas de Alcântara e a manutenção da sua identidade étnica - análise das informações da Nota 119/2011/CCAF/AGU, relativas à alteração do perímetro do território quilombola de Alcântara**. São Luís: PPGCSoc, 2013.

A guerra contra os quilombolas de Alcântara



A guerra contra os quilombolas de Alcântara¹

No passado colonial e imperial, a relação entre o Estado e os quilombolas foi mediada pela guerra para evitar que se verificasse a consolidação da autonomia social, econômica e territorial dos escravos sublevados. No presente, a relação entre o Estado e os denominados remanescentes de quilombos de distintas localidades do município de Alcântara, no Maranhão, pode ser entendida como um tipo particular de guerra não caracterizada como confronto semelhante àquele do passado escravo, mas como ações estratégicas acionadas por setores do Estado e também pelos quilombolas. Postas em funcionamento pelas partes em litígio, ameaçam, por uma parte, a autonomia territorial e o controle de ecossistemas indispensáveis à reprodução material e social de centenas de famílias e, por outra, buscam assegurar a manutenção de territórios historicamente ocupados.

Tomando tal problema como moldura, pretendo, por um lado, tratar de aspectos relacionados com o entendimento de quilombo articulado com a noção de guerra e, por outro, discutir como essa forma peculiar de confronto pode significar a tentativa de expropriação de territórios historicamente ocupados por famílias de remanescentes de

¹ Apresentado no Seminário do PROCAD (UFMA/UFRJ): “Amazônia e os paradigmas do desenvolvimento”, realizado em São Luís de 03 a 05 de dezembro de 2007.

quilombo do município de Alcântara, cuja identidade é calcada em elementos de base étnica.

Pierre Clastres (2004, p. 238), citando a Leroi-Gouran diz que a guerra é a caça ao homem. Tomando essa questão como referência e pensando o quadro de disputa territorial em Alcântara, caberia indagar sobre dois aspectos fundamentais: quem é esse homem que se caça e como se realiza a guerra.

Nessa discussão, além de sublinhar a interface entre território e identidade, procurarei estabelecer um paralelismo entre ações que se realizaram no passado e outras que ocorrem no presente relacionadas com a noção de quilombo, quilombola e de guerra.

No passado colonial e imperial existiram os quilombos e os quilombolas que guerreavam com as forças militares para continuar funcionando como unidades autônomas. No presente identificamos quilombolas de diferentes comunidades reivindicando territórios. Tanto no passado como no presente identidade e território são categorias que se relacionam tanto com o sentido da autonomia quanto com a possibilidade de expropriação.

Gostaria de explorar essa relação entre passado e presente para falar de territórios quilombolas e, a partir disso, destacar que a expropriação como prática exercida mediante a utilização de mecanismos de poder ou força, assume distintas formas. É uma categoria que, dependendo da conjuntura e dos agentes envolvidos, pode representar formas de perdas as mais diversas, todas implicando em quadros de dificuldades ou precarização das condições de vida daqueles aos quais tais ações se dirigem.

Quando a guerra se realiza com o objetivo de expropriação, deve-se levar em conta não só quem são as partes em litígio, mas também as formas de expropriação possíveis.

Expropriação é uma noção que significa, entre outros aspectos, processos de exclusão territorial e deslocamento daqueles que

tiveram seus territórios apropriados. No entanto, em Alcântara desenhou-se uma situação, nesse novo estilo de guerrear, na qual a expropriação não implicou necessariamente deslocamento. Permaneceu o princípio da exclusão territorial, mas sem o correspondente remanejamento de população.

No passado a idéia de quilombo era definida como uma unidade social, territorial e também uma instituição guerreira. No presente a noção de quilombo conserva esse entendimento de unidade territorial, mas passa a significar uma categoria política e sócio-cultural referida a elementos de base étnica.

No passado, quilombo, além de uma instituição guerreira foi também uma designação negativa das estruturas de poder colonial e imperial para se referir a escravos sublevados e também uma negação da autonomia. No presente, a partir dos dispositivos legais verificou-se a emergência de comunidades remanescentes de quilombos como resultado de um trabalho de ressemantização da noção de quilombo que, por extensão, significou o reforço do princípio da autonomia. No passado quilombola representava uma identidade negativa. No presente é uma identidade positivada, fruto de uma ação política destinada a assegurar territórios.

E guerra? de um entendimento de confronto bélico, de ação repressiva que pode redundar em processos de supressão de autonomia, - para o caso de Alcântara e numa leitura possível - ela assumiu a configuração de uma ação não bélica, um tipo de confronto de natureza estratégica que, apesar de não exibir os horrores que um confronto bélico tornaria evidentes, revela princípios e interesses que podem conduzir a formas de expropriação territorial. A consolidação desses interesses afetaria progressivamente os grupos no seu modo de ser e de fazer de forma lenta e gradual. O entendimento de guerra, para o caso de Alcântara, exigiria um exercício também de ressemantização, como o operado com a noção de quilombo.

A guerra pressupõe três aspectos fundamentais: 1) a definição das partes envolvidas no confronto, 2) os motivos que justificam o confronto (o porquê se enfrentam) e 3) a utilização das armas apropriadas ao combate.

Nesse confronto, que dispositivos podem ser acionados no enfrentamento? Recorrerei a um paralelismo entre alguns episódios do passado e do presente para tentar sublinhá-los.

A ilha de São Tomé, no Golfo da Guiné, bem próxima do continente africano além de ser a primeira experiência de utilização de escravos na produção e transformação da cana-de-açúcar, foi também palco das primeiras rebeliões escravas que originaram a formação de quilombos.

No continente americano o quilombo de Palmares representa até os dias de hoje o exemplo mais emblemático de resistência escrava. Palmares se converteu em um Estado paralelo por sua capacidade de resistência e de organização interna. Representou um perigo permanente para as estruturas de poder colonial que por muitas tentativas procuraram destruí-lo. Por quase um século Palmares funcionou como uma unidade social e territorial à margem do controle das estruturas de poder da sociedade colonial.

Segundo Alonso (2000, p. 397), o termo Quilombo “no aparece en el vocabulario del Brasil hasta mediados del siglo XVI y no se generaliza su uso hasta el siglo XVIII, y será una variación portuguesa del termino Kilombo, palabra originaria de los pueblos de lengua bantú (lunda, ovimbundo, mbundu, kongo, imbangala, etc)”.

De acordo com Schwartz (1992) a utilização do termo quilombo para se referir a Palmares, data de 1691. “Esta coincidência entre el episodio palmarino y el inicio del uso de la palabra quilombo no es casual, ya que Palmares será la recreación de una institución africana, el kilombo, diseñada para unir pueblos dispares y posibilitar una organización militar efectiva (ALONSO, 2000, p. 397). Ainda que

Schwartz sublinhe a utilização do termo quilombo aplicado a Palmares, Beatriz Nascimento (1985, p. 43) afirma que a palavra quilombo aparece registrada em documento de 1559.

Esse reconhecimento de Palmares como exemplo de resistência deve-se principalmente ao tempo de sua existência, quase um século (1600 a 1695). Ele representou um verdadeiro pesadelo não só para os senhores de escravos, mas também para as estruturas de poder da metrópole.

Onde existiu escravidão, existiu a reação escrava e isso deu origem a muitos quilombos espalhados por todo continente americano e o Brasil, como maior importador de escravos, estava pontilhado por eles.

Entre os muitos quilombos espalhados pelo Maranhão que preocuparam as estruturas de poder, é conhecido um surgido em 1811 no município de Guimarães. Outro quilombo famoso, bastante conhecido de todos é o chamado Lagoa Amarela cuja visibilidade maior se deu no contexto da Balaiada (1838-1842) e que teve Cosme Bento das Chagas, o Negro Cosme, como seu principal líder, chegando a ter sob seu comando cerca de 2000 escravos (ASSUNÇÃO, 2000).

O quilombo de São Benedito do Céu (1867) no município de Viana foi outro que difundiu pânico e fez com que a população temesse que se repetisse no Maranhão o que ocorrera no Haiti no final do século XVIII, onde os escravos sublevados promoveram um verdadeiro massacre da minoria branca.

Foi no contexto de redução do sistema repressor que os escravos do quilombo São Benedito do Céu começaram a invadir e saquear fazendas, engenhos e casas comerciais. Em 10 de julho de 1867 em uma fazenda de nome Santa Bárbara, depois de prender o administrador, os sublevados o obrigaram a escrever uma carta às autoridades na qual exigiam a liberdade dos escravos e determinava um prazo para a resposta: “esperamos por ela em Santo Inácio e quando

não apareça até o dia 15 do mês vindouro não teremos remédio senão lançar mão das armas e lá irmos, podendo Vossas Senhorias contarem que temos 1000 armas de fogo” (ARAÚJO, 1994, p. 33).

Depois desses episódios do século XIX, quilombo aparece de forma oficial somente no século XX, em 1988 com a promulgação da Constituição Federal de 1988, no artigo 68, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). E nesse intervalo, como funcionavam as coisas em relação às organizações sociais de ex-escravos que surgiram coetâneas ou posteriores a abolição formal da escravidão? Continuaram existindo sem serem contempladas com políticas públicas básicas até serem alcançadas por antagonistas de diferentes tipos, inclusive o Estado.

Os conflitos agrários deram visibilidade a essas organizações sociais com suas territorialidades específicas. Em função de possuírem formas particulares de relação com a terra e apropriação dos recursos naturais não se enquadravam nas classificações dos órgãos fundiários, que operavam e continuam operando com categorias como imóvel rural, módulo rural, propriedade rural, entre outras.

Os ordenamentos jurídicos não possuíam categorias que pudessem contemplar uma de suas principais especificidades: o uso comum da terra. Em relação a essas formas de organização social e territorial podemos observar uma sucessão de designações que foram sendo formuladas para se referir a esses grupos: ocupações especiais e comunidades negras rurais, por exemplo.

Foi justamente preocupado com essas especificidades sociais, históricas e étnicas que muitas etnografias contribuíram para a consolidação do conceito de *terras de preto*.

No caso de Alcântara, diferentes etnografias tornaram possível a identificação de outras categorias tais como terra de santo, terra de santíssimo, terra da pobreza, terra de parentes, terra de ausentes, terra de caboclos, terra de sentenciado, terra de familiar. (PRA-

DO, 1975; LINHARES, 1999; ALMEIDA, 2006; MORAES e SOUZA FILHO, 2006; ROCHA, 2007; FERNANDES, 1993). Após a constituição de 1988 surge uma outra: comunidades remanescentes de quilombo.

O termo quilombo volta à agenda do Estado nos ADCT como remanescentes das comunidades de quilombos, como se fossem resquícios, sobras de uma organização social do passado.

A engenharia conceitual, operada não exclusivamente por antropólogos, mas também por arqueólogos, operadores do direito e historiadores, fez com que ganhasse visibilidade e força a ponto de representar um importante instrumento de luta por parte dos grupos sobre os quais recai o novo entendimento de quilombo e categorias derivadas.

Do ponto de vista conceitual e político essa visibilidade é importantíssima porque o que se procurou destacar numa luta pelo reconhecimento e garantia de direitos é que esses grupos existem autonomamente desde o fim da escravidão ou se tornaram autônomos ainda na vigência do regime servil. Eles não são sobra, como deixa entender o texto constitucional.

É por conta disso que se teve a necessidade de reinterpretar o antigo conceito de quilombo operado pelo poder colonial e imperial para mostrar que essas organizações sociais podem ser classificadas como grupos autônomos, como tipos organizacionais nos termos de Barth (1976).

O que se quer destacar ao ressignificar o antigo conceito de quilombo? Sublinhar aspectos como os da existência de uma identidade étnica individual e coletiva e a autonomia social e produtiva consolidada em territorialidades específicas.

Vale à pena retomar o caso do quilombo Lagoa Amarela para sublinhar alguns aspectos daquele paralelismo entre passado e presente que sugeri no início. Quando se deu a Balaiada, a reação es-

crava já estava em processo e o Negro Cosme soube aproveitar essa conjuntura de instabilidade política.

Em novembro de 1839 o Negro Cosme comanda uma insurreição que se espalha por várias fazendas da região de Itapecuru-Mirim. Na visão política de Cosme a liberdade e autonomia dos escravos era um aspecto destacável no seu horizonte de lutas. Essa marca chegou a ser reconhecida por seus opositores, como Luis Alves de Lima. Aparece nos documentos oficiais que ele se auto proclamava “tutor e imperador da liberdade”. (SANTOS, 1983, p. 111)

A partir de 1840, a luta iniciada por Cosme assumirá outros contornos quando chega ao Maranhão um grande contingente militar comandado por Luis Alves de Lima (o duque de Caxias) que recebeu posteriormente o apelido de “pacificador do Maranhão”. Convinco os líderes rebeldes a lutar contra os quilombolas em troca da anistia, Luís Alves de Lima conseguiu ajuda para invadir o quilombo Lagoa Amarela.

Cosme tentou reorganizar seu grupo sem êxito devido aos ataques sucessivos. Buscando escapar com os escravos que ainda lhe acompanhavam “foi cercado nessa tentativa em fevereiro de 1841 no Mearim, e teve de presenciar o extermínio da maioria dos duzentos escravos que ainda o acompanhavam” (ASSUNÇÃO, 2000, p. 448). Capturado pelas tropas de Luis Alves de Lima foi preso, condenado a morte e executado em setembro de 1842.

O quilombo Lagoa Amarela, diferentemente de outros, não foi destruído. Foi utilizado pelos militares para assentar famílias de colonos. Nesse sentido, a guerra empreendida funcionou também como elemento de expropriação. O quilombo Lagoa Amarela foi usado como uma espécie de espólio de guerra.

É justamente esse caso emblemático de guerra empreendida contra quilombolas no passado que quero utilizar para estabelecer

o paralelismo com os remanescentes de quilombo de Alcântara, no presente.

Aqui poderíamos introduzir o paralelismo relativo à forma de expropriação. No caso do quilombo Lagoa Amarela prevalece o exercício da violência com eliminação física do oponente sem a necessidade de deslocamento.

O primeiro paralelismo é relativo aos antagonistas: quilombolas no passado (negativo) – quilombolas no presente (positivo). O segundo paralelismo é relativo ao enfrentamento. No passado era marcado pela ação militar com características bélicas. No presente apesar de ser capitaneado por militares e outros agentes situados em diferentes lugares institucionais, o confronto não se configura como uma ação bélica, mas sim estratégica relativa ao controle do espaço que interessa aos propósitos do Estado.

O terceiro paralelismo diz respeito às formas de expropriação. No passado se deram a eliminação física dos quilombolas e o reassentamento de população nos territórios ocupados. No presente verifica-se a ameaça de formas de desestruturação cultural, social e territorial.

No caso dos remanescentes de quilombo de Alcântara prevalece um tipo de violência que não é considerada como tal, já que não se verifica a eliminação física dos oponentes. Nesse contexto de guerra ressemantizada não assistimos o assentamento de colonos, mas se desenha a possibilidade de que diferentes países, mediante aluguel dessas zonas expropriadas do município instalem bases com plataformas de lançamento de artefatos espaciais.

Podemos identificar também em Alcântara outras formas de expropriações derivadas dessa. As famílias transferidas para as chamadas *agrovilas* passaram a utilizar áreas de plantio, extrativismo, caça e pesca usadas por famílias não relocadas situadas fora da área do decreto desapropriatório e próximas às *agrovilas*. Isso configuraria um outro tipo de expropriação.

Além dessa, a sobrecarga na exploração de recursos por parte das famílias deslocadas de ecossistemas específicos situados em territórios pertencentes a outros grupos, como ocorre no caso de Samucangaua, poderia ser entendida como uma outra forma de expropriação.

Muitas famílias das *agrovilas*, pela situação de precariedade em que vivem vêm explorando indiscriminadamente mariscos de diferentes tipos, o que coloca as famílias de Samucangaua numa situação de ameaça em virtude de não serem obedecidos os ciclos de reprodução de muitas espécies utilizadas como alimentos.

Guerra é uma noção que não permite um único entendimento. Cada situação na qual o enfrentamento ocorre desenha um campo social de significado. A guerra entre índios é diferente daquela entre países. Por que se faz a guerra? Ou melhor, que motivos justificam a guerra? Aqui novamente a resposta é múltipla.

Na guerra para submeter os escravos, um verdadeiro arsenal foi usado. A engenharia punitiva foi bastante criativa nesse sentido: chicotes, pedras de suplício, correntes de diferentes tipos, mordanças, anjinhos e troncos de grande variedade de tipos e tamanhos.

A guerra como ação violenta que causa graves danos tem em seu campo de significado muitos elementos negativos. Então é necessário que essa parte não tenha visibilidade social ou, quando muito, que seus efeitos sejam camuflados de modo a diminuir os resultados negativos que ela comporta.

Para pensar a guerra da Bósnia, foi largamente usada a noção de limpeza étnica. No caso de Alcântara também se processam formas de enfrentamento nas quais se poderia pensar a noção de limpeza étnica em outros termos, sem os matizes dramáticos mais imediatamente perceptíveis. A intervenção do Estado nesse sentido sugere a existência de um etnocídio (CLASTRES, 2004), pois atingem

fortemente os grupos étnicos em seu modo de ser e de fazer; afetam esses coletivos em sua cultura.

A intervenção militar americana no golfo, no Afeganistão e também no Iraque foi ideologicamente trabalhada como uma guerra justa. Existiu uma verdadeira operação para torná-la justa. Por trás do ato ou desejo da guerra justa existem sempre razões ou interesses daqueles que desejam empreender o enfrentamento.

A necessidade de mão-de-obra no contexto colonial justificou a realização da guerra justa para capturar os africanos. No caso de Alcântara, ainda que não justifiquem, operam com um conceito de guerra justa. Estamos diante de reedições de práticas escravistas. É por essa razão que muitos em Alcântara se referem às dificuldades atualmente enfrentadas como a volta ao cativeiro, em alusão ao período da escravidão. A metáfora do cativeiro sugere que eles se vêem diante de um Estado-senhor.

No ato de guerrear existe um movimento destruição moral do outro. Uma operação para torná-lo mau ou problemático para justificar a adoção da guerra. Aqui recorro a Ives Lacoste quando ele ressalta a intenção de bombardeio dos diques por parte dos americanos durante a guerra do Vietnã. Nas suas palavras: “esses diques cuja importância é, de fato, absolutamente vital, não poderiam ter sido objeto de bombardeamentos maciços, diretos e evidentes, pois a opinião pública internacional ali teria visto a prova da perpetuação de um genocídio” (LACOSTE, 2003, p. 27).

Guerra pressupõe a adoção de táticas, estratégias destinadas a vencer o antagonista. No caso de Alcântara existe a dissimulação dessa intenção, pois o Estado sinaliza para a garantia de direitos, benefícios e compensações. Desaguando políticas compensatórias para sinalizar que se coloca numa posição de diálogo, fazendo operar a estratégia da condescendência (BOURDIEU, 1994, p. 121).

Que ações podem ser consideradas estratégicas nessa guerra ressemantizada? 1) pagamento de indenizações, 2) promessas de transporte, escolas, postos médicos, eletrificação. Existem também restrições como o impedimento de visitas a lugares onde se encontram cemitérios ou de acesso a áreas de pesca. Na atual conjuntura já interditam o acesso às antigas áreas onde as famílias das *agrovilas* implantavam seus roçados.

De parte dos trabalhadores, que ações foram encetadas? bloqueio de estradas, embargo de obras, organização em movimentos próprios, estabelecimento de parcerias com ONGs de diferentes tipos, organização de seminários para discutir os problemas decorrentes da implantação do CLA (1999 – 2006), ações no campo jurídico, abertura de negociações com o Estado, articulações com instituições como a Procuradoria Geral da República e denúncias junto a organismos internacionais como a ONU, a OEA e a OIT.

Adotam novas estratégias calcadas na identidade étnica. Pasam a utilizar a cultura como elemento de recuperação da honra étnica, para usar essa noção formulada por Löic Wacquant (2002, p. 41).

A guerra sugere que se recorra a instâncias fora da arena em que a luta ocorre. A luta é transferida para outros cenários: institucionais e jurídicos tanto nacionais quanto internacionais.

Deve ser visto também o papel dos mediadores nessa luta – aliados que passam a jogar o jogo dessa forma peculiar de guerra. Nessa situação particular de confronto existe também a preocupação em estabelecer alianças. Na luta dos quilombolas contra a expropriação, contam com os intelectuais como aliados importantes.

A articulação com os intelectuais, em especial com os antropólogos, é uma outra estratégia importante nesse enfrentamento: pasam a utilizar armas conceituais e a visibilidade cultural como instrumentos de luta. Ações na órbita jurídica e produção de peças técnicas – laudos e relatórios antropológicos – acabam sendo apropriados pe-

los quilombolas como importantes instrumentos de luta. O reconhecimento de grupos em diferentes partes do país como remanescentes de quilombo confirmou a importância e o papel dos intelectuais nesse processo.

Apesar desses movimentos por parte dos atingidos pela política do Estado, os objetivos que justificam esse tipo de enfrentamento, - nesse caso a área destinada à instalação de outras bases espaciais - continuam sendo buscados.

Como em um jogo estratégico o diálogo não pressupõe o abandono das ações para que sejam alcançados os objetivos pretendidos pelos setores do Estado encarregados de tocar em frente o programa espacial desenhado para Alcântara. Aqui podemos mencionar que famílias estão sendo cadastradas, picos estão sendo implantados, imagens de satélites com a indicação dos sítios estão sendo exibidas como sinalizadoras desse processo irreversível.

Segundo documento da Agencia Espacial Brasileira, à época existia a idéia de implantação de três sítios de lançamento, três sítios institucionais além de um outro sítio que seria a área institucional do CEA (Centro Espacial de Alcântara).

Como resposta a esse movimento de parte do Estado, os trabalhadores de diferentes povoados de Alcântara reunidos em um seminário em 2006 resolveram encaminhar um documento ao Grupo Executivo Interministerial no qual comunicavam algumas decisões tomadas, entre elas:

- Que não aceitavam a expansão da base.
- Que não aceitavam a instalação dos “sítios de lançamento” e seus respectivos polígonos.

E exigiam do Grupo Executivo Interministerial entre outras coisas:

- A paralisação dos trabalhos de fixar os picos ou estacas que delimitavam as supostas áreas dos polígonos;

- A paralisação da aplicação do cadastro pela AEB e
- A elaboração do EIA-RIMA do conjunto dos projetos, recusando a fragmentação dos licenciamentos ambientais, ou seja, obra por obra.



Imagem de satélite com a localização dos sítios de lançamento e áreas institucionais. Fonte: Agência Espacial Brasileira.

O que se observa agora é a dificuldade do próprio Estado em reconhecer tais direitos, em função de, em muitos casos, como o de Alcântara, estar relacionado com seus próprios interesses em utilizar áreas do território étnico como reserva para fins de comercialização no mercado aeroespacial. Os impedimentos na regularização de territórios quilombolas envolvem, portanto, interesses e a necessidade de controlar áreas consideradas estratégicas, seja em termos econômicos, seja em termos geopolíticos.

As dificuldades relativas à regularização de territórios quilombolas não dizem respeito somente a problemas e entraves na órbita da burocracia estatal. Ainda que tal aspecto contribua para isso, o maior deles continua sendo os interesses a amplas extensões de terra reivindicadas por famílias dessas comunidades quilombolas como seu território.

As estatísticas acerca do número de comunidades quilombolas espalhadas pelo país está longe de ser confirmado. O Ministério do Desenvolvimento Agrário apontava a existência de 743 áreas de remanescentes de quilombos espalhadas em mais de 30 milhões de hectares. Outros indicadores dos movimentos sociais apontam para a existência de mais de duas mil comunidades.

Para além das certezas estatísticas observa-se que o que está em jogo é uma área de 5% do total de 850 milhões de hectares do território brasileiro (ALMEIDA, 2005). Pode-se imaginar a preocupação em transferir para os quilombolas esse volume de terras, o que representaria a exclusão de uma fatia significativa do estoque de terras disponíveis nas transações de compra e venda.

A regularização dos territórios quilombolas implicaria a retirada do mercado de terras de um volume expressivo. Se existe muita terra em jogo, que justifica o interesse de setores privados em não permitir que sejam transferidas aos quilombolas, existem outras áreas que interessam ao Estado, como o caso de Alcântara.

Nesse confronto entre os quilombolas de Alcântara e setores do Estado em sucessivos governos é possível ver claramente o objeto da disputa. Por um lado os quilombolas de Alcântara reivindicam os 85 mil hectares que corresponderiam ao seu território; por outro o Estado exige que sejam excluídas áreas estratégicas destinadas ao CLA, à Agência Espacial Brasileira e a outras instâncias.

A Casa Civil, diretamente vinculada à Presidência da República não tem medido esforços nos sentido de assegurar a exclusão dessas áreas. Adotando medidas extremamente autoritárias, tenta condicionar a regularização do território quilombola de Alcântara à exclusão dessas áreas pretendidas.

Num verdadeiro ato de esquizofrenia estatal, setores do governo vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e à Casa Civil ao mesmo tempo que argumentam que o Estado se preocupa em assegurar os direitos constitucionais dos quilombolas, dizem que pretendem excluir porções desse mesmo território antes da regularização definitiva.

Os próximos capítulos dessa guerra estratégica, desta feita empreendida contra os quilombolas de Alcântara, sugerem dias de incerteza e de medo para centenas de famílias, a despeito do seu reconhecimento oficial como comunidades remanescentes de quilombo e do direito que têm à titulação definitiva de seus territórios como assegura a Constituição Federal.

Bibliografia

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombos e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico**. Brasília: MMA, Vol. 01 e 02, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. "Os quilombos e o mercado de terras". In: **PORANTIM**, Ano XXVI, N° 272, Brasília-DF, Jan/Fev-2005.

ALONSO, José Luis Ruiz Peinado. "Kilombos em Africa". In: **Estratégias de poder en America Latina**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2000. pp. 397-414

ARAÚJO, Maria Raimunda. **Insurreição de escravos em Viana, 1867**. São Luís: Sioge, 1994.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Quilombos Maranhenses. In: Reis, João José e Gomes, Flávio dos Santos (orgs.) **Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pp. 433-466.

BARTH, Fredrick. **Los grupos Étnicos y sus Fronteras**. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

BOURDIEU, Pierre. "Las finalitats de la sociologia reflexiva (el seminari de Chicago)". In: **Per a una sociologia reflexiva**. Barcelona: Herder, 1994. pp. 45-187.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência**. São Paulo: Cosac e Naify, 2004

FERNANDES, Carlos Aparecido. **Remanejamento compulsório de segmentos camponeses: o caso do CLA de Alcântara**. Relatório de pesquisa – FAPEMA. São Luís, 1993.

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra.** São Paulo: Papirus, 7ª Ed., 2003.

LINHARES, Luis Fernando do Rosário. **Terra de preto, terra de santíssima. Da desagregação dos engenhos à formação do campesinato e suas novas frentes de luta.** Dissertação apresentada ao Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 1999.

MORAES, Dorinete Serejo e SOUZA FILHO, Benedito. “A última farinha: remanejamento compulsório e insegurança alimentar na agrovila Ponta Seca. In: PAULA ANDRADE, Maristela e SOUZA FILHO, Benedito (Orgs.). **Fome de farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara.** São Luís: EDUFMA, 2006. pp. 231-275.

NASCIMENTO, Beatriz. “O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: **Afrodíaspóra**, nº 6 e 7, 1985. pp. 57-63.

PRADO, Regina de Paula Santos. **Todo ano tem: as festas na estrutura social caponesa.** Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1976.

ROCHA, Ana Tereza Ferreira. **A festa Inacabada: a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara e a constituição dos sujeitos liminares.** Dissertação de mestrado apresentada ao PPGCS da UFMA. São Luís, 2007.

SANTOS, Maria Januária V. **A Balaiada e a Insurreição de Escravos no Maranhão.** São Paulo: Ática, 1983

SCHWARTZ, Stuart B. “El mocambo: resistencia esclva en la bahia colonial”. In: PRICE, Richard (Comp.) **Sociedades cimarronas.** México: Fondo de Cultura Económica, 1981.

WACQUANT, Löic. De la esclavitud al encarcelamiento masivo. In:
New Left Review, N° 13, Madrid: Akal, 2002, pp.38-58.



Ovo Briga com Pedra: metáforas e conflitos
socioambientais em Alcântara



Ovo Briga com Pedra: metáforas e conflitos socioambientais em Alcântara¹

Analisando as condições em que os agricultores andinos realizam suas atividades, Jan Douwe van der Ploeg (2000) argumenta que além de se orientar por um amplo repertório de conceitos, também mobilizam elementos metafóricos.

O sentido metafórico e simbólico de determinados elementos, quando identificados em uma situação de conflito, pode ser inspirador para pensarmos processos sociais nos quais esses significados são utilizados, dando inteligibilidade à apropriação feita pelos agentes sociais. Nesse caso, caberia chamar a atenção não somente para uso social das metáforas, mas, sobretudo, para os elementos que as caracterizam e que sustentam a sua utilização.

Subjacente à expressão, “ovo não briga com pedra”, bastante conhecida e utilizada pelos camponeses maranhenses, é possível identificar oposições como fraco/forte, frágil/resistente, brando/duro em função das características dos elementos colocados em oposição. O termo mediador, “briga”, indicaria que o confronto entre os dois elementos provocaria a destruição do primeiro, em função de sua fragilidade. Num embate entre ambos, a fragilidade do ovo sugere que não seria possível a vitória sobre a pedra.

¹ Apresentado no 33º Encontro Anual da ANPOCS, no GT 04 “Conflitos ambientais, processos de territorialização e identidades sociais”, realizado em Caxambu de 26 a 30 de outubro de 2009.

Ao contrário, outra metáfora bastante conhecida, quando se quer demonstrar a força do mais fraco, é o episódio bíblico descrevendo o enfrentamento entre Davi e Golias. O desfecho dessa situação conduz a um resultado inesperado – a vitória do fraco sobre o forte. Neste caso, pode-se dizer que o ovo venceu a pedra.

Mais que sublinhar o predomínio do improvável, no entanto, caberia entender as circunstâncias da vitória do mais fraco ou os elementos que possibilitariam a inversão da correlação de forças.

A alusão à expressão popular e ao episódio bíblico serve para introduzir o objetivo deste trabalho: refletir sobre um antagonismo verificado entre os quilombolas de Alcântara, mais particularmente as famílias de Mamuna, e a Alcântara Cyclone Space e suas terceirizadas² em um contexto de conflito socioambiental e de ameaça de expropriação territorial³.

A eclosão desse antagonismo se deu em função de a empresa realizar outras atividades que não as relativas aos trabalhos de prospecção, que consistia na realização de perfurações para coleta e análise de materiais para avaliar as condições de solo para fins de instalação da plataforma de lançamento da Binacional Alcântara Cyclone Space⁴. O que seria somente trabalhos de prospecção, converteu-se em um grave conflito socioambiental.

2 A Alcântara Cyclone Space (ACS) é uma empresa binacional (Brasil-Ucrânia), criada em 2003 com a finalidade de realizar lançamentos de artefatos espaciais a partir de uma base de lançamentos construída em Alcântara, no Maranhão.

3 A presença da ACS já é resultado do projeto de ampliação do Programa Espacial Brasileiro desenhado para Alcântara que prevê a implantação de vários sítios de lançamento a partir do aluguel de áreas a outros países por parte do governo brasileiro.

4 Mesmo encontrando-se ajuizada a questão da regularização do território quilombola de Alcântara, o Departamento Nacional de Pesquisas Minerais (DNPM) concedeu autorização à ACS para a realização das atividades de prospecção como parte dos estudos de viabilidade para implantação de plataformas de lançamento de artefatos espaciais.

O enfrentamento entre as famílias de Mamuna e a empresa responsável pelo empreendimento sugere uma luta desigual a ponto de muitos reproduzirem, para essa situação em particular, e para o quadro de ameaça de expropriação territorial em todo o município de Alcântara, a máxima popular: “ovo não briga com pedra”, aludindo a uma relação de poder desigual que sugeriria a inevitável implantação do empreendimento.

Embora as relações de poder e os interesses em jogo indiquem um desequilíbrio nesse enfrentamento, ratificando a descrença em uma vitória dos quilombolas e na garantia da permanência em seus territórios, historicamente ocupados, alguns acontecimentos acabaram alterando radicalmente a situação. A implantação do sítio de lançamento da ACS no coração do território pertencente às famílias de Mamuna, que era apontado como irreversível, foi evitado pela reação das famílias ao se verem ameaçadas em sua reprodução material e social.

A pretexto de realizarem o que denominavam de trabalhos de pré-engenharia, empresas subcontratadas pela Alcântara Cyclone Space intrusaram o território de Mamuna e promoveram a destruição de inúmeras áreas consideradas estratégicas para as famílias do povoado e de seus vizinhos de Baracatitua. Os danos provocados em áreas onde desenvolviam atividades agrícolas e extrativas e a supressão de vegetação que ameaçava o assoreamento da nascente do rio que abastece as famílias representaram uma situação limite para os moradores. Sentindo-se ameaçados, resolveram tomar uma atitude para modificar esse quadro.

O embargo das obras realizadas pelas subcontratadas da Alcântara Cyclone Space

Na madrugada do dia 18 de janeiro de 2008 chovia torrencialmente em Mamuna. Mesmo assim, depois de discutirem os problemas causados pelas subcontratadas da ACS e da ameaça que aquelas atividades representavam para o grupo, comprometendo o próprio fornecimento de água por conta da ameaça de assoreamento da nascente do rio que abastece as famílias, homens e mulheres, jovens e velhos, munidos de seus instrumentos de trabalho dirigiram-se até o local onde as subcontratadas da ACS realizavam as obras. Comunicaram aos funcionários das empresas que as atividades desenvolvidas em seu território além de não terem sido autorizadas pelas famílias ameaçavam a reprodução material do grupo. Por entenderem que as ações das subcontratadas representavam uma situação-limite, impediram a continuidade dos trabalhos, embargando a obra.

Militina Serejo, uma das lideranças quilombolas de Mamuna que participou da ação coletiva das famílias, descreve a situação que redundou na paralização dos trabalhos por parte das subcontratadas da ACS:

O que motivou a comunidade para o embargo, foi a presença da empresa, da ACS [Alcântara Cyclone Space], que ela se manteve assim, constante, desde o final de 2007. Daí a comunidade se juntou assim e começou a pressionar: não, aqui eles não vão ficar!

Quando um certo dia, uma pessoa da comunidade, com a visita de dois estudantes da UFMA [estudantes de ciências sociais], estiveram na Mamuna e foram ver as nascentes dos rios, verificar como estava as condições da água no povoado. E chegando, uma pessoa da comunidade, conduziu esses dois estudantes e, chegando lá na cabeceira do rio estavam feita estrada, derrubada da mata. E aí quando ele chegou e anunciou isso para a comunidade nós

ficamos desesperados! Ficamos desesperados e fomos verificar de perto. Saímos uma comissão de quinze pessoas e fomos lá. Quando chegamos encontramos já a estrada feita, uma estrada de cinco quilômetros, várias picadas para as próximas seis estradas e aí nós encontramos pessoas trabalhando na mata. E aí nós fomos até ele [engenheiro responsável] e dissemos que não queríamos aquele trabalho, e que ele mandasse que aquelas pessoas parassem aquele trabalho porque estava nas nossas terras.

Daí, quando foi no próximo dia, isso foi no dia 16 de janeiro de 2008, nós fomos verificar... Quando foi no dia 17 nós reunimos a comunidade e tomamos a decisão que nós íamos parar com tudo. Nós tomamos a decisão e, quando foi dia 18 de janeiro de 2008 nós fomos, saímos de madrugada com muita chuva, saímos de nossas casas e fomos lá para a estrada que já tinham feito. Cortamos madeira, enfiçamos estacas, fizemos uma cerca... Começamos com um grupo de 12, depois foram chegando a comunidade. Um 10:00 hs já tínhamos um grupo de 50 pessoas já aglomeradas fazendo os trabalhos. Nós permanecemos na área o dia todo.

Nós fizemos tipo uma cancela na estrada que eles fizeram, na estrada de cinco quilômetros. Depois nós subimos mais um pouco porque essa estrada de cinco quilômetros eles abriram um ramal que dava acesso para Baracatatiua [povoado vizinho a Mamuna], mas que fica dentro das terras de Mamuna. Aí nós subimos, fomos até o ramal da Mamuna que fica acima da entrada do ramal de Baracatatiua e lá nós fizemos uma porteira com vigilância constante, mantemos uma vigilância diária de pessoas de Mamuna que ficavam permanentemente lá, monitorando quem passava e quem deixava de passar, quem era, o que ia fazer, o que não ia, inclusive carros que iam para Baracatatiua iam sempre duas pessoas da vigilância acompanhar para saber o que eles iam tratar, o que não iam... Aí eles ficaram muito incomodados. Tentaram ir pelo povoado de Baracatatiua mas não conseguiram. Depois eles abriram um ramal pequeno pra passar uma moto. Tornou nos incomodar e nós fomos lá, inclusive eu, fui lá pessoalmente fiz esse trabalho, eu interditei o ramal lá da moto.

As máquinas estavam lá na estrada de cinco quilômetros, no final da estrada que fica próximo à cabeceira do rio da Mamuna. É o que abastece as famílias, de onde as pessoas usam para beber, para fazer sua alimentação, tomar banho, pra lavar roupa é de lá. E ficou afetada a água, ficou muito feia, prejudicou muito. As pessoas começaram a se sentir mal, passaram a ficar doente. Nós ficamos assim com muito medo. E também o maior medo de toda a população era de perder a terra, porque é de lá que nós sobrevivemos, é da terra. A terra que é nosso supermercado, é de lá que nós tiramos a farinha, o arroz, todos os cereais que a gente consome na alimentação é da terra que nós tiramos, e o pescado é do mar. Então como eles estavam fazendo, a maneira como eles já tinham demarcado, tirava toda a nossa alimentação. Tiravam o mar, porque aonde eles marcaram no mar, ficava bem no porto que a gente usa, pegava toda a orla marítima do povoado. Então se aquilo ali fosse para uso deles, nós não íamos ficar com nada e a população ia morrer porque nós não tínhamos pra onde ir de jeito nenhum. Então essa foi a nossa decisão, nós enfrentamos com muita dificuldade, graças a Deus fomos ajudados por muitas pessoas, tivemos o apoio na alimentação das pessoas da guarita.

O movimento de retirada das máquinas foi uma decisão da justiça devido ao nosso embargo. Nós fizemos também uma ata, a Associação de Moradores do Povoado de Mamuna fez uma ata e essa ata foi para a Justiça Global e aí ela deu entrada e daí nós conseguimos que a justiça desse uma liminar que eles teriam que tirar essas máquinas de lá. Nós conseguimos graças à Deus, depois veio o acordo na Justiça com a empresa e a comunidade, que a empresa não usasse mais aquela área e sim usasse a área do CLA, e hoje eles estão trabalhando lá na área do CLA.

Em virtude dos inúmeros problemas causados e da situação de ameaça, as famílias de Mamuna denunciaram essas ocorrências ao Ministério Público Federal que, após averiguar a situação intercedeu junto às empresas que realizavam os trabalhos naquela localidade,

determinando a interrupção das obras e a retirada das máquinas do território quilombola.

Esse episódio provocou grandes desdobramentos políticos a ponto de envolver instituições como a Procuradoria da República, a Justiça Federal e organismos internacionais como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, sediada em Washington⁵. Contribuiu, igualmente, para redefinir os rumos da disputa territorial no município, do projeto originalmente desenhado pela ACS e da pretensão do Estado à época em assegurar reserva de territórios para serem alugados a outros países para implantação de plataformas de lançamento de artefatos espaciais.

Essa vitória das famílias quilombolas sobre a ACS permitiu que o ex-presidente da Associação de Moradores de Mamuna, seu João da Mata, em alusão ao episódio de embargo dos trabalhos da ACS afirmasse: “Dizem que ovo não briga com pedra. Briga sim! Pode não quebrar a pedra, mas mela ela toda!” Essa afirmação de seu João da Mata, com forte significado simbólico, recoloca metaforicamente os termos do enfrentamento. O seu enunciado exigiria uma análise mais detida para compreendermos a dimensão sociológica e simbólica de sua afirmação.

As reflexões a serem empreendidas não se limitam a entender o uso das metáforas por determinados agentes, mas fundamentalmente identificar os elementos sociológicos a ela relacionados que permitem que sejam utilizadas para se referir a situações específicas,

5 Em outubro de 2008, uma comissão composta por quilombolas das comunidades de Mamuna e Brito, representante da Justiça Global e a antropóloga Maristela de Paula Andrade da UFMA, que atuou como perita, denunciou junto a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA as graves violações de direitos perpetradas pela Alcântara Cyclone Space bem como a morosidade do Estado brasileiro na regularização definitiva do território dos quilombolas de Alcântara, o que evitaria as agressões sofridas.

como nesse episódio do embargo das obras da ACS pelas famílias de Mamuna.

Nesse caso particular, a metáfora é evocada como demonstração de poder e força e também como resultado de um aprendizado adquirido em anos de enfrentamento dos quilombolas com distintas empresas, agentes e representantes dos sucessivos governos ao longo de quase trinta anos de disputa territorial em Alcântara.

Segundo Max Gluckman, “as situações sociais constituem uma grande parte da matéria-prima do antropólogo (...) a partir das situações sociais e de suas inter-relações numa sociedade particular, pode-se abstrair a estrutura social, as relações sociais, as instituições” (GLUCKMAN, 1987, p. 228). Ainda segundo este autor, “quando se estuda um evento como parte do campo da sociologia, é conveniente tratá-lo como uma situação social. Portanto, uma situação social é o comportamento, em algumas ocasiões, de indivíduos como membros de uma comunidade, analisado e comparado com seu comportamento em outras ocasiões” (GLUCKMAN, 1987, p. 238).

A escolha e análise desse episódio do embargo das obras da ACS, como uma situação social, se justifica porque ilustra, de forma emblemática, a complexidade do problema relativo à regularização do território étnico de Alcântara, dos múltiplos interesses em jogo e que envolvem quilombolas, setores do Estado, diferentes agentes sociais e instituições de variados tipos.

Na realização dessa reflexão, tomo como referência a frase emblemática de seu João da Mata e a ação coletiva das famílias. Essa opção se justifica porque em termos sociológicos tanto a frase quanto o episódio que impediu a continuidade das obras por parte das subcontratadas da Alcântara Cyclone Space, reúnem elementos que devem ser pensados articuladamente, pois se relacionam com aspectos históricos, culturais, sociais, identitários, políticos, institucionais e estratégicos que se manifestam no momento do enfrentamento.

Segundo Charles Tilly (1978, p. 7), uma ação coletiva consiste em pessoas agirem juntas objetivando alcançar interesses comuns. Nesse caso em particular, evitar a continuidade dos trabalhos da ACS que afetaria os interesses coletivos. Ademais desses aspectos, a ação coletiva revela dois aspectos importantes que merecem ser sublinhados: a capacidade de associação dos agentes sociais e as dinâmicas de mobilização.

Ao mencionar que esse episódio e os seus resultados mais imediatos só podem ser entendidos se levarmos em conta esse conjunto de aspectos, quero ressaltar que não podemos pensá-lo sem compreender as conseqüências do longo processo de intervenção do Estado em Alcântara que alterou radicalmente a vida de milhares de descendentes de indígenas e africanos, a partir do controle pelo Ministério da Aeronáutica de 62 mil hectares dos 114 mil que correspondem à área total do município⁶.

A mobilização dos agentes sociais deve ser pensada também, como mostraremos mais adiante, como resultado de um aprendizado adquirido ao longo de décadas de enfrentamento das famílias de Alcântara com os sucessivos governos em função das políticas do Estado dirigidas para o município e relacionadas com o Programa Espacial Brasileiro. Em outras palavras, a luta empreendida pode ser entendida como uma pedagogia histórica e politicamente caracterizada. Para que se entenda a ação política dos quilombolas como resultante de uma pedagogia multifacetada, convém sublinhar, portanto, alguns episódios históricos e políticos.

6 Em 12 setembro de 1980, o Decreto N° 7820, emitido pelo então governador Maranhão, João Castelo, desapropriou para fins de utilidade pública, uma área de 52 mil hectares destinada à implantação do Centro de Lançamento de Alcântara. Agravando ainda mais o problema, em agosto de 1991, o presidente Collor de Melo ampliou a área desapropriada para 62.000 hectares. À época, a responsabilidade pela implementação desse projeto ficou a cargo do Grupo para Implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (GICLA).

Alguns aspectos históricos e sociológicos do território étnico de Alcântara

Entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX Alcântara viveu um período econômico áureo. Esta posição foi assegurada graças à monocultura para exportação baseada na mão-de-obra escrava. No início da segunda metade do século XIX, este município já contava com mais de 80 fazendas e 22 engenhos, responsáveis pela produção de açúcar, arroz e algodão sendo os dois últimos os principais itens de exportação (VIVEIROS, 1950, p. 82).

A monocultura de exportação fez com que Alcântara experimentasse um período de apogeu econômico e também de crise (GAIOSO, 1970 [1818]). A queda nos preços, principalmente do algodão, concorreu para esse agravamento. O declínio da economia agroexportadora, que afetou toda a província do Maranhão, foi explicado pelos produtores intelectuais do período como de decadência da lavoura (ALMEIDA, 1983). Na verdade, a crise que afetou a monocultura de exportação serviu para ratificar o colapso de um sistema produtivo baseado na mão-de-obra escrava.

A crise que possibilitou o abandono de fazendas e a incapacidade de continuar mantendo o sistema repressor no controle dos escravos criou as condições para fugas ou simplesmente a permanência de grandes contingentes de escravos nessas terras. A desagregação das grandes unidades monocultoras criou, igualmente, as condições para a transferência, aquisição ou doação de terras a ex-escravos.

O caso de Mamuna é mais um exemplo disso. Detalhes históricos de sua formação social são reveladores de como os membros do grupo se erigiram como sujeitos autônomos. “Com relação à origem do povoado e à história dos primeiros moradores de Mamuna, nos foi revelado que uma das primeiras moradoras do local era uma escrava

que recebera a terra dos antigos proprietários portugueses. Posteriormente, nos foi apresentado um documento, a '*Ação de desapropriação contra pessoas relacionadas como proprietárias*' no qual a terra estava titulada no nome de Dona Cândida Rosa Silva, neta da ex-escrava, e que havia recebido a terra por herança, tornando-se sua proprietária" (MIRANDA e SILVA, 2006, p.188)

É justamente esse quadro sociológico e histórico que possibilitou aos descendentes de escravos e indígenas desenvolverem processos de territorialização (PACHECO DE OLIVEIRA, 1999) que permitiram a constituição de distintas situações sociológicas em Alcântara, com territorialidades específicas, identificadas como terras de preto, terras de santíssimo, terras da pobreza, terras de herança, terras de caboclo, terras de familiar, terras de sentenciado (SÁ, 2007; PRADO, 2007; FERNANDES, 1993; LINHARES, 1999; ALMEIDA, 2002a; MORAES e SOUZA FILHO, 2006; ROCHA, 2007).

Calcadas em princípios de base étnica, tais situações sociológicas conformam um grande território étnico. É justamente esse quadro sociológico que permite, atualmente, caracterizar as organizações sociais que ali permaneceram, assegurando sua autonomia territorial e produtiva como comunidades remanescentes de quilombos (ALMEIDA, 1996, 2002b; O'DWYER, 2002; PAULA ANDRADE, 2003, SOUZA FILHO, 2004).

Aqui cabe o cuidado para não reificar a idéia de continuidade histórica como fator de legitimação das chamadas comunidades remanescentes de quilombo. É certo que determinados elementos da organização social dessas comunidades sofrem alterações ao longo do tempo, nem por isso podemos afirmar que os elementos estruturantes das mesmas se perdem nessa dinâmica. São justamente as particularidades desses grupos, histórica e socialmente constituídos, que permitem caracterizá-los como grupos étnicos em termos organizacionais (BARTH, 1976, p. 15).

Os descendentes desses ex-escravos vivem em espaços sociais específicos e interconectados. Em termos ecológicos, a forma particular pela qual se relacionam com a natureza e se apropriam de seus recursos, assegura a sua preservação. Estão relativamente preservados porque têm a ver com um tipo particular de saber (GEERTZ, 1994; SOUZA FILHO, 2003), empiricamente aprendido e reproduzido, fruto de uma relação próxima com a natureza, percebida como a fonte que assegura a reprodução material e social desses segmentos sociais.

A organização social desses grupos que integram o grande território étnico de Alcântara só foi alterada de forma radical quando o Estado desenhou o projeto de um Programa Espacial para o país. Na década de 1970, em plena ditadura militar e obedecendo a motivos estratégicos, o município de Alcântara, no Maranhão, foi escolhido pela Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE) para abrigar um centro de lançamento de artefatos espaciais.

Segundo os militares, a proximidade ao mar, que garantia maior segurança aos lançamentos, e sua posição em relação à linha do equador, que permitia a entrada em órbita mais rápida de veículos espaciais com maior economia de combustível, foram apresentadas como as principais justificativas técnicas dessa escolha. Somadas a esses critérios, as condições meteorológicas favoráveis e a alegada baixa densidade demográfica foram igualmente apontadas pelos técnicos da burocracia estatal como fatores que favoreciam o processo de implantação do projeto (FERNANDES, 2001, p. 2).

A ação estatal que permitiu o controle de cerca de 55% da área total do município atingiu aproximadamente duas mil famílias que viviam na zona do Decreto e que desenvolviam distintas atividades econômicas, notadamente as agrícolas, extrativas e de pesca, gerando uma série de efeitos negativos ao longo de quase trinta anos.

O controle dessa ampla área do município permitiu que o Ministério da Aeronáutica iniciasse, no início dos anos 1980, um pro-

cesso de transferência compulsória de 312 famílias de 21 povoados para sete *agrovilas*. As famílias remanejadas eram compostas principalmente por descendentes de escravos e indígenas que viviam em áreas férteis e próximas ao litoral.

Uma das características mais importantes da organização social dessas famílias é o uso comum da terra e demais recursos da natureza. Ao serem atingidas pela política oficial, operou-se uma violenta metamorfose: a transformação de um campesinato de uso comum em parcelar, já que cada família foi alocada em um exíguo lote de 15 hectares, quando o módulo fiscal determinado pela legislação agrária brasileira é de 35 hectares.

A ação estatal transformou a paisagem social e ecológica do município, ameaçando a reprodução física e social de centenas de famílias que por mais de dois séculos ocupavam a área desapropriada. A implantação do CLA atingiu também um sistema social referido a um conjunto de unidades sociais localizadas dentro e fora da área do decreto expropriatório, alterando padrões de relações historicamente consolidados, como os de parentesco e compadrio assim como aqueles de natureza econômica, cultural, simbólica e ambiental.

Observa-se que estão em jogo duas formas distintas de representação sobre o espaço social e natural. Isso significa dizer que “as ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e de sua relação com ele. São a substância das representações coletivas acerca dos lugares que impulsionam sua transformação ou o acomodamento nele. Expressam, enfim, localizações e identidades, matérias-primas da ação política. Adentrar o movimento de produção e consumo destas ideologias implica melhor precisar o universo das complexas relações entre cultura e política” (MORAES, 1998, p. 44).

A intervenção oficial modificou radicalmente um modelo de relação com a natureza, historicamente definido que, dentre outros aspectos, disciplinava o uso e manejo de distintos recursos. A ação expropriatória engendrou uma divisão relativa à percepção e utilização do espaço natural. Em termos representacionais, essa dicotomia é determinada por uma separação relativa aos princípios de visão e de divisão do espaço social e natural (BOURDIEU, 1989). Nessa dialética espacial observa-se o estabelecimento de uma oposição entre a visão de setores do Estado e aquela dos segmentos sociais de Alcântara afetados pela política oficial. Essa antítese é determinada, ainda, pela forma como cada uma das partes percebe, classifica e se relaciona com o espaço.

De acordo com a política implementada por setores do Estado, observa-se a imposição rígida de fronteiras físicas e legais, demarcando o que está dentro e o que está fora; determinando, de igual modo, o que é permitido e o que é proibido no interior dos limites estabelecidos. Privilegia-se, nesse caso, a base física da zona desapropriada, sobre a qual se desenham limites correspondentes à forma como o espaço é pensado em função dos usos que dele podem ser feitos. Nesse caso, a percepção e a utilização do espaço pelos militares e por setores dos sucessivos governos estão intrinsecamente associadas aos objetivos e às atividades do CLA e os desdobramentos do Programa Espacial Brasileiro, agora não mais justificado pelo argumento da utilidade pública, mas sim por razões geopolíticas, comerciais ou mesmo de segurança nacional.

Por outro lado, na concepção dos grupos familiares afetados, a percepção do espaço obedece a outra lógica. As marcas e limites são sociais e culturais que, por sua dimensão histórica, sociológica e simbólica não são facilmente visíveis. Para serem identificáveis é necessário que se tome como referência os princípios classificatórios tal como culturalmente definidos.

Além desse aspecto, a vivência do espaço está diretamente relacionada às formas de uso da terra e a apropriação e manejo dos demais recursos naturais, indispensáveis à economia desses grupos. As práticas sociais das famílias são resultado de uma ocupação historicamente consolidada, definidora de territórios específicos no interior dos quais grupos familiares, por gerações sucessivas, engendraram formas peculiares de relação com a natureza.

Os limites demarcatórios assinalados por tais grupos são de mais difícil apreensão porque, diferentemente da lógica estatal, não introduzem “por decreto uma descontinuidade decisória na continuidade natural” (BOURDIEU, 1989, p. 113).

A vivência do espaço no interior dessas fronteiras quase invisíveis é marcada pelos diferentes planos de organização social (GERTZ, 1967, p. 256), apresentando configurações as mais variadas e interpenetradas que, por serem calcadas em códigos sociais específicos, não coincidem com aquelas estabelecidas pelos aparatos do Estado. Observa-se, assim, que estão em jogo duas formas distintas de representação sobre o espaço social e natural.

O recente quadro de disputa verificado entre os remanescentes de quilombo e o atual governo – que herdou essa história de interferência em Alcântara – bem como o conflito entre as famílias de Mamuna e a ACS só podem ser entendidos se forem levados em consideração esses aspectos históricos, sociais e identitários.

Para uma melhor caracterização desse quadro geopolítico de Alcântara, convém traçar, ainda que de forma bastante esquemática, uma história social do problema. Para tanto descreveremos uma breve cronologia dessa disputa territorial em Alcântara.

Cronologia da disputa territorial em Alcântara

Ano	Evento
1971	Criação da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (CO-BAE), sob a presidência do Ministro Chefe do então Estado Maior das Forças Armadas – EMFA.
1978	Planejamento do Centro de Lançamento de Alcântara pela Comissão Brasileira de Atividades Espaciais.
1980	Publicação do Decreto N° 7820, de 12 de setembro, pelo governador do Maranhão, João Castelo, desapropriando para fins de utilidade pública, uma área de 52 mil hectares para implantação do CLA.
1981	Promulgação pelo Presidente da República João Batista Figueiredo do acordo com a Agência Espacial Européia, assinado em 1975, para monitoramento do território brasileiro.
1982	Assinatura de Protocolo de Cooperação entre o MAER, o Governo do Estado do Maranhão e o município de Alcântara, estabelecendo as funções de cada um em relação ao remanejamento compulsório das famílias.
1983	Apresentação aos militares de abaixo-assinado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais com as principais reivindicações das famílias.
1985	O Sindicato dos Trabalhadores Rurais solicita a suspensão do pagamento das indenizações até ser definido o tamanho do lote que seria destinado às famílias.
1985	Equipe de técnicos do MIRAD e do INCRA Maranhão reprovam o Plano de Remanejamento apresentado pelo GICLA.
1986	Edição pelo presidente José Sarney do Decreto N° 92.571 que estabelecia dois módulos rurais para Alcântara: 15 ha para a área controlada pelo CLA e 35 ha para o resto do município, ferindo a Legislação Agrária Brasileira (Estatuto da Terra – 1.964).

1986	De um total de duas mil famílias expropriadas 312 (trezentas e doze) são remanejadas compulsoriamente para sete <i>agrovilas</i> construídas pelos militares.
1986	Montagem de barricada pelos trabalhadores, lideranças Sindicais representantes da Igreja Católica e Entidades Voluntárias para impedir a passagem da comitiva do Ministro do MIRAD, Nelson de Figueiredo Ribeiro e outras autoridades que visitariam as instalações do CLA.
1988	Promulgação da Constituição Federal. Inclusão do Artigo 68 nos Atos das Disposições Constitucionais Provisórias que assegura o direito à titulação definitiva de territórios de comunidades remanescentes de quilombo no Brasil.
1991	Ampliação da área do CLA para 62 mil hectares por meio de Decreto do Presidente Fernando Collor.
1992	Em 11 fev. 1992, a Lei 8.854 extingue a COBAE e cria a Agência Espacial Brasileira (AEB), autarquia ligada à Presidência da República.
1996	Assinatura de convênio entre a AEB e a INFRAERO, tornando a última responsável pelas atividades administrativas e de exploração comercial, podendo realizar contratos com empresas nacionais e internacionais para uso de área para implantação de sítios de lançamentos.
1997	Em março de 1997 é criada a ATECH – Fundação Aplicações de Tecnologias Críticas, instituição de direito privado, sem fins lucrativos, composta por ex-funcionários da ESCA.
1999	Ação Civil Pública de N° 1999.37.00.007382-0 interposta pelo Ministério Público Federal contra a União, o IBAMA e a INFRAERO alegando irregularidades no EIA/RIMA relativo à implantação do CLA.
1999	Realização do Seminário: “A Base Espacial e os Impasses Sociais”, que discutiu os principais problemas relacionados com a implantação do CLA e seus desdobramentos.

1999	A Procuradoria Geral da União, por meio da Portaria de N° 007 de 07 de julho do Ministério Público Federal, instaura Inquérito Civil Público de N° 08.109.000324/99-28 para averiguar possíveis irregularidades na implantação do CLA.
2000	Tentativa de acordo entre o Brasil e os Estados Unidos para utilização do Centro de Lançamento de Alcântara.
2002	Elaboração de Laudo Antropológico determinado pelo Ministério Público Federal. A Procuradoria da República no Maranhão nomeia o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida para realizá-lo. O laudo identifica um território étnico com uma área de 85.537,3601 hectares.
2003	A partir das conclusões do laudo antropológico o Ministério Público Federal interpõe a Ação Civil Pública de N° 2003.8868-2 contra União e a Fundação Cultural Palmares-FCP, na qual obriga a FCP a proceder o reconhecimento dos 152 povoados identificados no Laudo Antropológico como comunidades remanescentes de quilombo e estabelecer titulação da área indicada no laudo.
2003	Explosão na Plataforma de Lançamento do Centro de Lançamento de Alcântara. A explosão provocou a morte de 21 técnicos civis que trabalhavam no local.
2003	No dia 21 de outubro é assinado um acordo de cooperação técnica entre Brasil e Ucrânia para cooperação nos usos pacíficos do espaço, promulgado pelo Decreto N° 5.266 de 08.11.2004.
2004	Por meio do Decreto de 27.08.2004 é criado pelo Governo federal o GEI – Grupo Executivo Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável de Alcântara, sem a participação dos quilombolas.
2005	Constituição da Alcântara Cyclone Space (binacional Brasil-Ucrânia) entidade jurídica criada em decorrência do acordo firmado entre os dois países para fins de utilização do veículo de lançamento Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara.

2006	Seminário promovido pelo Grupo Executivo Interministerial, para apresentar aos quilombolas a proposta de criação do Centro Espacial de Alcântara (CEA), um complexo composto por seis áreas destinadas a abrigar projetos aeroespaciais.
2006	Realização de audiência de conciliação no âmbito da Ação Civil Pública de N° 2003.8868-2 contra União e a Fundação Cultural Palmares-FCP interposta pelo Ministério Público Federal. A sentença do juiz federal, Dr. Carlos Madeira, determinou, entre outras providências, que o INCRA realizasse todos os procedimentos com vistas à titulação definitiva do território quilombola de Alcântara tal como estabelecido no Laudo Antropológico.
2006	Encaminhamento pelos quilombolas de Alcântara de petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, cobrando análise das denúncias de violação de direitos humanos.
2007	Realização de atividades de pré-engenharia por parte da Alcântara Cyclone Space entre as comunidades quilombolas de Mamuna e Baracatuiua.
2007	Em reunião deliberativa em dezembro de 2007 as famílias de Mamuna, em caráter oficial, se posicionaram contra a entrada da ACS em seu território para realização de qualquer atividade.
2008	Embargo das obras da ACS pelas famílias de Mamuna em virtude de descumprirem a deliberação coletiva, destruírem áreas onde realizavam atividades agrícolas e extrativas e também por ameaçar o assoreamento da nascente do rio que abastece as casas em virtude da supressão de vegetação.
2008	Publicação no Diário Oficial da União do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do território quilombola de Alcântara, segundo o qual 78.105,34 deveriam ser titulados aos quilombolas de Alcântara.
2008	Tentativa da Casa Civil de excluir as áreas pretendidas para implantação de novos sítios antes da publicação do RTID.

2008	Audiência em Washington na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA para denunciar a violação de direitos humanos no território quilombola de Alcântara. Tomaram parte nessa audiência dois quilombolas, Militina Serejo e Leonardo dos Anjos das comunidades de Mamuna e Brito respectivamente. Participaram ainda dessa audiência Luciana Garcia, da Justiça Global e a antropóloga da UFMA, Maristela de Paula Andrade, que participou da audiência na condição de perita.
2008	Acordo judicial entre a ACS, quilombolas de Alcântara, Advocacia Geral da União, INCRA e AEB em audiência de conciliação na justiça federal no âmbito do processo 2003.37.00.008868-2 (Ação Civil Pública) e do processo 2008.37.00.003691-5 (Ação Cautelar Inominada), no qual ficou estabelecido que o empreendimento da ACS seria construído no interior da área atualmente controlada pelo CLA. Nesse acordo ficou estabelecido que a ACS abria mão de realizar qualquer obra fora desse perímetro.
2008	Publicação no Diário Oficial da União do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do território quilombola de Alcântara.
2009	Contestação do RTID do território étnico de Alcântara pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) com a anuência do Ministério da Justiça.
2009	Acordo judicial entre a ACS e os quilombolas para realização de atividades para elaboração do EIA/RIMA com vista à obtenção da Licença Prévia para construção da plataforma da ACS no interior do CLA.
2009	Com o objetivo de discutir a superposição de interesses de entes federais relativos à área do litoral do município de Alcântara, o processo de titulação do território quilombola de Alcântara é encaminhado para discussão na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal/ AGU. O processo foi encaminhado por iniciativa dos Ministérios da Defesa, da Ciência e Tecnologia e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

2010	O Ministério da Defesa defende que a área de 12.000 hectares do litoral Norte do município seja excluída do RTID, sugerindo a criação de servidões de passagem (corredores) para garantir o acesso ao mar aos quilombolas (proposta da Advocacia-Geral da União – AGU).
2013	Após um período de arquivamento, o processo na CCAF é reaberto. É mantida a proposta de exclusão da área de 12 mil hectares do do território quilombola. Volta à tona nova ameaça de remanejamento compulsório dos quilombolas. O problema é que não justificam e nem explicam como e para onde serão remanejados.

Fonte: MABE, STTR, Arquivos pessoais.

A cronologia traçada serve para situar o leitor em relação aos múltiplos interesses em jogo, bem como à complexidade desse quadro de disputa territorial. É possível identificar também que a luta pela titulação definitiva do território quilombola não envolve somente os agentes sociais, mas instituições de diferentes tipos, inclusive organismos internacionais.

Pode ser identificado nessa cronologia o lugar que a questão quilombola passou a desempenhar nesse quadro de disputa. Isso porque a identidade étnica passou a ser utilizada não só como elemento que permite a caracterização sociológica de grupos em termos de sua organização social, mas também como um importante instrumento de luta.

Em decorrência dessa longa situação de conflito ou ameaça de expropriação, a identidade de *remanescente de quilombo* acabou funcionando como uma identidade de resistência, “criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que

permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos” (CASTELLS, 1999, p. 24).

Um aspecto importante é que *quilombo, quilombolas, remanescentes de quilombos*, na nova perspectiva conceitual, representa um esforço de ruptura com velhos entendimentos (ALMEIDA, 1996; 2002) que não servem para explicar as diferentes situações sociológicas espalhadas pelo país e vinculadas a um passado escravo.

O que ocorre atualmente é que, diante dos graves problemas enfrentados e das lutas travadas no sentido de garantir a permanência desses grupos em seus territórios, o conceito de *comunidade remanescente de quilombo*, na nova perspectiva analítica tem sido acionado como forma de aglutinar diferentes situações sociológicas.

Nesse sentido, vale ressaltar que na ação político-mobilizatória e de diálogo com o Estado, tal perspectiva conceitual tem sua importância justamente no fato de que contribui para assegurar territórios a esses segmentos sociais caracterizados como *remanescentes de quilombo*.

Com relação à utilização dos conceitos como forma de construir uma identidade a ser manejada no plano político “não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece” (CASTELLS, 2001, p. 23).

A redefinição conceitual implica também numa adequação aos contextos políticos nos quais as pressões sociais ou o próprio Estado impõem determinados temas como problemas a serem examinados segundo os interesses em um campo de disputa. Como sugere Pierre Bourdieu (1994, p.74), “se pode comparar o campo a um jogo (mas à diferença de um jogo, não é produto de uma criação deliberada, nem obedece a regras, ou melhor dito, a regularidades que sejam explícitas e codificadas). Há, portanto aspectos que são, essencialmente, o

produto da competição entre os jogadores (...) Os jogadores aceitam as regras pelo simples fato de jogar o jogo, e não por um ‘contrato’; o fazem com a convicção que vale à pena jogá-lo, que o jogo vale”⁷.

No jogo político, que se reflete em diferentes campos – intelectual, institucional e de mediação – o Estado, ao mesmo tempo em que impõe o objeto de disputa, estrategicamente sugere que dá importância às demandas oriundas desses campos, o que faz com que os atores referidos aos mesmos joguem o jogo posto em funcionamento.

O sentido de jogo, nesse caso, assume uma conotação peculiar, pois se assemelha a disposições estratégicas dos agentes sociais e representantes de instituições que, reconhecendo a dinâmica do jogo, estabelecem seus próprios movimentos no ato de jogar valendo-se do capital que dispõem para participar do jogo e a sua própria posição no campo em disputa.

O jogo posto em funcionamento configura-se como um campo de forças no qual os que se colocam em disputa valem-se inclusive da dinâmica da disputa para assegurar a sua permanência no campo. “Imaginemos que cada jogador tem diante de si uma pilha de fichas de diferentes cores, que correspondem às diferentes espécies de capital que dispõe. A força relativa no jogo de cada jogador, a sua posição no espaço de jogo, e também as suas estratégias de jogo, isso que se diz a sua ‘jogada’, os movimentos que emprega, mais ou menos arriscado, mais ou menos prudente, mais ou menos subversivo ou conservador, dependem tanto do volume global de suas fichas como

7 “Es pot comparar el camp a um joc (per a diferència d’un joc, no és pas el producte d’una creació deliberada, ni obeeix a regles, o més ben dit, a regularitats que siguin explícites i codificades). Hi ha, per tant, envits que són, essencialment, el producte de la competició entre els jugadors (...) Els jugadors accepten les regles pel simple fet de jugar el joc, i no pas per un ‘contracte’; ho fan amb la convicció que val la pena jugar-hi, que el joc s’ho val”.

da estrutura da pilha de fichas. Isto é, do volume global da estrutura de seu capital”⁸ (BOURDIEU, 1994, p.75).

A pedagogia do conflito: o repertório contencioso como instrumento da ação coletiva

Esse longo período de violação de direitos, que cobre quase trinta anos, converteu-se numa referência para a mobilização política dos quilombolas de Alcântara. Os enfrentamentos ao longo de quase três décadas têm servido como uma qualificação dos remanescentes de quilombo para a luta com os seus antagonistas, criando dinâmicas de ação coletiva que buscam unir os agentes sociais em torno de interesses comuns, nesse caso, a regularização definitiva do território quilombola.

Os problemas já causados às famílias remanejadas, bem como a ameaça de novas expropriações têm servido de referência para orientar as mobilizações, permitindo que os quilombolas estabeleçam estratégias, articulações de variados tipos de modo a potencializar suas ações. Mobilizam novos repertórios de ação coletiva a partir de experiências vividas ou observadas. Desse modo, ações anteriores podem contribuir para alterar favoravelmente as subseqüentes.

A dinâmica que move os agentes sociais a conduzir suas ações em um enfrentamento como este da disputa territorial em Alcântara, faz com que ponham em operação o que Charles Tilly (1993) designou de repertório contencioso, ou seja, a gama das formas possíveis

8 “Imaginem-nos que cada jogador té devant seu unes piles de fitxes de diferents colors, que corresponen a les diferents espécies de capital de que disposa. Ara, la força relativa en el joc de cada jugador, la seva posició en l’espai de joc, i també les seves estratègies de joc, allò que es diu la seva ‘jugada’, els monviments que emprèn, més o menys arriscats, més o menys prudents, més o menys subversius o conservadors, depenen tant del volum global de les seves fitxes com de l’estructura de la pila de fitxes. És a dir, del volum global de l’estructura del seu capital”

que os agentes sociais põem em funcionamento para fazer valer os seus direitos ou realizar suas reivindicações.

Nesse movimento, as estratégias que não deram certo devem ser abandonadas e outras devem ser buscadas de modo a conservar a dinâmica da ação coletiva. Os agentes sociais atuam estrategicamente para potencializar os seus ganhos coletivos realizando as operações necessárias dentro dos limites determinado pelos custos da ação empreendida (TILLY, 1986).

A cronologia da disputa territorial pode ser ilustrativa também do aprendizado que os agentes sociais adquiriram ao longo do tempo, seja no âmbito das reivindicações, nos enfrentamentos diretos ou mesmo por meio de articulações com intelectuais e instituições de diferentes tipos. Esse aprendizado serve, inclusive, para manter em ação aqueles que historicamente participam dos enfrentamentos. Essa aprendizagem que qualifica para a luta pode ser identificada também como parte do repertório que se constitui e se reformula constantemente pela própria dinâmica do enfrentamento.

O embargo das obras da ACS por vários meses, não representou somente a resposta a uma ameaça imediata. Significou uma ação pensada dos agentes sociais ao terem consciência que agiam respaldados por direitos e também porque sabiam que as suas ações se inseriam em uma arena de disputa que envolvia não somente a ACS, mas também setores do governo e instituições de apoio às suas lutas e direitos.

No cálculo estratégico das famílias, a mobilização para o embargo contemplava também a denuncia junto a instituições como o Ministério Público, a Justiça Global, ONG que tem assessorado juridicamente os quilombolas de Alcântara e também pesquisadores da UFMA que ademais de desenvolverem atividades de pesquisa em Alcântara têm funcionado como elo de ligação dos quilombolas com tais instituições.

As experiências pretéritas que implicaram em remanejamentos de famílias quilombolas para as *agrovilas*, a participação em fóruns e eventos locais, regionais, nacionais e internacionais, o contato permanente com pesquisadores ao longo de quase trinta anos, têm contribuído para que os quilombolas de Alcântara entendam a complexidade sociológica do problema, bem como o funcionamento dessa rede de interesses e forças políticas.

Foi a partir do entendimento dos interesses em jogo que envolvem nessa arena diferentes empresas, setores do Estado, instituições e agentes de variados tipos e também pela consciência do *quantum* de força que possuem nesse enfrentamento, que os quilombolas paralizaram as obras da ACS. Essa ação coletiva, portanto, não deve ser entendida como algo realizado de forma impensada ou aleatória, mas sim como uma ação consciente e estratégica que integra o repertório contencioso do grupo (TILLY, 1993).

O embargo das obras da ACS, nesse caso, foi realizado não só porque se sentiram ameaçados nas suas condições materiais, mas também porque tinham consciência dos desdobramentos dessa ação estratégica. Não é sem motivos que ao descrever o episódio do embargo, a quilombola Militina Serejo menciona os resultados positivos da ação das famílias ao aludir ao apoio de instituições e agentes nesse enfrentamento. Ao salientar esse envolvimento ela tem consciência que o problema não se restringe a uma localidade, mas que tem implicações sociológicas e geopolíticas. A clareza dessa dimensão e complexidade do problema é que tem contribuído para a qualificação dos agentes para a luta.

É justamente essa dinâmica de enfrentamento que nos permite entender, em termos sociológicos, o significado simbólico e metafórico da frase de seu João da Mata quando ele afirma: “Dizem que ovo não briga com pedra. Briga sim! Pode não quebrar a pedra, mas mela ela toda!!”. Nesse caso é perfeitamente possível entender o sentido

político da inversão por ele realizada quando diz que ovo briga com pedra.

Os quilombolas de Mamuna “melaram” o projeto de implantação de uma plataforma de lançamento no coração de seu território e redefiniram os rumos do projeto desenhado para Alcântara. Pode-se dizer que esse enfrentamento entre os quilombolas e a ACS serviu para afirmar que em termos metafóricos ovo briga com pedra. Em relação ao alcance político da ação coletiva das famílias de Mamuna, os “ovos”, aparentemente frágeis, “melaram” muitas outras “pedras”. Nesse enfrentamento, a metáfora, subvertida, foi confirmada na prática.

Bibliografia

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Ideologia da Decadência: Leitura Antropológica a uma História da Agricultura do Maranhão**. São Luís, FIPES, 1983.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Quilombos: sematologia face a novas identidades”. In: **Frechal – Terra de preto. Quilombo reconhecido como reserva extrativista**. São Luís: SMDDH/PVN, 1996, pp. 1-19.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Laudo pericial sobre Alcântara, para o Ministério Público**, Rio de Janeiro, 2002a.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de.. “Os quilombos e as novas etnias”. In: **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: ABA/FGV, 2002b, pp. 43-81.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGCS-UFAM, 2006.

BARTH, Fredrik: “Introducción”. In: **Los Grupos Étnicos y sus Fronteras**. México: Fondo de Cultura Económica, 1976, pp 9-49.

BOURDIEU, Pierre: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro /Lisboa: Bertrand / Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. “Las finalitats de la sociologia reflexiva (el seminari de Chicago)”. In: **Per a una sociologia reflexiva**. Barcelona: Herder, 1994. pp. 45-187.

CASTELLS, Manuel. "Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede". In: **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, pp. 21-92.

FERNANDES, Carlos Aparecido. Remanejamento compulsório de segmentos camponeses: o caso do CLA de Alcântara. Relatório de pesquisa – FAPEMA. São Luís, 1993.

FERNANDES, Carlos Aparecido. "Deslocamento Compulsório de Trabalhadores Rurais: O Caso do Centro de Lançamento de Alcântara-Maranhão", São Luís, mimeo, 2001, pp 1-27.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970 [1818].

GEERTZ, Clifford. "Form and variation in balinese village structure". In: Potter, J M Diaz e Foster G. (eds) **Peasant Society: a reader**. Boston: Little Brown, 1967, pp 255-278.

GLUCKMAN, Max. "Análise de uma situação social na Zululândia moderna". In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.) **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global Editora, 1987. pp. 227-267.

LINHARES, Luiz Fernando do Rosário. Terra de Preto, Terra de Santíssima: da desagregação dos engenhos à formação do campesinato e suas novas frentes de luta. Dissertação apresentada ao Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 1999.

MIRANDA, Ana Caroline Pires e SILVA, Lindimberge da Luz. "Mamuna: herdeiros de escravos ameaçados pela aeronáutica". In: PAULA ANDRADE, Maristela e SOUZA FILHO, Benedito (Orgs.). **Fome de farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara**. São Luís: EDUFMA, 2006. pp. 179-230.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MORAES, Dorinete Serejo e SOUZA FILHO, Benedito. “A última farinha: remanejamento compulsório e insegurança alimentar na agrovila Ponta Seca. In: PAULA ANDRADE, Maristela e SOUZA FILHO, Benedito (Orgs.). **Fome de farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara**. São Luís: EDUFMA, 2006. pp. 231-275.

O'DWYER, Eliane Cantarino. “Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos”. In: **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: ABA/FGV, 2002, pp. 13-42.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. Uma etnologia dos “índios misturados”: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: **A viagem de volta – etnicidade, política e reelaboração cultural do Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999. pp. 11-40.

PAULA ANDRADE, Maristela de. “De pretos, negros, quilombos e quilombolas: notas sobre a ação oficial junto a grupos classificados como remanescentes de quilombo”. In: **Boletim Rede Amazônia**, Ano 2, nº 1. Rio de Janeiro: IRD / PPGAS-UFRJ / NAEA-UFPA, 2003, pp. 37-43.

PRADO, Regina de Paula Santos. **Todo Ano Tem: as festas na estrutura social camponesa**. São Luís: EDUFMA, 2007.

ROCHA, Ana Tereza Ferreira. A festa Inacabada: a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara e a constituição dos sujeitos liminares. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGCS da UFMA. São Luís, 2007.

SÁ, Laís Mourão. **O Pão da Terra – propriedade comunal e camponato livre na Baixada Ocidental maranhense**. São Luís: EDUFMA, 2007.

SOUZA FILHO, Benedito. "Alcântara: acción estatal, hegemonía y tecnología étnica". In: **Diálogos Latinoamericanos**, N° 7. Dinamarca: Universidade Aarhus, 2003, pp 1-14.

SOUZA FILHO, Benedito. Quilombos e quilombolas: múltipla hermenêutica e politização semântica. São Luís, mimeo, 2004. pp 1-18.

TILLY, Charles. "Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1838". *Social Science History*, v. 17, n.2, 1993.

TILLY, Charles. *The contentious French: four Centuries of popular struggle*. Cambridge, Mass., Belknap press of Harvard University Press, 1986.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. "Sistemas de conocimiento, metáfora y campo de interacción: el caso del cultivo de la patata em el altiplano peruano". In: VIOLA, Andreu (Comp.) **Antropología del desarrollo. Teorías y estudios etnográficos em América Latina**. Barcelona: Paidós, 2000. pp. 359-383.

VIVEIROS, Jerônimo. **Alcântara: no seu passado econômico, social e político**. São Luís, 1950.



Alcântara: ação estatal,
geopolítica e tecnologia étnica



Alcântara: ação estatal, geopolítica e tecnologia étnica¹

Coetâneo a seu movimento de criação de sofisticados sistemas bélicos de defesa e de localização em zonas estratégicas, se verificou por parte dos Estados Unidos, nos anos 2000, o interesse de constituição de novos enclaves militares no continente americano. Movidos por este objetivo, pretenderam criar uma nova zona militar no município de Alcântara, no estado de Maranhão, por meio de um acordo de Salvaguarda Tecnológica estabelecido com o governo brasileiro.

Ademais de representar um novo desenho na geopolítica mundial, a chegada dos norteamericanos em terras brasileiras representou também uma ameaça à reprodução física e social de centenas de

¹ O presente texto foi escrito originalmente em espanhol em 2002, e publicado na revista *Diálogos Latinoamericanos*, da Universidade de Aarhus, na Dinamarca, em 2003. Quando foi produzido, existia um contexto político no governo Fernando Henrique Cardoso que apontava para a possibilidade de assinatura de um acordo de salvaguarda tecnológica entre o Brasil e os Estados Unidos. Em função dos inúmeros problemas restritivos identificados nas cláusulas da Minuta do Acordo, que indicavam a não transferência de tecnologia e violavam, segundo alguns parlamentares, os princípios da soberania nacional, foi suspenso no início do primeiro governo Lula. Para a presente publicação algumas adaptações foram realizadas no texto no sentido de descrever e preservar a conjuntura daquele momento.

famílias camponesas descendentes de escravos e indígenas que há mais de dois séculos vivem na área que era pretendida.

Passados mais de trinta anos, e após ter consumido mais de 300 milhões de dólares de investimentos, o que se observa atualmente é o fracasso do projeto de um Programa Espacial Brasileiro pensado para Alcântara, uma pequena cidade histórica do século XVII com cerca de 21.000 habitantes.

Ademais da sangria de recursos, o programa espacial não representou somente um fracasso marcado por limitação tecnológica, mas também em termos de alcance social. Apresentado como propulsor de desenvolvimento e como possibilidade de contribuição à modificação dos altos níveis de pobreza existentes na região, constata-se que ao longo de mais de trinta anos esses níveis só se agravaram.

A princípios de 1980, quando começou a ser desenvolvido este Programa², ainda no período da ditadura militar, Alcântara passou a sofrer mudanças na sua configuração espacial, agravada por Decreto presidencial de expropriação para fins de utilidade pública no governo Fernando Collor que permitiu ao Ministério da Aeronáutica ampliar a área sob seu controle de 52 mil para 62 mil hectares dos 114 mil que correspondem à base territorial de todo o município e na qual foi construído o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA)³.

O controle desta parte do município e o estabelecimento da chamada área de segurança fez com que o Ministério da aeronáutica desencadeasse um processo de deslocamento compulsório de famílias que viviam nessa área, compostas de descendentes de escravos africanos e de indígenas que trabalhavam em fazendas do século

2 A idéia de implantação do Centro de Lançamento de Alcântara é anterior à década de 1980. Foi planejada nos anos 1970, no interior da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE) (FERNANDES, 1993).

3 Para referir-me ao Centro de Lançamento de Alcântara, utilizarei doravante a sigla CLA.

XVIII e XIX, pertencentes a grandes proprietários e a ordens religiosas como a dos Jesuítas e Carmelitas (SÁ, 2008)

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a saída das ordens religiosas e a quebra econômica dos grandes proprietários, que deixaram Alcântara, abandonando suas fazendas e escravos, essas famílias ali permaneceram, produzindo e desenvolvendo uma complexa organização social marcada por elementos de base étnica.

O remanejamento compulsório realizado pelo Estado na década de 1980, não se trata de uma mera transferência de determinado número de famílias, como pensavam os representantes do governo à época. Apesar de não ser levado em conta, a ação estatal foi dirigida a grupos étnicos (BARTH, 1976) histórica e socialmente consolidados que reconhecem o entorno ecológico onde vivem e desenvolvem suas atividades produtivas como territórios que lhes pertence e com os quais desenvolvem uma relação que garante não somente a sua manutenção, mas também sua reprodução social.

Essa intervenção não afeta a famílias de modo isolado, senão a uma complexa rede de relações que organiza um sistema social formado por grupos de famílias que compõem mais de 150 povoados, e que estabelecem entre si vínculos marcados por relações de parentesco, de casamento, de compadrio e também por elementos de base econômica, histórica, religiosa e simbólica.

Uma das características centrais desses grupos étnicos, que organizam um campesinato particular, é que o uso da terra e a apropriação dos recursos naturais estão baseados no usufruto comum e não na propriedade privada. Este princípio, que orienta a organização social das famílias, vem garantindo ao longo de mais de dois séculos a manutenção destes grupos em seus territórios, a reprodução social de seus membros como também a utilização dos recursos naturais baseada em regras historicamente determinadas e consensu-

almente aceitas. Tais regras, além de garantir o acesso aos recursos a todos, assegura também a sua preservação.

A ação estatal de expropriação das famílias pertencentes a esses grupos, ademais de contribuir para a ruptura desse equilíbrio historicamente conquistado, cria as condições para que piore a qualidade de vida das famílias, agravada ainda mais pelo deslocamento compulsório para espaços onde centenas de famílias foram forçosamente levadas: as chamadas *agrovilas*

Em relação às *agrovilas*, trata-se de uma concepção de espaço pensada por técnicos da burocracia estatal que prestaram serviços ao CLA completamente distinta daquela concebida pelos camponeses. Este fator sempre gerou problemas relativos à sua utilização. Um deles diz respeito à reprodução social das famílias que não encontram espaços para construção de novas unidades residenciais para aqueles membros que se casam. Além da falta de espaço, eram proibidos de edificar novas casas. Esse tipo de problema não existia nos antigos lugares onde viviam originalmente, já que a forma como o espaço era pensado e vivido, assegurava a reprodução social das famílias.

Para a construção do CLA o Ministério da Aeronáutica remanejou compulsoriamente 312 famílias de 21 povoados situados próximos ao mar, para sete *agrovilas*: Marudá, Peru, Peptal, Só Assim, Espera, Cajueiro e Ponta Seca (FERNANDES, 1993, p. 13). O primeiro problema observado nesse processo de transferência compulsória é que não foram mantidos juntos os mesmos grupos familiares correspondentes a cada povoado. Misturaram grupos distintos de famílias de localidades diferentes em uma mesma *agrovila*, o “que alterou as relações sociais pré-existentes, na medida em que houve uma reordenação do espaço” (FERNANDES, 1993, p. 13)

Para desvalorizar as práticas sociais e saberes desses grupos, foi elaborado e posto em prática por parte dos militares, um discurso pautado nas idéias de alta tecnologia, modernidade e desenvolvi-

mento. Um tipo de conhecimento que apontava para o espaço, para o futuro. Um discurso que por um lado pretendia legitimar um saber autorizado e, por outro, desqualificar outras formas de saber que, de uma perspectiva etnocêntrica, representava o atraso, o subdesenvolvimento, o passado. Em outros termos, algo primitivo e arcaico que deveria ser modificado.

Os militares encaravam a sua intervenção como uma forma de cumprir também essa missão de reversão de um quadro social, cultural e econômico que consideravam absurdo. Os discursos e representações dos militares não identificam cultura nesses grupos, somente um tipo de primitivismo que deveria ser superado pelos empreendimentos aeroespaciais que sob uma orientação desenvolvimentista e pautados na lógica da modernidade, deveriam ser implantados no município.

Apesar de ser marcado por princípios de vanguarda, subjazia nos discursos dos militares um padrão explicativo *démodé* que marcou o pensamento da *intelligentsia* do Maranhão no século XIX e que, baseado na idéia de decadência (ALMEIDA, 1983), influenciou a produção intelectual ulterior⁴.

Depois do fracasso de desenvolver um projeto aeroespacial autônomo, o governo brasileiro decidiu transformar esse espaço de Alcântara sob controle do Ministério da Aeronáutica em um negócio rentável e decidiu oferecer a área litoral do município a países que estivessem interessados em implantar plataforma de lançamento de ar-

4 Noite sobre Alcântara (1984), romance de Josué Montello, grande escritor maranhense, é marcado por esse padrão explicativo. Em muitos momentos alguns militares chegaram a se referir a essa obra como justificadora do atraso social e econômico de Alcântara. Motivado por essa apropriação ideológica da obra por parte dos militares, complementei um artigo que escrevi em 1997 (SOUZA FILHO, 1997) e apresentei no Grupo de Trabalho 15: "Pensamento Social no Brasil" (SOUZA FILHO, 2009), no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia realizado na UFRJ, em 2009. Este trabalho foi incorporado neste livro.

tefatos espaciais nessa zona. O primeiro “cliente” que se apresentou ao governo brasileiro foi os Estados Unidos, que buscou inaugurar esse novo momento com um acordo polêmico, marcado por regras impositivas e restritivas, que colocaram de alerta alguns parlamentares que passaram a desenvolver discursos pautados na ameaça da soberania nacional brasileira. Cabe salientar que enquanto muitos temiam a ingerência do governo americano, outros parlamentares, movidos a interesses, sobretudo os da bancada maranhense, mostravam-se favoráveis ao acordo.

Desde a construção do CLA já foram transferidas para as chamadas *agrovilas* mais de 300 famílias. Com a necessidade de ampliação do Programa Espacial Brasileiro e a inserção no mercado aeroespacial, o governo brasileiro pensa em remanejar mais famílias residentes na área pensada para implantação dos novos empreendimentos.

O problema dessa iniciativa é que não pretendem construir novas *agrovilas*, dado o desastre social da experiência anterior. Pensam em remanejar as famílias que residem na faixa litorânea para áreas já ocupadas. Em relação a isso a antropóloga Maristela de Paula Andrade (2001a, p. 5) advertiu que “a pressão sobre os recursos naturais, já escassos para os que ali vivem, cultivam e pescam, seria desastrosa para o meio ambiente e comprometeria a sobrevivência dos que ali vivem e dos que para ali seriam transferidos pelo CLA”.

A análise aqui empreendida busca dar conta deste grave problema, destacando, por um lado, os aspectos relacionados com a ação estatal dirigida aos grupos étnicos de Alcântara e as implicações do aluguel de áreas para países como os Estados Unidos e, por outro, refletir sobre as implicações disso para a complexa rede de práticas no interior de sua organização social, marcada por saberes empírica-

mente construídos e compartilhados, caracterizando o que chamo de tecnologia étnica⁵.

Variações de um mesmo tema e dançando conforme a música

Lendo um artigo publicado em fevereiro de 2011 por Lúcio Flávio Pinto no jornal O Estado de São Paulo, sobre um projeto pensado em 1947 no interior da UNESCO para a Amazônia brasileira (O Estado de São Paulo, Ciência e Meio Ambiente, 17.02.2001), me fez pensar no grave problema existente em Alcântara. A idéia desse projeto, de que tratava o artigo, era a de converter um espaço periférico, a Amazônia brasileira, em uma zona de vanguarda científica.

Por razões políticas e ciúmes científicos, o funcionamento do Instituto Internacional Hiléia Amazônica (IIHA), como se denominou esse espaço à época, sofreu duras críticas por parte de cientistas e políticos. Pautados em discursos distintos, os primeiros baseavam seu rechaço na ingerência científica; os segundos na ameaça à soberania nacional.

A autonomia e capacidade científicas faziam parte do repertório de argumentos dos cientistas, assim como o sentimento nacionalista marcava a dos políticos. O que justificou há mais de trinta anos atrás e o que justifica atualmente os discursos sobre os desdobramentos do Programa Espacial Brasileiro dirigido para Alcântara me parecem semelhantes ao que sucedeu com o projeto “Hiléia Amazônica”. Por um lado, como justificativa de sua implantação, predominava a crença de que dominávamos a tecnologia aeroespacial para pensar um projeto autônomo e de vanguarda na periferia desse setor; por outro, com o fracasso dessa iniciativa, o retorno do discurso nacionalista

5 Mais adiante explicarei de forma mais detalhada o que caracteriza essa noção.

lista marcado pela justificativa da soberania nacional. Tudo isso soa a variações de um tema já conhecido. Obviamente que a história não se repete (a não ser como farsa), mas parece ironia que problemas com características tão semelhantes voltem a ocorrer. Ignorância política ou valorização excessiva que leva à prepotência científica? Fica pendente a resposta.

Advirto que não sou contra a idéia de um Programa Espacial Brasileiro, e que tampouco quero dizer com isso que sou contra qualquer iniciativa por parte dos cientistas brasileiros, ou que os mesmos não tenham capacidade para desenvolver um projeto científico autônomo. Acredito que um sentimento nacionalista por parte de militares e cientistas se impuseram às reais condições de levar a cabo um projeto dessa envergadura. Por outro lado, penso que a decisão de levar adiante tal projeto, teve muito mais a ver com decisões políticas e militares que propriamente científicas. Diante das condições de possibilidade, as decisões não foram tomadas pelos cientistas, e sim por políticos e militares. Nesse caso se sobrepôs um certo sentimento nacionalista.

Diante do grave problema criado pelo setor diplomático brasileiro e à falta de informações e esclarecimentos sobre as cláusulas do Acordo firmado com os Estados Unidos para implantar uma base em Alcântara, as famílias envolvidas no problema e os setores que lhes prestavam apoio foram quase obrigados a dançar conforme a música orquestrada por integrantes do governo brasileiro – gestão Fernando Henrique Cardoso – em relação ao problema. Muitas perguntas ficaram sem respostas e as possibilidades de busca de alternativas à superação do problema foram eclipsadas por uma onda de dúvidas e incertezas.

Nacionalismo e autonomia científica: o fracasso de um discurso.

Por suas dimensões, biodiversidade e riquezas minerais, há séculos que a Amazônia brasileira desperta variados interesses e inspira discursos marcados sobretudo por uma visão naturalista. Discursos como os de Francisco de Orellana⁶, e muitos outros depois dele, se encontram repletos de impressionismos e hipérboles que lhes deram adornos e contornos especiais. Por essa e outras razões, a Amazônia brasileira foi convertida no centro de interesses por parte de diferentes setores: grupos econômicos nacionais e internacionais, cientistas de diferentes nacionalidades e também militares.

Em termos de um sentimento patriótico, a Amazônia se converteu em um ícone, um símbolo nacional que precisava ser preservado. Este sentimento, aliado à idéia de defesa nacional, de preservação de fronteiras, levou ao processo de militarização da Amazônia. Projetos como o Calha Norte e RADAM são dois exemplos disso.

Ademais das preocupações militares, em relação à Amazônia sempre prevaleceu um discurso naturalista mais centrado na flora e na fauna. As riquezas hidrológicas, a enorme variedade vegetal e animal bem como as riquezas minerais sempre funcionaram como repertório de temas que recheavam os argumentos de cientistas, militares e de diferentes setores com interesses econômicos. Por outro lado, nesses discursos científicos e justificativas que orientam os projetos para a Amazônia, os grupos humanos ali existentes foram quase que totalmente eclipsados por essas imagens de exuberância ecológica e de riquezas minerais

6 O espanhol Francisco de Orellana foi o primeiro a cruzar o Amazonas dos Andes até o oceano Atlântico. De volta a este rio em 1544, sua expedição foi marcada pelo fracasso. Morreu no Amazonas tentando regressar a Europa (CALDEIRA, 1994).

Diante da hipérbole em que a Amazônia foi convertida e da ênfase dada na diversidade de flora e fauna, foi produzido também um discurso paralelo: o de vazio demográfico. Os grupos humanos ali existentes não receberam a mesma atenção ou tratamento que havia sido dispensado à flora e à fauna. É como se não existissem, subsumidos ante a hipérbole Amazônica. Em relação aos diferentes segmentos foram poucos os argumentos elaborados.

Isto faz com que os projetos pensados para a Amazônia, como os de construção de barragens, hidroelétricas, ferrovias e bases espaciais dêem pouco importância aos grupos étnicos que vivem nos espaços onde tais projetos são instalados. Entre os orientados para a Amazônia, fundamentados em razões econômicas, políticas ou militares, que produziram graves problemas a descendentes de escravos e indígenas que aí vivem desde os séculos XVIII e XIX, o do CLA é mais um exemplo em que isso ocorre .

Em termos geopolíticos Alcântara está localizada em uma zona privilegiada em relação à linha do Equador. Comparativamente a outros pontos do continente americano, qualquer artefato espacial lançado de Alcântara possibilita a sua entrada em órbita mais rápida e com uma economia de combustível em torno de 30%. Por razões estratégica, Alcântara voltou a funcionar como um destes locais estratégicos na Amazônia, como espaço privilegiado para instalação de um Programa Espacial pensado e executado por militares.

Um certo sentimento nacionalista, ancorado no princípio da autonomia, fez com que a idéia de um Programa Espacial agregasse dois discursos que caminhariam *pari pasu*: o militar e o científico. Como um projeto de vanguarda nacional, mediatizado pelo discurso científico de tecnologia *made in Brazil*, o CLA entraria no cenário internacional como um novo espaço em uma zona periférica, no competidíssimo mercado aeroespacial.

Para além do sentimento nacionalista e da autonomia científica, a relação entre cientistas e militares se justifica também por razões de segurança. Em termos estratégicos, um projeto com essas características deveria permanecer em mãos de cientistas brasileiros e controlado por militares. Entre a preocupação militar e o ideal científico, prevaleceu a crença de que teríamos capacidade para desenvolver um projeto autonomamente.

Passados mais de trinta anos, parece que o sonho nacionalista que o projeto alimentava não se concretizou, o que revela uma certa fragilidade ou falta de maturidade científica no que concerne à tecnologia aeroespacial. Como alternativa a tantos anos de investimento de esforços e recursos, restou introduzir um novo discurso em relação ao Programa Espacial Brasileiro: o de viabilidade econômica. Assim, Alcântara seria convertida em uma zona comercial que abrigaria projetos espaciais de diferentes países.

Para além das novas razões que orientam a redefinição de objetivos do Programa Espacial Brasileiro – antes para fins de utilidade pública e agora por questões de segurança e de viabilidade econômica – o mais importante é compreender a situação da geopolítica mundial e o papel que Alcântara passa a desempenhar a partir da possibilidade de receber países como os Estados Unidos, em um momento em que se consolidam ainda mais suas ações militares em diferentes países.

Quando foi esboçado o acordo com os Estados Unidos em 1999, para utilizar zonas de Alcântara para construção de uma base americana, o setor diplomático brasileiro encarou essa iniciativa como uma vitória. Sem querer dar um tom alarmista ou essencialmente bélico, até que ponto essa suposta vitória diplomática não estaria contribuindo para alterar o quadro geopolítico em termos de enclaves militares? Penso que essa reflexão não foi realizada pelo setor diplomático.

A recusa à presença norteamericana em Alcântara por parte das famílias implicadas no problema, e setores que lhes prestam apoio, ademais de basear-se nas graves consequências que poderiam ser causadas àquelas que tivessem que ser remanejadas, deveria levar em conta esse outro fator. Os termos do Acordo apontavam claramente que isso poderia acontecer.

Hegemonia americana, submissão política e complexo de inferioridade

Em decorrência do fracasso de um projeto autônomo, restou a reformulação de discursos relativos ao CLA. A justificativa da autonomia científica, de uma proposta de vanguarda de tecnologia espacial brasileira foi substituída por outra ancorada na idéia de rentabilidade econômica via comercialização de espaços para instalação de plataformas de lançamento de outros países.

Apesar de não ser admitido, por parte de setores do governo brasileiro à época, foi mantida a ilusão de que não houve fracasso de Programa Espacial autônomo, mas sim reorientação de proposta. Tentaram reforçar o discurso de desenvolvimento regional, deixando escapar um pequeno detalhe: não mais conduzido pelo Brasil, mas sim por outros protagonistas, os países que montariam suas bases de lançamento de artefatos espaciais. Ademais de ser apresentada esta nova fase como possibilidade de ingresso de divisas para o país, a chegada de novos “clientes” foi utilizada como elemento que realimentava os novos discursos.

A reorientação de interesses em relação ao Programa Espacial Brasileiro, além de representar um reconhecimento das limitações tecnológicas e orçamentárias, introduziu um novo problema: a violação de princípios de soberania nacional dada à forma como foi

estabelecido os termos de um Acordo que abria a possibilidade da chegada dos norte-americanos em território brasileiro. O Acordo de Salvaguarda de Tecnologia, por seu conteúdo impositivo, produziu certa repercussão entre alguns políticos no Congresso Nacional que começaram a mover-se como verdadeiros cavaleiros com suas armaduras para defender seu país. Vale destacar que apesar da resistência de alguns parlamentares, muitos empenharam-se para que o Acordo, mesmo com cláusulas bastante impositivas, fosse assinado pelo governo brasileiro.

A quebra do projeto espacial brasileiro criou as condições para uma possível instalação de bases americanas em uma zona estratégica. Os Estados Unidos ocupariam um espaço que já não poderia ser utilizado pelo Brasil, com um custo zero de investimento, já que não teve que desembolsar mais de 300 milhões de dólares, montante gasto pelo governo brasileiro no Programa Espacial Brasileiro ao longo desse período de intervenção do Estado no município.

O protocolo do Acordo firmado entre os setores diplomáticos do Brasil e dos Estados Unidos foi o elemento que desencadeou o problema. Não fossem os termos impositivos e restritivos do documento, talvez não houvesse gerado tantas reações por parte de alguns parlamentares. O fato de o setor diplomático ter firmado o protocolo do Acordo, foi interpretado como uma demonstração de submissão política e um complexo de inferioridade pois, subjacente a isso, eram admitidas a falta de maturidade tecnológica e a debilidade política.

A idéia de Acordo pressupõe uma relação entre duas partes como direitos e deveres recíprocos. A forma como foi desenhado mais se configurou como uma pauta que não reconhecia tal princípio, fundando outro modelo que assegurava a uma das partes uma série de direitos e à outra um conjunto de deveres. Vejamos alguns termos deste Acordo:

- “- Que o Centro de Lançamento teria áreas restritas, de uso exclusivo dos norte americanos;
 - Que os brasileiros só poderiam entrar em tais áreas com crachás de identificação expedido pelo governo norteamericano;
 - Que as demais áreas no interior do Centro de Lançamento seriam vigiadas, inclusive por circuitos eletrônicos, por técnicos norteamericanos;
 - Que nenhuma informação sobre tecnologia aeroespacial poderia ser transmitida pelos técnicos americanos aos brasileiros, mesmo em conversas informais;
 - Que os materiais norteamericanos chegariam em “containers” que não poderiam ser abertos pelas autoridades brasileiras;
 - Que o Brasil não poderia investir os recursos obtidos por meio do aluguel do Centro de Lançamento em tecnologia aeroespacial;
 - Que o Brasil renunciava investigar os lançamentos mal sucedidos, assim como colaborar na recuperação de destroços, onde quer que caísse o material e que facilitaria sua recuperação por parte de técnicos norteamericanos;
 - Que o Acordo firmado com os Estados Unidos guiaria outros que por ventura fossem assinados com outros países, seguindo as mesmas normas”.
- (PAULA ANDRADE, 2001a, p. 4).

Segundo a forma como foi redigido, o conteúdo não pode ser considerado um Acordo de Cooperação, mas sim uma imposição de um poderoso “cliente” ante um país debilitado política e econômica-

mente. Os termos revelam também a repetição do capítulo de criação de bases norteamericanas em diferentes partes do mundo. Além de possuir sua base em Guatánamo, Cuba, estrategicamente poderiam ter mais uma outra no continente americano: agora em Alcântara, Brasil.

Os termos do protocolo do Acordo deixam antever claramente alguns aspectos que merecem ser destacados. Primeiro que se verificaria a criação de um território americano que não se submeteria às leis brasileiras, mas sim a dos Estados Unidos. O que ocorresse ou o que viessem a fazer no seu interior não poderia ser controlado ou fiscalizado pelo governo brasileiro, ainda que estivesse localizado em território nacional brasileiro. Neste caso se trataria de uma submissão ao governo norteamericano, o que feriria o princípio de soberania nacional.

Segundo, a possibilidade de que se estabelecesse o controle restrito do CLA, utilizando inclusive meios eletrônicos operados por técnicos norteamericanos. A preocupação extremada com a segurança do CLA denotava um certo cuidado em preservar seus espaços e não permitir que ninguém tivesse conhecimento do que realizavam em seu interior. Se se tratasse de projetos com fins exclusivamente científicos, talvez esses rigores não fossem tão extremados.

Terceiro, o caráter sigiloso da chegada de materiais sem que fossem fiscalizados ou vistoriados pelo governo brasileiro, corrobora a tese de que de fato não se tratava de finalidades exclusivamente científicas a instalação de uma base americana em território brasileiro. Se fosse de outro modo, não haveria problema que fosse verificado o conteúdo dos *containers* que chegassem a Alcântara. Na minuta do Acordo não aparece nenhuma cláusula restritiva em relação aos materiais que poderiam trazer. Já que asseguraram que não seriam fiscalizados, poderiam trazer artefatos bélicos e passariam como se fossem bananas ou maçãs.

Quarto, percebe-se claramente a intenção de imobilizar o governo brasileiro em termos de iniciativas relativas à tecnologia aeroespacial. Negavam a possibilidade de transferência de tecnologia assim como a alternativa de novos investimentos neste setor, já que eram impostas restrições à possibilidade de utilização dos recursos obtidos com o aluguel do CLA neste campo. Isto soa a uma espécie de castigo a um país periférico que tentou caminhar com suas próprias pernas em direção a um campo dominado pelos Estados Unidos. Trata-se de uma disciplina imposta pelo poder hegemônico que submete aqueles que tentam ser mais audazes. Em outros termos, se trata de uma clara demonstração de poder.

Quinto, existia a possibilidade de perigos reais, que poderiam ser provocados pelos lançamentos de artefatos espaciais mal sucedidos. Neste caso, os perigos derivados desses fracassos de operações não ameaçariam somente a população da cidade de Alcântara, mas também a de São Luís, capital do Maranhão, distante somente 22 km de Alcântara. Além de impedir que o governo brasileiro fiscalizasse os prováveis acidentes, impunham a este somente a tarefa de ajudar a localizar os destroços dos artefatos e deixar sua recuperação a cargo de técnicos americanos. Inclusive nesses casos extremos, nem a população que por desventura fosse atingida, tampouco o governo brasileiro teriam o direito de saber o que lhes havia atingido e o que estavam ajudando a encontrar.

Em sexto e último lugar, em relação à possibilidade de novos acordos, ficava clara a questão geopolítica e a possibilidade de alianças. Ser submetido às condições impostas pelos Estados Unidos, significava dizer que poderiam eleger quem deveria instalar-se em Alcântara no sentido de reforço da posição estratégica nesta zona entre países aliados.

Foi justamente essa preocupação com um possível enclave militar americano que muitos parlamentares começaram a produzir

seus discursos de defesa da soberania nacional. Em relação a tais discursos parece que a história se repete, como no caso do antigo projeto do Instituto Internacional Hiléia Amazônica (IIHA) pensado pela UNESCO quase 70 anos atrás.

Sem querer apegar-me a este exemplo do passado, penso que o mais importante é compreender que determinadas ações, como as relacionadas com possibilidade de instalação de bases norteamericanas em Alcântara, não se verificam por acaso. Existe uma conjuntura favorável para isso.

Um contexto de crise internacional relativa à instabilidade política e econômica de diferentes países, inclusive aqueles considerados centrais na Europa, favorecia aos Estados Unidos à época na consolidação de sua posição hegemônica e a imposição de um modelo global com características políticas e econômicas. E por que não dizer também científica e militar? O contexto do período fez com que Alcântara se enquadrasse no movimento quase silencioso de ocupação de espaços estratégicos por parte dos Estados Unidos.

Os momentos de crise ou de graves conflitos bélicos são sempre utilizados para pensar a paz ou criar novas formas de centralização de poder. Depois da segunda guerra mundial, e depois da quantidade de mortes produzidas, houve a necessidade de pensar na paz, antes que qualquer outro interesse. Foi no interior da UNESCO que se desenvolveu a possibilidade de desenvolver iniciativas neste sentido. A democratização do conhecimento científico como forma de assegurá-la, foi uma delas, conforme argumentou o cientista político Marcos Chor Maio em uma entrevista (O Estado de São Paulo, 17.02.2001). A idéia era descentralizar o conhecimento científico e foi a partir dessa perspectiva que a UNESCO orientou, em 1947, o projeto de criação do Instituto Internacional Hiléia Amazônica para o Brasil.

Em outro momento conjuntural, a polarização entre Estados Unidos e União Soviética, que trouxe à luz a guerra fria, pois em evi-

dência dois blocos nos quais se polarizaram também aspectos de natureza política, militar e científica. Ao longo de muitos anos o mundo ficou dividido, ante a permanente ameaça de sua destruição, entre capitulistas e comunistas, o que marcou também toda uma produção intelectual relativa a essa situação política e econômica.

Com a queda do muro de Berlim e o fim do comunismo, e à falta de uma alternativa diante da suposta vitória do modelo norte americano, se verificou um crescente processo hegemônico dos Estados Unidos, não somente em termos político e econômico, mas também militar e científico. Foi justamente esse processo que se assemelha a uma espécie de colonização científica que Pierre Bourdieu e Lóïc Wacquant (2001) denominaram de americanização do mundo.

Novas etiquetas como globalização, neoliberalismo apareceram no novo cenário mundial e passaram a funcionar como uma espécie de roteiro hollywoodiano para todo o planeta. Em relação a essa tendência de americanização do mundo, Bourdieu e Wacquant argumentam que *“el imperialismo cultural reposa sobre el poder de universalizar los particularismos vinculados a una tradición histórica singular haciendo que resulten irreconocibles cómo tales”* (2001, p.7). Em termos de um discurso hegemônico isso equivaleria dizer: o que é bom para os Estados Unidos deve ser aceito como bom pelos demais países do mundo, o que ratificaria esse imperialismo de que falam Bourdieu e Wacquant.

Como não se identificava no início dos anos 2000, com muita clareza um forte oponente⁷, o que se observava era um confronto

7 A China representava à época um possível oponente, pois desenvolvia projetos militares. Em 2001 interceptou um avião espião americano que provocou um acidente aéreo que causou a morte de um piloto chinês. Existia uma preocupação do presidente George Bush em desenvolver sistemas de defesa e, no princípio de seu governo, tentou colocar em funcionamento o polêmico projeto de Escudo Antimísseis. Este foi um dos temas de sua agenda de trabalho quando da sua passagem pela Europa em junho de 2001. Esse tema voltou à ordem do dia depois do atentado de 11 de setembro.

em termos econômicos entre os Estados Unidos e um bloco de países europeus organizados em torno da União Européia. Realinhar esses países em um forte bloco econômico representava uma estratégia no sentido de colocar uma espécie de freio ao rolo compressor em que os Estados Unidos havia se convertido, nesse caso por razões econômicas.

Se na Europa os países tentavam alinhar-se em termos econômicos para fazer frente a um poderoso adversário, os países latino-americanos, com seus problemas estruturais, políticos e fragilidades econômicas tornam-se mais vulneráveis. No caso do Brasil, essa presença mostrou-se mais evidente, em se tratando da possibilidade de instalação quase silenciosa de uma base americana em Alcântara.

Para que se consolidasse o capítulo da instalação dos norteamericanos em território brasileiro, era necessário que o Estado procedesse ao deslocamento compulsório das famílias que residiam e trabalhavam na área de interesse aeroespacial. Como ficou claro em relação a esse quadro geopolítico, os camponeses de Alcântara passaram a desempenhar um papel fundamental naquele momento. Essas famílias, descendentes de escravos, já bastante afetadas, se converteram em um dos entraves à consolidação do Acordo pretendido.

Saber local como tecnologia étnica

A justificativa da instalação do CLA foi baseada em um discurso de legitimação e convencimento inspirado em uma imagem de vanguarda e marcada pela utilização da tecnologia espacial como um certo talismã. Ao seu redor foram sendo agregadas idéias associadas a modernidade, desenvolvimento que, segundo tal discurso, levaria Alcântara não somente em direção ao espaço, mas também ao futuro.

Essa pequena cidade do século XVII, que experimentou um período de apogeu econômico na primeira metade do século XVIII,

a partir da monocultura principalmente do algodão, baseado na mão de obra escrava, viveu também momentos de crise econômica que se agudizou em sua segunda metade. Com a debilidade desse sistema escravista, foi elaborada por parte de intelectuais do período uma explicação pautada na ideia de crise, consolidando uma ideologia da decadência (ALMEIDA, 1983). O que de fato entrou em decadência foi um sistema produtivo baseado na mão de obra escrava.

O fim da política do Marquês de Pombal e da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, contribuíram para a agudização da crise do sistema agrário exportador na segunda metade do século XVIII, em função também de contingências políticas, sociais e econômicas⁸ que registravam tanto interna como externamente ao Brasil. Tais conjunturas afetaram diferentes províncias do país, inclusive a do Maranhão (ALMEIDA, 1983, p. 91).

Para explicar a quebra econômica verificada no Maranhão, intelectuais do período utilizaram diferentes argumentos que giravam em torno da noção de decadência. Esse padrão explicativo passou a servir como modelo para todos aqueles intelectuais que desejassem o reconhecimento social e inclusive influenciou uma produção historiográfica e literária posterior (ALMEIDA, 1983).

É justamente baseado nesse mesmo modelo explicativo que se elaborou o discurso da modernidade para justificar a instalação do CLA. A presença do CLA foi apresentada como possibilidade de ruptura com a “decadência” que se havia incrustado na cidade desde o século XVIII. Nada melhor que um discurso baseado na alta tecnologia para reforçar essa velha ideologia

Como todo discurso, esse foi dirigido a um público e com um objetivo específico. Seu público principal foi a sociedade de Alcântara

8 Acerca desse momento de crise, leia-se de Almeida (2008) A Ideologia da Decadência - leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão.

e seu objetivo foi o de legitimar o processo de instalação do CLA, fazendo com que a população o aceitasse como algo bom e revolucionário, que transformaria radicalmente a realidade social e econômica do município. Como a instalação do CLA implicava também o deslocamento de grande quantidade de famílias, esse discurso também foi dirigido a elas no sentido de convencer a seus membros de que as mudanças que ocorreriam seriam boas, que melhorariam sua qualidade de vida.

Prevaleceu, portanto, a lógica do convencimento. Mas esse princípio se orientou por uma prática com um duplo viés: por um lado reafirmava um modelo, justificando-o e, por outro, deslegitimava aquele que deveria ser suplantado. Nesse sentido, as classificações diferenciadoras acabaram gerando justificativas desqualificadoras.

A partir dessa perspectiva, o discurso baseado na tecnologia, na modernidade, introduziu uma polarização relativa às formas de saber. Por um lado, um saber apoiado no conhecimento científico, no qual a idéia de tecnologia se consolidava. Por outro, os saberes das famílias que viviam nos povoados que seriam remanejados compulsoriamente. Tentaram produzir uma hierarquia que estabelecia a superioridade daquele simbolizado pelo CLA e a inferioridade daquele existente nas realidades locais.

Essa visão legitimadora do CLA gerou um princípio desqualificador que identificava as práticas desses grupos étnicos como sinônimo de subdesenvolvimento, de algo arcaico que criava obstáculos ao “progresso” e que necessitava ser reformulado no sentido de ser resgatado, trazido ao mundo “civilizado”, como se fosse algo que tivesse se mantido isolado desde o século XVIII. Caberia, portanto, ao CLA a missão de apresentar-lhes o desenvolvimento para resgatá-los do passado e levá-los ao futuro, representado pela moderna tecnologia aeroespacial.

Em um artigo escrito em maio de 2001, relativo às graves consequências da instalação do CLA para as famílias camponesas residentes na área pretendida, a antropóloga Maristela de Paula Andrade faz alusão à idéia de limpeza étnica (PAULA ANDRADE, 2001a). Além de ser bastante pertinente para pensar o problema decorrente desse quadro de intervenção, essa idéia de limpeza étnica serve para refletir sobre a polarização entre os saberes.

Essa noção serve para pensar também o grau de violência simbólica subjacente à polarização de saberes. Em outras palavras, a forma como a ação oficial foi conduzida representa a idéia de eliminar progressivamente o conhecimento local e as práticas sociais desses grupos étnicos. Limpar, em termos étnicos, significa eliminar, de forma impositiva e etnocêntrica outras formas de saber que organizam a vida social das famílias e a relação que estebelem com o ambiente natural e os recursos disponíveis em seus territórios.

Passadas mais de três década de intervenção do Estado em Alcântara, o que se constata é que o uso da idéia de tecnologia e seus termos correlatos, utilizados como elementos que possibilitariam a melhoria na qualidade de vida da população, acabou gerando um efeito contrário, ou seja, piorou consideravelmente esses níveis, agravando-os ainda mais.

Constatamos que a desqualificação que o discurso baseado na idea de modernidade, que a noção de tecnologia tentou estabelecer, se configurou como algo vazio, sem uma uma correspondente sustentação. O que se verifica, por outro lado, é o que era considerado atrasado, subdesenvolvido, arcaico, foi o que assegurou ao longo de mais de dois séculos a manutenção dessas famílias com um nível de vida superior àquele propagandeado pelo CLA com todo seu aparato tecnológico.

A eficácia da prática social desses grupos étnicos acaba funcionando como elementos que reverte, de forma positiva, o estigma que

o discurso utilizado por setores do Estado, fundado na idéia de tecnologia, tentava impor. É justamente dessa perspectiva de reversão de estigma, e baseada nas práticas desses grupos étnicos que introduzo a noção de tecnologia étnica.

Faço uso da noção de tecnologia étnica não operando estritamente com seu sentido etimológico ou em uma versão de dicionário. A utilizo como uma espécie de contraposição, tentando justificá-la a partir de outras bases explicativas e referida a um contexto de conflito e de disputa territorial entre os quilombolas de Alcântara e setores do Estado.

O termo tecnologia apresenta distintas acepções, em geral referidas a um determinado tipo de conhecimento, que possui um conjunto de procedimentos com uma linguagem baseada em termos específicos. Sem querer simplificar a noção de tecnologia, poderíamos dizer que reuniria estes elementos. Tratando-se de conhecimento, procedimentos e linguagem específica, observamos que estes elementos poderiam remeter a um longo debate no interior da ciência. Não é minha intenção realizar aqui tal discussão. Para introduzir os meus argumentos em torno do que estou denominando de tecnologia étnica desejaria apropriar-me da idéia de saber, de procedimentos e linguagem específica.

Parto da premissa que esses grupos étnicos de Alcântara detêm um saber que foi adquirido e consolidado por gerações sucessivas no interior de organizações sociais específicas. Este saber local, foi sendo forjado, sobretudo, por seu lugar de produção, ou seja, o contexto de sua elaboração, por sua dimensão histórica e sociológica, estabeleceu a sua especificidade. O que quero dizer com isso é que diferentes aspectos relacionados com as formas de organização social desses grupos singularizaram formas de saber em relação com as de outros grupos, ainda que possam parecer semelhantes em termos de características e funcionamento. Geertz (1994) enfatiza este aspecto quando

fala da construção do saber, chamando atenção para a importância que devemos dar a seu local de produção.

Para referir-me a esse processo de acumulação prefiro utilizar a idéia de saber como modo de caracterizá-lo por sua forma prática, mas não estática, marcado pela aborção progressiva de experiências que vão habilitando os atores sociais. Assim vai sendo consolidado esse saber pela via da experimentação continuada e também por meio da acumulação daquilo que vai sendo produzido.

A tecnologia étnica seria determinada por um conjunto de saberes produzidos e utilizados no interior de um determinado grupo étnico, marcando sua organização social em seus múltiplos aspectos e orientado por práticas consolidadas a partir de experiências sucessivamente acumuladas. Essa noção está intimamente ligada ao processo de constituição desses grupos étnicos como tipos organizacionais, em cujo interior se desenvolvem as práticas sociais que estabelecem e marcam essas formas de saber.

Como já mencionado, Alcântara viveu um período de auge econômico que chegou a seu apogeu na primeira metade do século XVIII. Essa posição foi assegurada graças à monocultura de exportação baseada na força de trabalho escrava. Ademais de ser utilizada em fazendas de grandes proprietários, a força de trabalho escrava foi também usada por ordens religiosas que se instalaram em Alcântara, como a dos Jesuítas e Carmelitas.

A permanência desse contingente de escravos em Alcântara, que possibilitou a formação de diferentes situações sociológicas, tem a ver com as mudanças na estrutura agrária que se processaram. Essas alterações estão relacionadas, por exemplo, com a expulsão e saída das ordens religiosas como também a quebra econômica dos grandes proprietários. Os Jesuítas foram expulsos pelo Marquês de Pombal, por pussiurem companhia de comércio que concorria com a do Grão-Pará e Maranhão. Os Carmelitas também foram abandonan-

do Alcântara progressivamente. Diante da impossibilidade de seguir mantendo o nível de acumulação de riquezas em virtude das alterações no quadro econômico internacional que os abatia, os proprietários de fazendas e engenhos também abandonam Alcântara.

A desagregação das grandes unidades monocultoras criou as condições para a transferência, aquisição ou doação de terras a ex-escravos que, baseados em formas de organização social e econômica específicas, deram origem às chamadas *terras de preto* e *terras de santo*⁹ (SÁ, 1975; PRADO, 1975).

Em relação a essas duas categorias, em uma palestra proferida em maio de 2001 na Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, a antropóloga Maristela de Paula Andrade destacou que:

As categorias terra de preto, terra de santo, registradas em Alcântara, remetem, portanto, para a história do grupo e para a ligação com ancestrais, sejam escravos ou indígenas. Nos casos de terras de santo, como as de Santa Teresa e de Santana, em Alcântara e Bequimão, a lógica jurídica do grupo implica numa relação com uma santa protetora dos pretos. Estamos diante de um sistema de crenças que liga esses trabalhadores à terra e que os leva a perceber a terra e outros recursos naturais como dádiva divina e, portanto, para serem usufruídos por todos e não conseguem percebê-los de acordo com a lógica da propriedade privada (PAULA ANDRADE, 2001b, p.5).

Como destaca Paula Andrade, a lógica que organiza esses grupos está baseada em outros fatores e orientada por princípios de base étnica. Caberia, a partir disso, estabelecer como se produziu a ruptura no sentido de reintroduzir esses princípios como elemento fundacional, que diferenciaria a prática desses grupos daquela pré-existente, ou seja, a baseada no trabalho escravo.

9 Em meu trabalho *Os Pretos de Bom Sucesso*, trato de uma situação na qual a organização social do grupo estudado é orientada por essas duas categorias (SOUZA FILHO, 2008).

O princípio étnico passa por um processo de ruptura e reorientação que marca não somente a forma produtiva, mas também a organização social. Os fatores relativos ao processo produtivo passam a ser outros: do monocultivo imposto por um modelo compulsório à diversificação produtiva estabelecida por esses grupos; do caráter exportador e externo àquele de circulação interna, restrita e regional.

Outro aspecto a destacar em relação à prática historicamente estabelecida por esses grupos diz respeito à relação que estabelecem com os recursos básicos: de um fundamento que produz para uma única pessoa, o grande proprietário, que remete a um princípio de individualidade, a outro que se inspira no grupo, estabelecendo o princípio coletivo. É a partir dessa ruptura que introduzem uma de suas principais características: o usufruto comum não só da terra mas também dos demais recursos naturais¹⁰. De privado a comum, esta é a passagem fundamental que vai caracterizar os integrantes dessas distintas situações sociológicas como grupos étnicos, como tipos organizacionais (BARTH, 1969), que inauguram um novo princípio que orienta as práticas em seu interior.

Essa passagem de privado a comum funda também princípios jurídicos próprios que vão consolidados ao longo do tempo, não como uma regra instituída, mas como uma prática socialmente determinada, aceita e compartilhada. Os recursos básicos passam a ser vistos a partir de outra perspectiva, marcados por um novo sistema de valores que vão sendo edificados no sentido de promover uma ruptura e distanciamento de uma concepção e prática até então vigentes.

A ruptura representa um momento de passagem a uma nova ordem social que passa a ser definida e controlada por esse grupo, pautada em outros princípios. Um sistema que era individual e ex-

10 Paula Andrade (1999) trabalhou outra situação sociológica caracterizada como terra de índio, na qual também prevalece o princípio do usufruto comum da terra e dos demais recursos naturais.

cludente é progressivamente substituído por outro, elaborado no interior dos grupos e que apresenta um caráter comum e inclusivo, garantindo, por sua vez, uma maior participação de seus membros e o fortalecimento da coesão social.

É justamente no interior desse grupos étnicos e por meio das práticas sociais que vão sendo desenvolvidos diferentes formas de saber, referidas não somente à maneira como seus membros se relacionam com os recursos naturais, mas também a como estabelecem relação entre eles mesmos. Nessa engenharia social, as formas de saber não se definem somente pelo domínio de certas técnicas relacionadas ao mundo da agricultura, pesca, extrativismo ou ao nível da circulação dos produtos, mas também são maracadas por outras esferas da vida social.

A noção de tecnologia étnica não deve ser pensada, de modo restrito, ao domínio de certas técnicas. Deve ser entendida como uma noção que incorpora o modo de vida desses grupos étnicos como elemento que orienta e organiza as práticas sociais. Esses elementos não são as práticas propriamente ditas, senão o que está subjacente a elas e que assegura o seu funcionamento. Nesse sentido, o que as sustenta funciona como um tipo de saber, um saber que regula o comportamento dos indivíduos em diferentes momentos da vida social.

As relações de compadrio, de casamento, os ritos, festas, entre outras dimensões da vida social desses grupos são orientadas por regras de comportamento e expectativas criadas em relação a elas e, cada membro, por compartilhar do mesmo código cultural, se apropria dessa aprendizagem e a reproduz nas suas relações com os demais membros.

O que quero dizer é que em relação a essa concepção de saber, não se deve compreender como a prática social propriamente dita, senão como o que cada indivíduo vai adquirindo a partir dela que o habilita a participar da vida social. As relações de compadrio, por

exemplo, estabelecem determinados tipos de vínculos entre as pessoas e, o importante para o funcionamento dessa instituição, não é o compadrio em si mesmo ou o vínculo, mas o que foi aprendido socialmente o que representa e significa para os membros desses grupos o compadrio e o vínculo estabelecido. O mesmo poderia ser observado em outras dimensões da vida social.

Por essa via deveríamos ampliar a idéia de saber local para além das práticas empiricamente apreendidas. O saber que fundamentaria o que chamo tecnologia étnica, seria essa fusão entre saber prático empiricamente aprendido e acumulado e aquele apreendido em outras esferas da vida social. Uma origem comum, as festas, as práticas religiosas e curativas, as atividades econômicas entre outros aspectos, também vão marcando esse saber e orientando ações e comportamentos que não somente disciplinam as relações entre os indivíduos, mas também ordenam o funcionamento da vida social.

A tecnologia étnica, como fusão dessas diferentes formas de saber organiza uma prática social historicamente determinada, promovendo um equilíbrio que é mantido graças à forma como esses grupos estão organizados, definindo identidades coletivas e pertencimentos que vêm assegurando ao longo de séculos, por gerações sucessivas sua reprodução material e social.

É justamente nesse contexto de nova intervenção do Estado, que esses grupos se encontram mais uma vez ameaçados na sua organização social e territorial. A ação estatal não se dirige a qualquer coletividade ou grupo de pessoas. Dirige-se a grupos étnicos que possuem e reconhecem a área atualmente ocupada pelo CLA com a ampla faixa do litoral pretendida atualmente pelo Estado como território que lhes pertence e que se encontra ameaçado de expropriação. A exclusão dessa porção do território quilombola comprometeria de forma radical a existência desses grupos, colocando em risco o equilíbrio social e ambiental historicamente assegurado não somente nessa

zona litorânea que interessa ao Estado, mas em todo o município de Alcântara.

Bibliografia

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Ideologia da Decadência: Leitura Antropológica a uma História da Agricultura do Maranhão**. São Luís: FIPES, 1983.

BARTH, Fredrick. **Los grupos Étnicos y sus Fronteras**. México, Fondo de Cultura Económica, 1976.

BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Loïc. **Las Argucias de la Razón Imperialista**. Barcelona: Paidós, 2001.

CALDEIRA, Jorge et al. **Viagem pela História do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, CD Room, 1994.

FERNANDES, Carlos Aparecido (2001): “**Deslocamento Compulsório de Trabalhadores Rurais: O Caso do Centro de Lançamento de Alcântara-Maranhão**”. São Luís, Mimeo, p. 1-27.

GEERTZ, Clifford. **Conocimiento Local**. Barcelona: Paidós, 1994.

MONTELOO, Josué. **Noite sobre Alcântara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ª Ed, 1984.

PINTO, Lúcio Flávio. O Estado de São Paulo, Ciência e Meio Ambiente, 17.02.2001

PAILA ANDRADE, Maristela de. **Terra de Índio – identidade étnica e conflito em terras de uso comum**. São Luís: Edições UFMA / Mestrado em Políticas Públicas, 1999.

PAILA ANDRADE, Maristela de. “La hegemonía norteamericana como se manifiesta en Brasil en el sector aeroespacial”. São Luís, Mimeo, 2001a, p. 1-8.

PAULA ANDRADE, Maristela de. Palestra proferida na Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão. São Luís, 2001b, p. 1-14.

PRADO, Regina Santos. **Todo Ano Tem: as festas na estrutura social camponesa**. São Luís: EDUFMA , 2007.

SÁ, Laís Mourão. 1975 – **O Pão da Terra – propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Occidental maranhense**. São Luís: EDUFMA , 2007

SOUZA FILHO, Benedito. “Noite Sobre Alcântara - algumas considerações em torno da categoria decadência”. Belém: UFPA, 1997, p. 1-27.

SOUZA FILHO, Benedito. “Noite Sobre Alcântara”: as metáforas montellianas como reprodutoras da ideologia da decadência”. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Grupo de Trabalho 15: Pensamento Social no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 28 a 31 de julho de 2009.

SOUZA FILHO, Benedito. **Bom Sucesso: terra de preto, terra de santo, terra comum**. São Luís: EDUFMA , 2008.



“Noite sobre Alcântara”: romance, metáforas
e a decadência como categoria explicativa



“Noite sobre Alcântara”: romance, metáforas e a decadência como categoria explicativa¹

*Rainha de opulência, destronada,
Tu tens por fausto – o mar; por trono – o nada;
Grandezas que te restam do passado...
Tudo roubou-te, a negra sorte:
Parece que os teus passos segue a morte,
Como segue a desgraça ao desgraçado!*

Trecho do soneto, “Alcântara”, de Agostinho Reis.

*Alcântara morria
Dando-se toda ao mar
Salgando os ossos de suas ilusões
E embarcando seus últimos anseios
Em navios mal-assombrados*

Trecho de “Alcântara: negociação do azul ou a castração dos anjos”, de José Chagas

Neste capítulo discuto como, no âmbito da produção intelectual regional, foi elaborado e reproduzido um padrão explicativo do declínio econômico do Maranhão no século XIX, associado à noção de *decadência*. Essa idéia da *decadência* acabou sendo apropriada por Josué Montello em seu romance “Noite sobre Alcântara”, para traçar o quadro de empobrecimento progressivo da aristocracia agrária de Alcântara.

A motivação para tomar o romance como objeto de análise justifica-se por alguns motivos. O primeiro deles é que na narrativa ro-

¹ A primeira versão deste trabalho foi elaborada em 1997, no âmbito da disciplina “Familia e Sociedade na Amazônia”, durante a realização do curso de mestrado em Antropologia na UFPA. Com modificações e acréscimos foi apresentado no Grupo de Trabalho 15, “Pensamento Social no Brasil”, no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 28 a 31 de julho de 2009.

manesca, ao traçar o quadro da quebra econômica e modificação do padrão de vida da aristocracia agrária de Alcântara, o autor reproduz uma matriz interpretativa elaborada por intelectuais do século XIX para explicar o quadro de crise que concorreu para o declínio da agricultura do Maranhão, assentada principalmente na monocultura do algodão e da cana-de-açúcar.

Segundo, que o romance contribuiu para a cristalização no imaginário social maranhense desse sentido de “decadência” da cidade de Alcântara. Por sua rica narrativa, inspirada no princípio verossimilhança, o romance acabou sendo produtor de uma realidade pretensamente objetiva. Ruas calçadas com pedras, antigos prédios e sobrados, outrora habitados por barões, comendadores e figuras ilustres, acabam sendo apropriados como exemplos que ratificam a fidedignidade da “realidade” mostrada no romance.

Fundada em 1614, Alcântara não serviu somente para ambientar as tramas romanescas de Josué Montello. Tem sido palco, desde o início da década de 1980 do século XX, de projetos oficiais como a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA)².

2 O Centro de Lançamento de Alcântara foi idealizado pelos militares na década de 1970 e implementado na década de 1980. O projeto consistia em construir uma base para lançamento de artefatos espaciais. Em função de não ter sido possível concretizar esse projeto em função do Brasil ainda não dominar a tecnologia aeroespacial, os sucessivos governos têm insistido na redefinição dos objetivos do projeto original. A proposta é a de estabelecer acordos com outros países para utilização de áreas situadas na faixa litorânea mediante transferência de tecnologia. Já existe um acordo firmado entre o Brasil e a Ucrânia. Outros países mostraram-se também interessados em celebrar semelhantes acordos. A redefinição desses objetivos, entretanto, não está isenta de problemas, já que a área pretendida pelo governo é reivindicada pelas comunidades quilombolas de Alcântara. Em 2008 a Justiça Federal emitiu sentença favorável aos quilombolas, cabendo agora ao Estado emitir o título definitivo de propriedade aos quilombolas. Em virtude de a faixa litoral do município ser considerada de interesse aeroespacial, alguns entes do Estado, como os Ministérios da Defesa, da Aeronáutica, da Ciência e Tecnologia e a Casa Civil da Presidência da República não querem abrir mão dessa

A justificativa para a instalação desse empreendimento sempre esteve ancorada, entre outros fatores, nas idéias de modernidade, alta tecnologia, progresso e desenvolvimento. Categorias que têm sido contrastadas com aquelas que sempre marcaram o imaginário social sobre a cidade: “decadência”, apego ao passado e estagnação econômica.

Ao longo de mais de 30 anos de implantação do CLA e de ampliação do Programa Espacial Brasileiro, oposições entre passado e futuro, atraso e progresso, estagnação econômica e desenvolvimento têm sido amplamente utilizadas seja por moradores da cidade, seja por funcionários de empresas que desenvolvem atividades para o CLA ou agentes dos aparatos do Estado para justificar não só a presença mas também a necessidade de empreendimentos dessa natureza.

Nesse movimento de justificação, a *decadência*, como sinônimo de estagnação, reaparece como categoria que reafirma os discursos legitimadores, e explicativa do atraso social e de falência econômica. Como se a cidade de Alcântara vivesse em letargia desde o século XIX e merecesse ser resgatada dessa condição imobilizadora a partir da instalação desses empreendimentos tidos como modernos.

O terceiro motivo para o diálogo com a obra justifica-se porque o próprio romance, em algumas situações, foi evocado por militares e técnicos envolvidos com os empreendimentos aeroespaciais de Alcântara como ratificador dessa situação. Por sua rica narrativa, acabou sendo apropriado por tais agentes como um “fiel tradutor” do declínio econômico da cidade que, na visão desses agentes, pode ser constatado.

área considerada estratégica em termos geopolíticos. Em função dos interesses em jogo, foi constituída uma Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, mediada pela Advocacia Geral da União, para tratar da situação.

A *decadência*, como categoria explicativa, continua exibindo seu poder e produzindo seus efeitos. Por essa razão, é necessário refletir sobre como ela inspirou esse padrão explicativo que, nas sucessivas reproduções foi praticamente naturalizada pelos produtores regionais.

Ademais dessa naturalização identificada na literatura regional³, verifica-se que a idéia de *decadência* não só foi consolidada no imaginário social, como passou a ser utilizada como contraponto dos discursos modernizadores de distintos agentes que, empenhados em justificar a importância da implantação de empreendimentos aeroespaciais em Alcântara, passaram a utilizá-la como polarizadora da idéia de progresso e desenvolvimento. Diante disso, o diálogo com o romance mostra-se como uma alternativa para tentarmos traçar a história social da noção de *decadência*.

A utilização de obras literárias como objeto de reflexão, tem sido cada vez mais constante por parte de cientistas sociais brasileiros. Longe de representar um lugar estéril às análises de natureza sociológica ou antropológica, os diferentes gêneros - romances, contos, ensaios - como formas peculiares de tradução da vida social, apresentam-se como férteis e reveladores de modos de vida, padrões culturais, redes de sociabilidade, regras de comportamento, visões de mundo e reproduções de ideologias.

"*Noite Sobre Alcântara*", obra escolhida para análise, contém tais características. Autor de variados títulos nos campos da ficção, do ensaio e da história, Josué Montello, como em outra famosa obra, "*Os Tambores de São Luís*", continua preso pela memória à sua terra natal: o Maranhão. Estes títulos, de forte raiz poética, valem também como panoramas históricos de amplas proporções. Em "*Noite Sobre*

3 Outro exemplo de reprodução desse modelo explicativo é a obra "*Alcântara: negociação do azul ou a castração dos anjos*", de José Chagas (1994).

Alcântara”, o autor nos brinda com forte realismo, um painel histórico que retrata a vida social, política e econômica da aristocrática cidade de Alcântara na segunda metade do século XIX.

Relata a “decadência” inelutável de uma cidade ao mesmo tempo em que traça a curva de uma geração à qual pertencem as principais personagens do romance, Natalino e Maria Olívia. Vamos sabendo da progressiva *decadência* da cidade, quer pelas ricas descrições do narrador quer por alusões, notícias, reflexões postas na boca das personagens.

Viaja-se, por esta via, entre a opulência traduzida nos grandes sobrados de mobílias européias e azulejaria portuguesa, carruagens com arreios de prata, festas animadas por orquestras e a visão fantasmagórica da cidade que se esvai, física e economicamente, juntamente com as figuras de barões, condes, viscondes, comendadores.

O romance apresenta uma narrativa circular. Inicia com a partida de um dos personagens principais, Natalino, para São Luís e cujo desenrolar da narrativa segue a partir desse ponto. É através de flashes do passado, no momento da despedida de Alcântara, que Natalino, como a evocar outros personagens, dá início à trama romanesca.

O painel histórico contido no romance cobre os últimos trinta anos do século XIX e é ambientado em Alcântara, Maranhão, e mostra, além da decadência física e econômica da cidade, algumas transformações sociais e políticas verificadas à época e que se refletiam no processo de empobrecimento da cidade. A opulência exibida pelos nobres, traduzida num padrão de inspiração européia, passa a dar lugar ao enfraquecimento econômico e à modificação desse modo de vida. É o período de transição política: princípio da queda da Monarquia e início da República. É a época do fervilhar da abolição da escravatura.

A obra, a despeito de indicar algumas transformações estruturais pelas quais o país passava, e os reflexos das mesmas que se faziam sentir de modo particular na província do Maranhão, não pretende dar conta, com profundidade, das dimensões sociológicas das mesmas. Não é essa a sua finalidade. Embora não se possa exigir tal digressão do autor, a sua narrativa é marcada por indicadores que, embora emergentes de uma obra de ficção, apresentam o seu correspondente nos registros históricos⁴ que dão conta da vida social, econômica, política e cultural de Alcântara.

Nesse sentido, pode-se, à luz dessas pistas oferecidas pelo autor, estabelecer paralelos com outros trabalhos no sentido de pensar, para além de uma obra literária, a vida social e econômica do Maranhão do século XIX e de que modo o romance, como texto e contexto, possibilita a identificação de um padrão explicativo resultante das matrizes do pensamento social consolidadas na segunda metade do século XIX junto à camada de intelectuais que se dedicaram a explicar o quadro social, econômico e político brasileiro e maranhense desse período.

Esse padrão explicativo cunhado e reproduzido por tais intelectuais, caracterizados por Almeida (1983) como *patronos* e *clássicos*, ademais de servir como justificativa para legitimar espaços de consagração, consolidava também um tipo de literatura, podendo ser entendida como uma espécie de sociologia espontânea de classe, cujo modelo de pensamento o romance de Josué Montello reproduz quase um século depois. Esse modo de pensar as alterações verificadas na economia agrária do Maranhão, e não somente de Alcântara, consolidou o que Almeida (1983) designou de *ideologia da decadência*.

4 Josué Montello sempre se mostrou um esmerado pesquisador. Esse aspecto pode ser constatado no rico material de pesquisa por realizada para produção do romance. Tais documentos podem ser encontrados nos arquivos relativos às suas obras, na Casa de Cultura Josué Montello, em São Luís.

A preocupação em refletir sobre a realidade social, a partir de uma obra literária, é justamente fugir da auto-evidência, marcada pela própria natureza da obra, no nosso caso um romance. O declínio econômico da cidade de Alcântara, presente na narrativa do autor como sinônimo de *decadência*, mostra-se quase que auto-explicativo. Daí a riqueza da obra literária: a possibilidade de diálogo no sentido de problematizar a auto-evidência, fugindo, portanto, da naturalização da realidade social, reduzida e empobrecida em seu dinamismo pela estrutura narrativa.

Orientados por esta perspectiva de diálogo com a obra de Josué Montello, nos valeremos de outra, “*A Ideologia da Decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão*”, de Alfredo Wagner Berno de Almeida, que se diferencia daquela por ser um estudo que trata do declínio da *lavoura*⁵ da província do Maranhão no século XIX, mesmo período portanto, em que a obra montelliana é ambientada.

Embora a obra do primeiro se restrinja a Alcântara e a do segundo, de modo mais abrangente, à província do Maranhão, a estrutura social e econômica, que serve de base, não apresenta diferenças a ponto de inviabilizar tal procedimento. Uma sociedade agrária, baseada na monocultura com utilização do trabalho escravo, apresenta-se como palco onde diferentes tramas e dramas sociais se descortinam à reflexão antropológica bem como à produção literária.

Como a *decadência* da cidade de Alcântara é tratada principalmente como sinônimo do processo de empobrecimento de um segmento social, a aristocracia, a obra de Josué Montello, em uma espécie de endogamia de classe acaba por reproduzir a *ideologia da decadência*

5 Lavoura era a categoria de época para se referir à agricultura monocultura de exportação.

de um segmento, como se a cidade fosse um clone daqueles que se desintegraram na derrocada econômica.

É como se Alcântara e a aristocracia agrária vivessem, em simbiose, um processo de morte inevitável. É justamente essa ideologia, imiscuída no romance, que tentaremos discutir por meio de paralelismos entre elementos extraídos das obras. Seguiremos a trilha da *decadência* proposta no romance.

O romance *Noite sobre Alcântara*, de forte realismo, foi lançado em 1978 e agraciado com dois prêmios pela Academia Brasileira de Letras. Nele Josué Montello traça um rico panorama social econômico e político da aristocrática cidade de Alcântara. Na narrativa do autor observa-se a preocupação com a materialização de um tempo histórico (o passado). A trama romanesca de Josué Montello é rica e recheada de acontecimentos que marcaram a transformação política, social e econômica do Brasil na segunda metade do século XIX.

Orientado pelo princípio da verossimilhança, inspirado em Marcel Proust, sobretudo na sua obra *Em busca do tempo perdido*⁶, Josué Montello revela-se um esmerado pesquisador. Esse aspecto é inclusive ressaltado por Raquel de Queiroz em seu artigo “*O apelo da cidade morta*” (1978), ao comentar as características do romance *Noite sobre Alcântara* à época do seu lançamento.

Entre os documentos de preparação do romance que conseguimos consultar nos seus arquivos na Casa de Cultura Josué Montello, encontravam-se mapas da cidade de Alcântara, mapas de fazendas, receitas culinárias, glossários de termos, documentos históricos sobre Alcântara e correspondências mantidas com amigos em outros estados nas quais Josué Montello solicitava informações a serem utilizadas no romance.

6 Consultando os documentos de preparação do romance, Josué Montello menciona que leu diversas vezes *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust, como inspiração para a elaboração do romance.

Entre os documentos consultados nos arquivos da Casa de Cultura Josué Montello, e que foram utilizados na elaboração do romance, encontramos alguns apontamentos nos quais o autor descreve as inúmeras vezes em que esteve em Alcântara para captar a atmosfera da cidade ou mesmo para percorrer suas ruas e identificar detalhes que escapavam aos olhares menos atentos.

É justamente esse esmero com o detalhe e a pesquisa histórica que dá ao romance o forte realismo que lhe é característico, sem pretender aprisionar ou superar a própria realidade. O romance, como uma “arte é então uma reduplicação da vida, uma espécie de emulação nas surpresas que excitam a nossa consciência e a impedem de cair no sono” (BACHELARD, 2005, p. 17).

Seguindo a trajetória traçada no romance, descreveremos sucintamente algumas passagens, de modo a colocar os elementos que servirão de base à reflexão em torno da categoria *decadência*, a ser observada em outro momento. A idéia, portanto, é tomar o desenrolar da trama do romance como reveladora de uma estrutura social marcada por grandes transformações e como as mesmas são apropriadas em termos reflexivos por diferentes intelectuais.

Noite Sobre Alcântara – alguns aspectos do romance

O romance tem como cenário a cidade de Alcântara, Maranhão, na segunda metade do século XIX. É por meio de Natalino, uma das personagens principais do romance, que vamos tendo acesso aos principais aspectos da trama romanesca.

O seu desenrolar tem início quando Natalino encaminha-se ao porto para tomar o barco que o levará a São Luís, visto que, na visão dessa personagem, a cidade dava os seus últimos suspiros, agonizando ante a derrocada econômica que se refletia na deterioração e aban-

dono dos sobrados, outrora ricamente decorados com peças vindas da Europa.

As ruas, antes ruidosas com crianças a correr, negras mucamas a desfilar juntamente com suas sinhazinhas embonecadas e vistosas carruagens, seguiam o mesmo destino. Entregavam-se cada vez mais à escuridão, ao vazio de gente e ao silêncio sepulcral. A caminho do cais, eram essas as imagens que teimavam em chegar à sua mente, traída pela paisagem desoladora que seus olhos eram obrigados a ver. “Alcântara, com a sequência de suas *casas vazias*, como que o oprimia e o esmagava. Por toda parte, nas suas ruas retilíneas, o *mesmo silêncio*, sem um piano a tocar, sem nenhuma mulher cantando ao balanço da rede” (MONTELLO, 1984, p. 23) (grifos nossos).

Intuindo que dificilmente regressaria a Alcântara, e sentindo o incômodo da pesada chave do sobrado que carregava no bolso, desfez-se da mesma atirando-a num terreno baldio. O negro Florindo que trabalhava para Natalino, há muito que havia chagado ao porto com sua bagagem, pondo-se a esperar o patrão, que interpelado no caminho pelo Comendador Ventura Lopes acabou perdendo o último barco que zarpara para São Luís. Vendo-se obrigado a pernoitar em Alcântara, lembrou que havia jogado fora a chave do sobrado.

Enquanto Florindo se via às voltas com a chave perdida, Natalino ouvia sons de tambores vindos dos rumos da igreja do Rosário. Os tambores, tocados pelos negros, anunciavam a chegada do final de ano e com ele a virada do século. Embalado pelo som, Natalino se vê tomado por uma lembrança dos bons tempos de Alcântara, “com as sinhazinhas de carruagem, os pretos de luvas nos dias de festas, os músicos que vinham de fora para tocar nos bailes” (MONTELLO, 1984, p. 31).

No topo de uma ladeira enquanto a noite caía, como a rever cenas de um filme conhecido, Natalino via a varanda do sobrado após a ceia, com o Visconde à cabeceira da mesa e a Viscondessa à sua

direita, e ele, mais adiante, a anunciar o seu alistamento no Batalhão de Voluntários que rumaria para a Guerra do Paraguai.

Passado um longo período após o término da guerra, chega a Alcântara um telegrama anunciando o retorno de Natalino, o que provocou grande alvoroço. A notícia, dada a seguir pelo Visconde, dizia que após alguns meses em uma enfermaria em Montevidéu, o filho havia sido promovido, por atos de bravura, a major. Depois de quase cinco anos de ausência, o filho pródigo retornava a Alcântara.

Entre os amigos que não paravam de chegar ao sobrado, Natalino mal podia movimentar-se. Num dos cantos da sala, ele deu de frente com uma figura alta de mulher, que também o olhava, estendendo-lhe as mãos geladas pela emoção.

Vendo Maria Olívia [outra personagem central no romance], uma mulher feita, despedir-se dele e seguir em direção à sua casa, Natalino deu-se conta que já haviam transcorrido quase trinta anos. Há muito que ele não a via, desde que foi para um internato em Paris, onde passou oito anos. Essa prática, vale ressaltar, era recorrente entre os nobres de Alcântara e, de certo modo, simbolizava um período de prosperidade que se esvaía gradativamente, obrigando muitos que haviam enviado seus filhos à Europa a trazê-los de volta. Fato que podia ser constatado nas palavras de Maria Olívia, presentes no seu diário enquanto regressava de Paris:

Regresso ao Brasil numa hora mais propícia. A guerra com o Paraguai, pelo que tudo indica, está chegando ao fim. Papai, com prudência e tino, soube aplicar seus recursos, de modo que *as ruínas de numerosas famílias de Alcântara não nos atingiram*. Aqui mesmo *no navio, vão dois rapazes alcan-tarenses que foram obrigados a interromper seus estudos na Alemanha porque os pais perderam o que tinham em escravos e em lavouras de algodão*. Um deles viaja na segunda classe. Muita gente me tem dito que *a vida em Alcântara já não é o que era* (g.n)

Essa situação de crise descrita pela personagem, que obriga muitos filhos da aristocracia alcantarense a interromperem seus estudos e regressarem a Alcântara, representa o oposto do período de prosperidade mencionado por Jerônimo de Viveiros. Segundo este autor, ciências naturais, astronomia, matemática, filosofia, direito, medicina, agronomia, eram os cursos que os filhos das famílias aristocráticas de Alcântara cursavam em diferentes países da Europa e nos Estados Unidos. Segundo Viveiros (1999, p. 72), “é digna de mencionar a influência benéfica que eles exerceram na família alcantarense, introduzindo-lhe hábitos europeus, tornando-a menos retraída e mais acessível ao trato social e às diversões”.

O requinte da aristocracia alcantarense, vivido nesse período de opulência é ressaltado ainda por Jerônimo de Viveiros em outra passagem, ao mencionar que:

Nas visitas, as tabocas (fina rede de linha, coberta por lençol de franjas de labirinto, atada a um bambu pintado de variadas cores) em que se transportavam as senhoras, foram substituídas pelos palanquins, doirados uns, pintados a óleo outros, mas todos com ornato de talha, estofos e sanefas de gorgorão, portinholas desenhadas, que negros, trajando librés de cores berrantes, carregavam, ufanos.

Se São Luís possuía esses camarins ambulantes, por que Alcântara não havia de tê-los? E teve-os bem bonitos, não para arruar como nas cidades grandes, que isso era pacaminoso em Alcântara, mas para as visitas, as festas de igrejas, as viagens (VIVEIROS, 1999, p. 73).

Esse padrão de vida descrito pelo autor, foi assegurado graças à situação econômica privilegiada vivida pelas famílias aristocráticas de Alcântara. Segundo Viveiros (1999, p. 69) “no decênio de 1850 a 1860, o velho município possuía 81 fazendas de cereais, 22 engenhos de açúcar, 24 fazendas de gado e para mais de 100 salinas” (VIVEIROS 1999, p. 69).

O ocaso desse fausto período descrito por Jerônimo de Viveiros é claramente percebido quando, em outra passagem do romance, Natalino procura conhecer a realidade das fazendas pertencentes à sua família diante dos rumores de que muitas se encontravam em situação de abandono.

Seguindo rumo às fazendas, na companhia do escravo Antenor, Natalino resolveu indagar sobre a situação em que se encontravam. Antenor, um tanto quanto desolado, respondia às indagações do patrão de modo metafórico, como se as fazendas tivessem sido atingidas por uma praga que ia dando cabo das roças, engenhos, casas de farinha.

Ouvindo o relato do Antenor, Natalino constatou que, desde que regressou do Paraguai, aquela não era a primeira vez que ouvira falar de modo desolador da situação das fazendas. Mas como via a cidade na cotidianidade dos dias com muitas carruagens nas ruas, festas, sobrados iluminados e festivos, atribuíra os rumores da crise a uma situação passageira, sendo explicada em parte por alguns períodos de estiagem.

Agora, à medida que penetrava no interior das terras, percebia que a crise não se devia necessariamente a esse fator. Observara que alguns sítios encontravam-se completamente abandonados e em ruínas, quase engolidos pelo mato. Logo lembrou que no porto de Alcântara, o movimento de barcos havia diminuído e que antes de sua partida o mesmo era o principal celeiro da província, com muitas embarcações ancoradas, outras tantas chegando ou partindo. Após mais algum tempo de viagem, Natalino foi tomado de surpresa:

Meu Deus! Era aquilo a casa da fazenda? Num relance da vista atarantada, abrangeu as janelas em arco sobre o alpendre, o telhado tomado pelas trepadeiras, o oitão direito desabado, a calha das águas caída para fora. E, em redor, a sensação das coisas entre-gues a si mesmas.

Adiante, na senzala, o primeiro vestígio de uma presença humana, com um fiozinho de fumaça que subia pelo cano da chaminé. Mas até mesmo o *casarão de negros, outrora sempre caiado*, com as janelas pintadas de verde, *exibia agora o abandono*. E voltando-se para o Antenor, que ora olhava o senhor, ora olhava a fazenda destroçada, observou-lhe:

- Não pensei que a Flor-da-Mata tivesse chegado a essa *ruína*.

E o preto, depois de uma risadinha:

- Seu Major ainda não viu nada. *O resto está pior*. De cortar o coração (g.n)

No meio do caminho, atordoado ainda com aquela visão desoladora, Natalino via mentalmente aquela fazenda há uns dez anos atrás em companhia de seu pai a exhibir outro quadro: sua casa de farinha, seu engenho, os tachos de doces, o canavial cercado e a lavoura de algodão e mais de cem negros mergulhados no trabalho.

Ainda atordoado pela constatação da degradante situação das fazendas, e já na divisa do Córrego Fundo, uma outra fazenda, Natalino viu completar aquela visão desoladora. Ao chegar à entrada da mesma, rompeu o silêncio que circundava a chamar por alguém. O Antenor, passando à frente, contornou a senzala, sempre clamando pela presença de alguém. E de volta:

- Foi tudo embora, seu Major.

Um carro de bois, com os varais no chão, *tinha sido coberto pelo mato e também a casa de farinha, a cocheira e uma parte da senzala, que havia caído*. Parecia que um vendaval tinha soprado sobre as plantações, a casa-grande, o engenho e que a *vegetação sôfrega tratava de encobrir tudo*, com seu manto verde pontilhado pelo branco das margaridas ...

E Natalino, mais voltado para dentro de si mesmo do que para a paisagem circundante, que o sol doirava na faiscação da claridade alta, ia agora a pensar nas lutas que o Visconde andaria a travar consigo para manter o mesmo ritmo de vida - com a mesa farta, os escravos, os cavalos, o luxo do sobrado, a carruagem de portinhola doirada, além de ajudar o genro, a filha e os netos. De que viveriam agora, se o rendimento principal da

família vinha do Córrego Fundo e da Flor-da-Mata? *Na certa, por ocasião de suas idas espaçadas a São Luís, o Visconde andaria a vender as jóias da família, a retirar do banco as economias metodicamente acumuladas, a tentar hipotecar as fazendas, se é que já não as havia hipotecado* (g.n).

Ainda atordoado pela constatação da situação das fazendas e já na divisa do Córrego Fundo, Natalino avistou a figura do Coronel Malaquias, que mais parecia um apóstolo do sertão, com uma longa barba branca. Após caminhar até a casa, apoiado no braço de Natalino, e solicitando dos escravos uma rede para que este se instalasse, o velho Coronel não tardou a lamuriar-se:

Jurei não atravessar a porteira de minha fazenda, para não ver a *decadência* dos meus vizinhos. Mas sei de tudo. E não me iludo: a Boa Nova está com os dias contados. Como as outras fazendas que ainda resistem. O amigo já viu como estão as fazendas do senhor seu pai? Um *descalbro*. De *fazer chorar*. As outras vão pelo mesmo caminho ... Por outro lado, muita gente mandou seus pretos para a guerra do Paraguai. Até eu. De repente a crise nos entrou pela porta. Entrou e não quis sair. Já vieram querer comprar os escravos que me restam. Sabe a resposta que dei? mandei os atrevidos à merda... (g.n)

Ao ouvir o triste relato do velho Coronel, Alcântara estaria também vencida, sem as suas fazendas, os seus engenhos de açúcar, as suas *lavouras* de algodão? Parecia a Natalino que sim. Viera para passar na fazenda um mês ou talvez mais. Tudo ali o desolava, não aguentaria ficar e decidiu regressar a Alcântara.

Chegando na cidade quando a noite já se avizinhava, ouviu perto da rua Direita o som de uma orquestra. Dançava-se no palacete de Antônio Onofre. Mais próximo do baile, Natalino distinguiu uma voz conhecida, marcando compassos de uma quadrilha: “- *En avant ! En arrière ! Balancez* . Lentamente, como se fosse parar o cavalo, pôs-se a pensar que no interior do festivo palacete, as pessoas que ali se

divertiam com certeza não sabiam que Alcântara tinha os seus dias contados.

O alheamento da realidade econômica pela qual passava a cidade, que os nobres teimavam em esconder, cegos pela disputa estéril da construção dos palácios, só foi quebrado com o conteúdo de um artigo escrito por Natalino em um periódico de São Luís. A notícia caiu como uma bomba em Alcântara. Dizia o artigo:

Quando a economia da região entra em colapso, com as fazendas transformadas em taperas e as lavouras convertidas em matagais, os políticos de Alcântara - tanto os cabanos quanto os bem-te-vis - retomaram a obra faraônica da construção de dois palácios, cada qual mais suntuoso, para hospedar o Imperador. Ninguém aqui tem notícia de que Sua magestade venha afinal conhecer o Maranhão. Só os políticos de Alcântara recolheram esse boato, trazido certamente pelo vento, que por lá é mais forte que em São Luís. Um desses políticos, titular do Império, membro conspícuo do Partido Liberal, está vendendo uma propriedade em São Luís, só porque se julga obrigado a dar mais dinheiro para o palácio da rua Grande. Onde estamos? Que é isso? Os homens sensatos de Alcântara não sabem mais onde têm a cabeça? O município reclama, e com a maior urgência, medidas de caráter econômico, capazes de sustar o desmoronamento de suas fontes de riqueza. Em vez disso, constroem-se palácios. E não somente um - dois. E para nada. Para coisa alguma. Ou será que os alcantarenses estão pensando que, à falta do Senhor Dom Pedro II, que por aqui nunca dará o ar de sua graça, irão por nos seus palácios o Imperador do Divino? (g.n)

Presentindo as dificuldades do pai, Natalino, em conversa com a mãe, prontificou-se em ajudar nas despesas da casa. Apesar da boa intenção do filho, prevaleceu a arrogância do velho patriarca:

As despesas de minha casa sou eu que faço. Enquanto houver moedas na gaveta do cofre, vamos vivendo. Depois, Deus há de dar jeito. Sempre foi assim. Pedir a amigos, não peço. Consentir que o filho sustente a casa, não consinto (g.n).

Apesar de toda intransigência, após sua mãe ter comunicado que o pai recusara a ajuda, a casa passara a ser invadida de vez por outra de sacas de arroz, de açúcar, de farinha, de feijão, que os amigos enviavam a Natalino e este entregava a mãe. Peixe e camarão nunca mais foi comprado. Chegava sempre da praia do Jacaré, enviados pelos pretos pescadores que com Natalino mantinham amizade.

O velho Visconde, sem muita resistência e tomado pela grave crise, progressivamente se retraía nos limites do seu sobrado. Os seus velhos amigos estavam mortos e o seu passatempo era ler as gazetas que chegavam de São Luís. Falava-se abertamente em República. A abolição da escravatura estava por ser decretada. Até a Princesa Isabel tomara partido dos pretos. Era o que corria na mente do Visconde. Quando viesse a liberdade dos pretos, quem iria trabalhar na *lavoura*? Onde achar braços para os engenhos? E como ficariam os serviços domésticos? Eram perguntas que o Visconde se fazia. Por certo não seria ele nem tampouco a Viscondessa quem iria dar conta das lides domésticas.

Algum tempo depois da morte do Visconde, Mercedes, irmã de Natalino viera visitar a mãe. Durante a visita comunicou ao irmão que estaria mudando-se para São Luís e que já havia providenciado um quarto para a mãe. Natalino concordou com a idéia da irmã, julgando que seria o mais acertado naquela circunstância. Alcântara estava cada vez mais abandonada como a própria Mercedes constatava:

- Cada dia que passa, Alcântara fica mai vazia. Até os pretos estão indo embora, fugindo daqui. Da casa do Barão de Grajaú fugiram todos. Também fugiram os escravos de Dona Zita Soares, nesta mesma rua. Os daqui, graças a deus, ainda não criaram asas, como as formigas. Agora, quando a gente pensa em visitar um amigo, manda primeiro um moleque na frente, para saber se a família ainda não se mudou para São Luís (g.n).

As palavras de Mercedes caíram como raio sobre Natalino, que de modo agitado dirigiu-se à irmã e de forma enfática retrucou:

- Dize ao Aluísio (cunhado) que *trate de dar alforria aos escravos de vocês, se não quiser passar pelo dissabor de ver que a liberdade vem buscá-los aqui dentro. A abolição do cativo está por dias. E sem indenizar ninguém. Branco não vai mandar mais em preto. E a Viscondessa:*

- É preto que vai mandar em branco?

- Mandará quem tiver condições de mandar - replicou Natalino. - Essa é que é a lei correta. Liberdade para todos. Igualdade para todos.

- Teu pai morreu na hora adequada. Foi uma graça de Deus. Imagino o sofrimento dele, ao ver o mundo de pernas para o ar.

- Minha mãe, ouça o que lhe vou dizer: *durante a guerra, vi morrer brancos e negros pela mesma causa, uns ao lado do outro. E vi mais: brancos que, para não correrem o risco de morrer lutando por sua pátria, mandavam os negros morrerem em seu lugar.*

- Que mal havia nisso, se eram seus escravos?

- *A senhora já imaginou o absurdo dos negros darem a vida pela nação que os escravizava? Mas isso aconteceu. E eu jurei a mim mesmo que, ao voltar da guerra, lutaria contra essa miséria. Felizmente ela está acabando (...)* Dize também ao Aluísio que, se ele ainda espera ser Barão, ou coisa parecida, que mude de pensamento (g.n).

O agravamento da situação econômica de Alcântara ia a passos largos. Podia-se perceber claramente isso nos preparativos no enterro de Fabiano, primo de Natalino. Cadeiras para receber as visitas tiveram que ser tomadas emprestadas dos vizinhos, bem como xícaras para servir. Das duas existentes na casa, uma já não tinha a asa. Com a ajuda de amigos, Natalino empenhava-se em deixar as coisas organizadas. Aproximando-se do morto, o Barão de Viana, gordo, pesado, com seu casaco escuro a exibir dois furos de traça na gola, dirigiu-se a Natalino:

O senhor sabe de quem é a culpa da morte deste amigo? Da situação a que chegamos? Antigamente, quando as coisas não andavam bem, atirava-se a culpa de todos os males à escravidão e à monarquia. Aboliu-se a escravidão e pôs-se abaixo a monarquia, e o que se dizia é que esta *nossa Alcântara, com a República e o trabalho livre, ia voltar ao tempo das vacas gordas*. Até eu, que me presumo pessoa sensata, dei ouvido a semelhante ladainha. *Mas o tempo passou, e é isto que estamos vendo: o buraco da latrina aumentando e a merda subindo. Cada dia que passa, a situação piora. Um dia destes, quando o senhor for à missa de domingo, ou no Carmo, ou na Matriz, vai encontrar Viscondes, Condes, Barões, assim como eu, de chapéu estendido, pedindo esmola, se não houver morrido de desgosto, como este pobre Fabiano. Mês passado, o Comendador Nuno Teixeira se enforcou. Antes dele, o Torquato Barros se atirou ao mar, na Cerca de Alcântara. Eu, se não fosse católico, já tinha passado uma corda no pescoço. Por toda parte - vexame e pobreza. E eu que *conheci Alcântara dos famosos bailes* deste Fabiano Ribeiro! Nesse tempo, preto conhecia o seu lugar *Havia carruagens nas ruas. Muito respeito. Muita fartura. E hoje? É esta desolação, é este silêncio, é esta miséria!* (g.n).*

A triste realidade da “decadência” vivida pelos nobres alcantarenses pôde ser confirmada no momento do enterro de Fabiano, na voz exaltada do Barão de Cajari:

- Que significa isto, senhor Nestor Peres? *cavalos de carroça em coche fúnebre? Onde é que estamos? Este coche, com o caixão do meu amigo Fabiano, tinha de ser puxado por duas parelhas de cavalos árabes, como sempre se fez aqui nos grandes enterros!*
E o Nestor, abrindo os braços desolados:
- *Não há mais cavalos árabes em Alcântara, senhor Barão de Cajari. Os últimos eram meus e já morreram !* (g.n).

Ao chegar em casa, fatigado do desenrolar do enterro do primo, Natalino pensou em partir no dia seguinte para São Luís, mas decidiu dormir sem ter hora exata para levantar. Florindo, indagando a que horas deveria acordá-lo, obteve a resposta que não precisaria

fazê-lo. Rindo, o preto pensou que o seu patrão fatalmente passaria o ano novo em Alcântara, visto que o dia seguinte era o derradeiro do ano.

Florindo, à espera de que mestre Ambrósio trouxesse o *Fé em Deus* para perto da rampa para que este pudesse embarcar as coisas de seu patrão, alertou o mesmo da bela figura de mulher que acabara de chegar: era Maria Olívia. Aproximando-se dela, tomou sua mão e, ao beijá-la perguntou:

- Vamos juntos para São Luís?

- Não, Natalino. Já lhe disse que fico. Alguns têm de ficar. Vim para dizer-lhe adeus.

Natalino lhe deu o braço, emocionado, sentindo que Maria Olívia, quase liberando-se da bengala, apoiava o corpo dela ao seu. Vieram descendo devagar, passo a passo, pisando com cuidado as pedras da ladeira, enquanto as primeiras *sombras da noite* vinham caindo sobre o *silêncio de Alcântara*.

A decadência como categoria explicativa

Como mencionado anteriormente, seguiremos a trilha estabelecida pela obra montelliana. Nesse sentido, quando nos referirmos à categoria *decadência*, estaremos nos atendo àquela relativa ao declínio da *lavoura*, que foi a base de sustentação econômica da província do Maranhão no século XIX.

A *decadência* que o romance mostra, apresenta-se como categoria genérica, explicativa de uma variedade de modalidades de declínio verificadas em Alcântara. O processo de empobrecimento da cidade, na ruína de seus casarões e a mudança do padrão de vida daqueles que integravam a aristocracia agrária, está associado ao declínio da monocultura agroexportadora e de algumas transformações

políticas, econômicas e sociais que se verificaram no Brasil à época e outras de caráter externo, que também se fizeram sentir na economia brasileira.

No sentido de melhor apreender os motivos da propalada decadência, caberia tecer algumas considerações acerca das matrizes de pensamento cristalizadas no século XIX e que impuseram grande influência no pensamento social ulterior. Dessa forma, o nosso esforço será o de realizar uma leitura das formas de explicação produzidas acerca da realidade econômica e social do Maranhão do século XIX e que ficou amalgamada na vida intelectual.

Esse quadro de crise econômica, que modificou a realidade agrária do Maranhão serviu de inspiração para distintos produtores intelectuais que, ao mesmo tempo em que fundamentavam as suas argumentações, tentavam consolidar um campo intelectual (Bourdieu 1983) destinado à consagração desses produtores regionais. A categoria decadência foi utilizada como principal elemento para explicar o progressivo declínio econômico daqueles que se dedicavam à monocultura agroexportadora. Assim, aqueles que desejassem galgar um lugar de destaque nesse campo de produção regional teriam que reproduzir o modelo explicativo dos intelectuais tidos como intérpretes desse quadro social e econômico do período.

Como destacado por Almeida (1983), as elaborações em torno da idéia de *decadência* têm servindo, desde o seu nascedouro, nas primeiras décadas do século XIX, para legitimar e reproduzir um modo de pensar de produtores intelectuais tidos como consagrados. Esse modo de explicação tem se perpetuado como a forma *legítima* de explicação da situação de crise e declínio econômico do Maranhão. O poder desse padrão explicativo cristalizado, acabou sendo incorporado e reproduzido no *pensamento social* não só por Josué Montello, mas por outros intelectuais.

O poder explicativo a partir da categoria *decadência* pode ser comprovado não só no âmbito do romance de Josué Montello, mas em outras obras literárias que procuraram destacar certas particularidades da aristocracia alcantarense. Jerônimo de Viveiros é um desses intérpretes cujas argumentações estavam associadas à *decadência da lavoura* no Maranhão. Para explicar o quadro de crise econômica que se abateu sobre Alcântara, destaca este autor:

No conceito de Monteiro Lobato, o progresso das cidades brasileiras é nômade e sujeito a *paralisias súbitas*. Radica-se mal. Conjugado a um grupo de fatores sempre os mesmos, refluí com eles de uma região para outra. Progresso de cigano, vive acampado. Emigra, deixando atrás de si um *rastilho de taperas*. Nesses lugares, não se conjugam verbos no presente. *Tudo é pretérito*.

Foi o que aconteceu em Alcântara.

A *decadência* começou no quinquênio de 1865 a 1870, concorrendo para isso vários fatores. O maior, sem dúvida, foi o incremento da indústria açucareira da Província [...] Assim, do esplendor do passado só restam *tristes ruínas*. (VIVEIROS, 1999, p. 102-103) (grifos nossos).

A queda econômica verificada no Maranhão no século XIX é caracterizada genericamente pelos intérpretes do período como a fase da *decadência da lavoura*. Tal declínio suscitou uma infinidade de interpretações empreendidas por diferentes produtores intelectuais, obedecendo às mais variadas formas discursivas.

A *decadência* da denominada *lavoura* passou a ocupar um lugar de destaque e se impôs como categoria de referência obrigatória nos estudos que se ocuparam dos aspectos políticos e econômicos do Maranhão no século XIX. Verifica-se que existe uma preocupação recorrente em explicar a mencionada *decadência da lavoura* como associada à ausência de determinadas qualificações vistas como necessárias. “As interpretações produzidas giram em torno da ‘falta

de conhecimentos profissionais', 'falta de capitais', 'falta de braços', 'falta de comunicações apropriadas' e 'falta de terras por causa do gentio'" (ALMEIDA, 1983, p. 21).

Com esta orientação, é possível identificar um conjunto de intelectuais, que elaboraram um esquema de pensamento visto como o mais apropriado para se pensar as condições econômicas e sociais do Maranhão. Destacam-se entre tantos, as figuras de Raimundo José de Sousa Gaioso, Frei Francisco de N. S. dos Prazeres, João Antonio Garcia de Abranches e Manoel Antonio Xavier (ALMEIDA 1983, p. 34).

As argumentações desses intelectuais, adquiriram significação extrema como também asseguraram autoridade definitiva a seus produtores. "Cristalizados de forma tal nas interpretações correntes que se tem da situação econômica e social da região, estes esquemas tidos como originais e singulares no início do século XIX, transformaram-se em lugar corrente na produção intelectual contemporânea" (ALMEIDA 1983, p. 34).

Com o insucesso destas tentativas de superação da mencionada *decadência da lavoura*, as grandes plantações de algodão e de cana-de-açúcar, que utilizavam escravos e as instituições que introduziram o trabalho compulsório, sofreram forte pressão. "Perdurava a exportação de escravos para as províncias do Sul, as medidas com vistas à emancipação se insinuavam, enquanto se revelava claramente a fragilidade dos instrumentos de coação: os colonos dispersavam-se, as ações dos quilombolas recrudesciam e os documentos oficiais anotavam as freqüentes ações dos chamados ociosos e dos selvagens no interior da Província" (ALMEIDA, 1983, p. 155).

É justamente esse conjunto de fatores que subjazem na trama romanesca de Josué Montello. Os aspectos estruturais tratados pelos intérpretes do período se fazem sentir na narrativa do romance por meio da descrição do empobrecimento progressivo da aristocracia agrária. As metáforas, nesse caso, acabam traduzindo, por vias ate-

nuantes, a grave crise que afetou a economia agrária da província no século XIX e que possibilitou a modificação de um estilo de vida de forte inspiração européia.

As metáforas montellianas: entre o passado e o presente

A cidade de Alcântara, por suas peculiaridades históricas, sociais e econômicas, sempre serviu de inspiração para a produção regional nos seus mais variados gêneros literários. “*Memorial de Alcântara*”, de Walmir Ayala, “*A Paixão segundo Alcântara*”, de Luis Augusto Cassas, “*Cancioneiro de Alcântara*”, de Stela Leonardos, e “*Alcântara – negociação do azul ou a castração dos anjos*” de José Chagas, são exemplos de produção que tiveram a velha Tapuitapera como inspiração, depois do importante romance “*Noite sobre Alcântara*”, de Josué Montello.

Em termos metafóricos, Alcântara tem figurado na produção intelectual como *decadente*, *ruinosa* e também sob a caracterização de *cidade morta*⁷, *vazia*. Uma dessas metáforas mais emblemáticas aparece inclusive no próprio título do romance de Josué Montello: *Noite sobre Alcântara*.

⁷ Entre os materiais encontrados nos arquivos da Casa de Cultura Josué Montello, além dos apontamentos do autor utilizados na elaboração do romance, encontramos inúmeros recortes de jornais publicados à época do lançamento do romance com comentários de figuras importantes como Gilberto Freyre e Raquel de Queiroz. A referência à idéia de decadência, como sinônimo de morte, aparece nos textos de alguns desses comentaristas à época. É o caso de Raquel de Queiroz, que dá o título “O apelo da cidade morta” ao seu artigo publicado no jornal Última Hora, do Rio de Janeiro, na edição de 11 de setembro de 1978. A trabalho de José Chagas, “Alcântara – negociação do azul ou a castração dos anjos” é um outro exemplo emblemático disso. Recheado de metáforas alusivas à morte, a obra é estruturada a partir de uma delas: queda. A Primeira Queda (o tempo) e A Segunda Queda (o espaço), compõem as duas partes que organizam a obra.

Noite, em termos metafóricos e sociológicos, significa o ocaso de um segmento de classe alcantareense e de um modelo de produção, o escravista, que não se sustentou com as sucessivas crises no mercado internacional dos principais itens de exportação (algodão e cana de açúcar) e também por contingências sociais e políticas internamente ao país no século XIX.

No romance, a narrativa montelliana é recheada de metáforas que contribuem fortemente para a construção de um imaginário social sobre a idéia de *decadência*. Tais metáforas aludem fundamentalmente a uma noção de morte: *morte* econômica de um segmento (a aristocracia); *morte* de uma cidade (por não poder mais assistir à reprodução do modo de vida desse segmento). Ao longo do romance, identificamos uma profusão de categorias que remetem a esse sentido de declínio e alteração de um padrão de vida social: noite/escurecimento/solidão/ silêncio/ vagarosa agonia/ vazio/ derradeiro fidalgo/ morte. Tais categorias remetem a esse significado de morte inelutável.

*Alcântara, com a seqüência de suas casas vazias, como que o opri-
mia e esmagava. Por toda parte, nas ruas retilíneas, o mesmo si-
lêncio, sem um piano a tocar, sem correrias de meninos, sem
uma voz de mulher cantando ao embalo da rede. Em vez do
pleque-pleque das sandálias das negras nas calçadas, o uivo do vento,
longo, esfuziante, misturando-se ao ruído das ramagens que a
rajada fresca sacudia.*

E de repente, à noite, com o luar a escorregar no azulejo das fachadas, a voz dorida do velho Hermenegildo anunciando desvairadamente: - *Alcântara morreu! Alcântara morreu!* (MONTELLO, 1978, p. 14) (grifo nosso)

Resultante de um padrão explicativo do século XIX, *morte* e *ruína*, como categorias centrais, continuaram integrando as unidades discursivas (FOUCAULT, 1997) da produção intelectual regional no século XX. Nessa argumentação ulterior, que reproduz uma temporalidade linear, assiste-se o anúncio do fim de um estilo de vida, aquele

representado pela aristocracia agrária. Nas narrativas desses produtores intelectuais, quase de modo simbiótico, é descrita a derrocada arquitetônica, social e econômica de Alcântara.

Contraditando as argumentações desses produtores intelectuais, Almeida (2002), sublinha que o ocaso social e econômico de um segmento, a aristocracia agrária, não pode ser interpretado como a negação da existência de outros segmentos sociais que passaram a existir como sujeitos coletivos e autônomos a partir do abandono de fazendas e engenhos. Foi justamente os descendentes de ex-escravos e indígenas que aí permanecendo constituíram territorialidades específicas atualmente reivindicadas pelos remanescentes de quilombo de Alcântara.

As ruínas das fazendas e dos engenhos acabaram sendo incorporadas como fatores de identificação das comunidades remanescentes de quilombo, como elemento comprobatório de uma ocupação historicamente consolidada. Nesse caso, aquilo que foi identificado como *ruína* e *morte* de um segmento, foi ressignificado na prática pelos ancestrais dos quilombolas para reforçar no presente uma expectativa de direito. A arqueologia das fazendas e dos engenhos acabou sendo apropriada como sinônimo de valorização e afirmação identitária.

Contrariamente ao que estabelece as narrativas dos produtores intelectuais do século XIX, esses ex-escravos, novos sujeitos políticos, a partir da territorialização dessas áreas outrora ocupadas pelas unidades monocultoras, subverteram em termos sociais, culturais e produtivos as principais categorias (*ruína* e *morte*) que traduziam o declínio dos antigos proprietários dessas fazendas e engenhos.

Nos espaços outrora ocupados por essas unidades monocultoras, cujo abandono sugeriu a caracterização de *ruína* e *morte*, viu-se emergir progressivamente vida coletiva a partir da constituição das unidades de residência e trabalho. Essas formas de organização so-

cial, com territorialidades específicas, ademais de serem assentadas em fatores étnicos, singularizaram-se pelo uso comum da terra e demais recursos naturais, princípios que se mantêm até os dias de hoje.

O sentido de *morte* (social, econômica, arquitetônica) que as metáforas deixam entrever serve para relativizar a supervalorização que ela assume no romance. Por oposição, as metáforas permitem igualmente identificar um sentido de vida social emergente e autônoma, aquela dos ex-escravos que permaneceram nesses espaços das fazendas ou em suas imediações e que, mediante processos de territorialização (OLIVEIRA, 1999), constituíram novas unidades sociais e produtivas.

Ainda que não apareça no romance, – porque é privilegiada a descrição do ocaso da aristocracia agrária – ao que é reiterado como *decadência*, *ruína* e *morte* desse segmento, pela profusão de metáforas alusivas a tal caracterização, os ex-escravos definiram na prática, como simétricos opostos de tais categorias, o *nascimento* de outra forma de vida social, o *florescimento* de organizações sociais autônomas e a *consolidação* territorial de muitas áreas por esses agentes sociais. Pode-se dizer que ao (re)territorializarem esses espaços ocupados pelas fazendas e engenhos deixados em abandono, esses novos sujeitos políticos subverteram a ideologia imiscuída no romance. A narrativa privilegia a situação de declínio de um segmento, a aristocracia agrária, e não a emergência daqueles que, explorados na sua força de trabalho, asseguraram a riqueza que justificou um modo de pensar aprisionado entre as categorias *opulência* e *decadência*.

Entender rigorosamente esse sentido de *decadência* dado pelas metáforas que aparecem no romance como tradutor da realidade social e econômica de um período, seria o mesmo que ratificar a idéia de que somente existiu em Alcântara a presença do segmento social composto pela aristocracia agrária. O seu desaparecimento representaria um vazio de vida social a ser considerada. Em outras palavras,

é como se desde o século XIX, com a ruína das fazendas e engenhos que provocou a derrocada econômica de barões e comendadores, esse campesinato de uso comum, constituído por descendentes de escravos e indígenas e que floresceu concomitantemente ao desaparecimento desse modelo econômico assentado no trabalho compulsório, não existisse no território alcantareense. Contrariamente a isso, o que se observa no presente é que a existência de um grande território étnico, consolidado pelos ancestrais dos atuais quilombolas ao longo de sucessivas gerações, e que cobre quase a totalidade da base territorial do município, desdiz essa ideologia de classe que subjaz no romance.

As metáforas utilizadas por Josué Montello não devem ser pensadas como simples elementos estilísticos que enriquecem a narrativa do romance na descrição do declínio econômico de Alcântara. Elas se prestam também a reflexões de natureza sociológica, pois permitem ter acesso - ainda que de forma não tão explícita no romance - aos processos sociais e econômicos bem como às reconfigurações territoriais que se deram concomitantemente à ruína da aristocracia agrária.

Nesse sentido as alusões aos sons dos tambores das festas dos negros que resistiram às transformações econômicas podem ser lidas como uma espécie de anti-metáfora que se contrapõe àquela das estruturas de poder: o silêncio, representado como ausência de festas nos sobrados e casarões. Nesse jogo de metáforas, podemos ver as oposições silêncio/som, morte/nascimento como elementos que exprimem o desaparecimento gradativo de um modo de vida de forte inspiração européia, e o nascimento de outro ancorado em fatores étnicos. A ruína de um modelo econômico que assegurava um estilo de vida à aristocracia acabou dando lugar a formas de organização econômica baseadas no usufruto comum dos recursos naturais e de grupos étnicos como tipos organizacionais (BARTH, 1976).

Essa ideologia da decadência que marcou o padrão explicativo cunhado pelos intelectuais do século XIX, e que foi reproduzida por diferentes produtores intelectuais no século XX, acabou sendo incorporada no discurso desenvolvimentista que sustentou o projeto de implantação do Centro de Lançamento de Alcântara.

Essa velha ideologia foi apropriada como ferramenta útil para a produção de uma nova, sustentada pelas idéias de progresso e desenvolvimento. Marcada pelo discurso da tecnologia aeroespacial, essa nova ideologia prometia resgatar Alcântara dessa situação de *decadência* e de estagnação econômica, como descrita no romance. Nesse discurso desenvolvimentista, como na obra, reproduziu-se a invisibilização desses segmentos sociais historicamente presentes no município.

As unidades discursivas produzidas e sustentadas por diferentes agentes vinculados aos aparatos do Estado e às empresas, e que prometem um retorno à *vida*, sugerem uma ameaça de morte social, já que não considera nem respeita essas formas de organização social historicamente consolidadas pelos *quilombolas*.

Para fazer frente aos interesses econômicos e geopolíticos que subjazem no falso discurso desenvolvimentista propagado por agentes do Estado e representantes de empresas nacionais e internacionais, os *quilombolas* de Alcântara têm se mobilizado politicamente de forma a garantir a sua autonomia social, cultural e territorial historicamente conquistada e atualmente assegurada pela Constituição Federal.

Ao discorrermos sobre a *decadência*, pensada e tratada de diferentes formas, buscamos lançar luz sobre questões que ficam subsumidas no romance. A auto-evidência que a obra de Josué Montello procura mostrar é relativizada à medida que inserimos alguns elementos que compõem a arena sobre a qual a narrativa do romance se espalha. Mesmo sendo uma obra de ficção, o que se observa é que existe a reprodução de um modo de pensar, marcado por uma cons-

trução ideologizada da realidade social, econômica e política de uma época. Diante de tal constatação, se impôs o esforço de realização de uma análise crítica visando afastar os obstáculos erigidos pela força que este esquema explicativo adquiriu no tempo, contaminando a produção intelectual e os textos mais consagrados na história regional.

Bibliografia

ALMEIDA, Alfredo W. Berno de. **A Ideologia da Decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão**. São Luís: IPES, 1983.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Lauda pericial sobre Alcântara, para o Ministério Público**. Rio de Janeiro, 2002.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGCS-U-FAM, 2006.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BARTH, Fredrik. 1976: “Introducción”. In: **Los Grupos Étnicos y sus Fronteras**. México: Fondo de Cultura Económica: pp 9-49.

BOURDIEU, Pierre. **Campo de Poder y Campo Intelectual**. Argentina: Folios Ediciones, 1983.

CHAGAS, José. **Alcântara: negociação do azul ou a castração dos anjos**. São Luís: SIOGE, 1994.

FOUCAULT, Michel. 1997. *La arqueología del saber*. México/Madrid: Siglo XXI.

FREYRE, Gilberto. “Regionalismo Brasileiro”. São Paulo: A Folha de São Paulo: 06 de setembro, 1978.

MONTELLO, Josué. **Noite Sobre Alcântara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984

OLIVEIRA, João Pacheco de. 1999. Uma etnologia dos “índios misturados”: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: **A viagem de volta – etnicidade, política e reelaboração cultural do Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999, p. 11-40.

QUEIROZ, Raquel de. “O apelo da cidade morta”. Rio de Janeiro: Jornal Última Hora: 11 de setembro, 1978.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Alcântara no seu passado econômico, social e político**. São Luís: Alumar, 1999.

A Festa Inacabada: drama social, violência
simbólica e a constituição de sujeitos liminares



A Festa Inacabada: drama social, violência simbólica e a constituição de sujeitos liminares¹

A implantação do Centro Lançamento de Alcântara (CLA) na década de 1980 promoveu graves conseqüências sociais, ambientais, culturais e territoriais para segmentos camponeses do município de Alcântara, no Maranhão. É difícil medir os efeitos negativos dessa ação oficial em virtude de afetar, de forma diferenciada, centenas de famílias em distintas partes do município. Aquelas atingidas pela expropriação e transferidas compulsoriamente para as chamadas *agrovilas*² protagonizaram um drama social (TURNER, 1974a) marcado por ações de violência simbólica.

Tendo esse quadro como referência, procuraremos demonstrar como diferentes eventos relacionados com o processo de transferência compulsória concorreram para a definição de uma situação de liminaridade vivenciada pelas famílias atingidas pela expropriação. Ao tratar desses aspectos, mostraremos que ao interferirem na organização social das famílias, agentes vinculados à Aeronáutica perpetraram atos de violência simbólica.

1 O presente texto foi escrito em co-autoria com Ana Tereza Ferreira Rocha.

2 Conjunto de unidades residenciais construídas de alvenaria, cujo número varia conforme a quantidade de famílias assentadas em cada uma delas. Possuem algumas edificações de uso coletivo (escola, igreja, lavanderia, posto de saúde, casa de forno), cujas existências também variam de acordo com o tamanho da agrovila.

No início dos anos 80, o desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro orientado para Alcântara promoveu grandes mudanças na organização social de muitos povoados localizados na faixa litoral do município. O Decreto Estadual N° 7.820, que declarou parte das terras do município de utilidade pública para fins de desapropriação, garantiu ao Ministério da Aeronáutica o controle de 52.000 hectares. Em 1991, um Decreto Presidencial ampliou a área desapropriada para 62.000 ha, que corresponde a mais da metade dos 114.000 ha que compõem a área total do município.

O Centro de Lançamento de Alcântara – CLA foi criado pelo Decreto N° 88.136, de 1° de março de 1983. A implantação desse empreendimento fez com que o Ministério da Aeronáutica, a partir de 1986, iniciasse um processo de transferência compulsória de famílias que viviam na zona escolhida para a instalação do empreendimento. Àquela época foram transferidas 312 famílias de 21 povoados que passaram a viver em sete *agrovilas*.

Para completar o quadro de dificuldades relativo à transferência para esses novos espaços, diferentes povoados foram reunidos em uma mesma *agrovila* sem que se levasse em consideração suas peculiaridades sociais e históricas, devoções religiosas e atividades produtivas (SOUZA FILHO, 2003). É o caso da *agrovila* Peptal, que reuniu famílias dos povoados Peptal, Santa Rosa, Camaleão e Pedro Marinho.

Para entendermos as transformações na organização social das famílias transferidas compulsoriamente para a *agrovila* Peptal faz-se necessário recuperar o processo que redundou na reordenação social no novo espaço. Aqui outro interesse se colocou para nós: estudar o momento de ruptura com os lugares de origem, até então pouco discutido na literatura que trata das transformações verificadas no município de Alcântara a partir da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara.

Nas conversas mantidas com os entrevistados grande destaque era dado às perdas (material e simbólica) que sofreram ao serem relocados, sinalizando para o fato de que tal processo foi violento e traumático. Acessar a memória dos membros das famílias transferidas por meio de entrevistas foi o recurso utilizado para recompor o conjunto de eventos que consideraram mais significativos nesse processo.

A compreensão da experiência da relocação vivida pelas famílias seria melhor realizada se considerássemos os distintos eventos que apontavam como relevantes, ao invés de caracterizar o quadro histórico como simplesmente traumático. Os interesses se voltaram, portanto, à compreensão das dimensões da ruptura com o lugar de origem.

Na reflexão sobre esse processo, a noção de “liminaridade” de Victor Turner (1974b) foi inspiradora para pensar a transferência compulsória das famílias. Ainda que não se aplicando rigorosamente ao sentido dado por Turner relativo aos processos rituais, as famílias afetadas pela ação oficial vivenciaram uma situação de liminaridade como parte de um processo que proporcionou uma mudança de condição social.

Pensar em termos de liminaridade possibilitaria estabelecer dois recortes: um temporal e outro espacial. O primeiro, determinado por um conjunto de acontecimentos temporalmente marcados, tais como: o dia que receberam a notícia que iriam ser remanejados, as ações da Aeronáutica e a transferência compulsória propriamente dita. O segundo diz respeito ao estar nos dois lugares e não ocupar nenhum deles. Nesse caso há uma transitoriedade entre os espaços e também um espaço abstrato que transcende a própria experiência de localização. Há, de fato, um duplo deslocamento que não tem início com a mudança ou mesmo com a primeira pessoa que subiu no ca-

minhão, mas com uma sucessão de eventos espacial e temporalmente localizados.

Apesar de estabelecer essas duas possibilidades de recorte, consideramos que o tempo, bem mais que o espaço, apresentava-se como fundamental na liminaridade. Acerca desse aspecto, pontuamos uma série de questões: qual é o tempo da liminaridade? Para eles, há uma unidade própria do momento de transição? Especulamos, nesse primeiro momento, que o tempo não é definido simplesmente por acontecimentos, mas pela coexistência de eventos.

É possível estabelecer marcos dentro da liminaridade e encaixá-los em fases? Há um antes e um depois claramente definidos? Essas indagações colocavam em suspenso o sentido de liminaridade tal como definido por Turner e sua possibilidade de aplicação à situação estudada.

Essa dificuldade se colocava ao desafio de entender como eram reelaborados os acontecimentos, que expectativas, sentimentos e emoções estavam presentes em cada um deles. Daí a necessidade de pensar a transição em outro tempo. No tempo de quem viveu o acontecimento.

Alessandro Portelli (1996, p. 108) considera, “improvável que qualquer experiência possa ser verdadeiramente expressa; é inquestionável que ninguém pode compartilhar a experiência alheia, dolorosa ou não”. Ele considera essa dificuldade por acreditar que há um mundo de subjetividades que faz parte da dimensão do indizível.

A transferência compulsória das famílias para a *agrovila* Peptal aconteceu nos dias da festa de São Benedito, o santo padroeiro das famílias. Para completar o drama vivido, foram transferidos sem que pudessem finalizar a festa do santo. Em um determinado momento da história das famílias a festa passou a marcar uma passagem, uma transição. Daí a importância da recuperação de um conjunto de even-

tos, entre eles a festa, pois nos permite entender como se estabeleceu o processo de transformação.

A desestruturação do sistema social nos antigos lugares não aconteceu abruptamente. Ao contrário, resultou de um processo com sucessivos momentos. Tal ciclo transcorreu desde o momento que receberam pela primeira vez a notícia de que seriam remanejados para uma agrovila até o dia do remanejamento propriamente dito.

A possibilidade de transferência para as *agrovilas* começou a fazer com que experimentassem um sentimento até então desconhecido: a incerteza. Durante anos ficaram na dúvida se seriam ou não remanejados. Quando essa hipótese se confirmou, ficaram outro tempo sem saber quando a transferência compulsória ocorreria de fato.

O remanejamento compulsório para a *agrovila* foi apreendida de várias maneiras e suscitou diferentes reações. Seu Melquiades, delegado sindical à época, comenta que em uma das reuniões realizadas, ficou sabendo da notícia que poderiam ter que sair de seus lugares de origem:

Pesq.: Como o senhor ficou sabendo que teria que se mudar?
Seu Melquiades: Olha eu não tenho assim a certeza, mas tenho a lembrança, eu me lembro muito bem uma vez que saí do Pedro Marinho pra participar de um seminário em Mangabeira, perto de Pinheiro, né, eu morava no Pedro Marinho, a gente foi convocado pela CPT, Pastoral da Terra, pra ir participar de um encontro, com várias comunidades, e eu fui. A gente foi escolhido pra ir, quando a gente chegamos lá em Alcântara, pois tinha que pegar o transporte lá na casa paroquial, aí o padre tava lá com os documentos, os decretos deles, né, João Castelo [governador à época], assinado pelo governo do Estado e Federal e mostrou pra nós que ia ter que sair desses povoados, dessa localidade, pra ceder a terra para o Centro de Lançamento de foguetes de Alcântara. Aí começou.

A realidade que começava a desenhar-se para as famílias era também percebida por eles como distinta de qualquer outra experi-

ência vivida. A confirmação da transferência das famílias suscitou as mais diferentes reações. Dona Maria, por exemplo, diz não lembrar como soube da possibilidade de transferência, mas relata o sentimento que nutriu e a reação de outras pessoas do povoado:

Pesq.: Quando vocês souberam que iam ser transferidos, vocês sabiam o porquê?

Dona Maria: A gente sabia que vinha a Base pra cá e a gente ficou tudo apavorado! Aí teve muitos que compraram casa em São Luis, pessoas que tavam se mudando, que ia mudar, mas que não ia ganhar a casa e não ia ganhar nada, só ia mesmo ganhar a indenização, aí muitos garraram e foram comprar casa pra São Luis, até eu mesmo comprei uma em São Luis.

A compra de casas em São Luis e também na sede do município de Alcântara foi a iniciativa de muitos, pois a aquisição de uma casa simbolizava segurança, uma necessidade de todos, dada a indefinição sobre quando sairiam, de que forma isso aconteceria, se teriam ou não casa e qual seria o valor das indenizações.

A possibilidade de deixar seus lugares de residência e trabalho gerou muitas expectativas quanto ao futuro, ratificada pela sucessão de acontecimentos, - como veremos adiante - caracterizando o que Victor Turner (1974a) denominou de drama social, ou seja, uma série de eventos que interferem diretamente na vida dos sujeitos. Nesse sentido, o contexto que envolvia a ação dos agentes da Aeronáutica relativo ao processo de remoção das famílias de seus antigos lugares de residência e trabalho para aqueles novos espaços onde seriam instalados definiria, assim, “the arenas of the action of the this drama spread” (TURNER, 1974a, p. 102).

A confirmação de que teriam que sair de seus lugares de origem fez com que passassem a viver um dilema: ser destituídos da condição de sujeitos autônomos, com controle de suas vidas no espaço social e natural onde viviam.

O processo de transferência, segundo as condições determinadas pela Aeronáutica³, sugeria que as famílias das distintas localidades deveriam adaptar-se a um contexto não resultante de uma escolha. Deveriam adequar-se a uma situação imposta pelo Estado.

A transferência compulsória das famílias aconteceu de forma gradativa e não significou somente uma simples mudança de lugar. Representou um processo violento de desenraizamento cultural com graves conseqüências sociais observadas até os dias de hoje. Ter que deixar seus lugares de origem era uma possibilidade que no início - para muitos - parecia pouco provável.

O que se observou foi uma sucessão de eventos em torno dos quais se processavam discursos que, em suas especificidades, ratificavam o caráter positivo da transferência. Apesar de formulados em contextos específicos, compunham uma unidade discursiva, já que era possível agrupá-los e relacioná-los a um único e mesmo princípio organizador.

Segundo Foucault (2005, p. 30), trata-se de uma “coleção de fatos de discurso”. Esse mesmo autor lembra que, no discurso, há regularidades, ou seja, “uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis num espa-

3 Ao utilizar a designação Aeronáutica não queremos empregá-la como uma categoria genérica, mas sim relacionada com a intervenção de agentes específicos que cumpriam ordens superiores em nome dessa instituição. O processo de transferência das famílias de seus lugares de origem para as chamadas *agrovilas* esteve a cargo de três funcionários específicos: uma pedagoga, uma assistente social e um veterinário, todos militares. Apesar de ser argumentado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara à época de que essa equipe não era qualificada para realizar essa tarefa, sobretudo pela presença de um veterinário, a direção da Aeronáutica conservou a equipe durante todo o processo. Diferentemente do que ocorre atualmente, nenhum sociólogo ou antropólogo tomou parte nas equipes que trataram do processo de remanejamento das famílias, ainda que a ressalva de que deveriam integrar a equipe tivesse sido feita pelo órgão de representação dos trabalhadores.

ço comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizadas” (FOUCAULT, 2005, p. 42).

Foram vários os eventos que marcaram o processo de transferência compulsória. Apesar de múltiplos, é possível identificar os principais. Cada um deles marcou uma mudança de atitude e de comportamento das famílias, principalmente em função do discurso empregado pelos agentes da Aeronáutica para tornar cada um desses eventos legítimos, no intuito de fazer cumprir a função a que se destinavam.

Depois de receberem das mais diversas maneiras a notícia que teriam que deixar seus lugares de origem, o levantamento das benfeitorias de cada grupo doméstico, seguido do cadastramento das famílias podem ser considerados os primeiros eventos que marcaram de fato a transição. A partir desse momento a equipe designada pela Aeronáutica passou a fazer parte do cotidiano dessas famílias. Dona Leandra conta que eles percorriam todas as casas, não medindo esforços para superar as dificuldades de acesso:

Eles entraram na nossa casa e começaram a fazer levantamento das casas, levantamento das famílias, quantas famílias morava na casa, se tinha renda, se não tinha, se trabalhava em terra do estado ou se era terra própria, quantos que trabalhava de roça, se colhia ou não colhia, então a gente tudo fez esse levantamento com eles.

A aceitação do cadastro das famílias era relativa. Uns, desconfiados, não respondiam às perguntas e impunham certos obstáculos para fornecerem as informações que a Aeronáutica desejava, inclusive por não saberem ao certo a que fariam com elas. Seu Zé Caroço, por exemplo, contou-nos que sempre respondia ter menos bens do que possuía, pois acreditava que o levantamento era realizado para que pagassem impostos. Disse que se arrependeu muito, pois o patri-

mônio indicado rendeu-lhe uma pequena indenização que não correspondia a tudo que possuía.

Houve também quem aceitasse a presença da equipe da Aeronáutica, permitindo que levantassem todas as informações que necessitavam. Dona Leandra comentava que a assistente social e a pedagoga, ao visitarem as casas, conversavam, pediam água, tomavam café, almoçavam e assim começavam a conquistar a confiança das pessoas.

Uma vez concluído o levantamento e depois de todas as famílias dos distintos povoados terem sido cadastradas, os representantes da Aeronáutica passaram a preparar as famílias para a assinatura do termo de adesão.

A assinatura do termo de adesão ao remanejamento ou ao “documento”, como membros das famílias chamavam, evidenciou o porquê do levantamento das benfeitorias e do cadastramento das famílias. A partir desse momento, a transferência para a agrovila passou a ser vista como um fato e não mais como uma possibilidade. A assinatura do termo de adesão oficializava a ação da Aeronáutica. Dona Leandra comenta como foi a abordagem das famílias:

Pesq.: Depois desse levantamento e do cadastramento o que foi que aconteceu?

Dona Leandra: O que aconteceu? Quando foi um belo dia o pessoal da Aeronáutica passaram no Peptal onde nós morava e falaram: olha é o seguinte, nós já andamos, já fizemos todo trabalho com vocês, agora chegou a hora de vocês assinar, vocês tem que assinar, porque nós já fizemos todo o levantamento e nós vamos precisar desta área pra fazer um centro de lançamento e vocês não podem ficar aqui, porque vocês vão ficar atingido pelo foguete.

A forma como foram abordados para assinar o denominado termo de adesão demonstra a estratégia da Aeronáutica em não informá-los, colocando-os em uma situação na qual a única alternativa era

assinar. A estratégia adotada pelos agentes da Aeronáutica neutralizou qualquer possibilidade de modificação daquele quadro.

A assinatura desse documento propiciou os primeiros conflitos internos bem como alterações nas relações de vizinhança. Um dos membros do grupo que à época exercia a função de professora passou a auxiliar os funcionários da Aeronáutica, propagandeando a idéia de que a mudança traria melhorias para a vida de todos.

As famílias de Peptal, localidade que a professora residia à época, ficaram divididas em torno dessa questão, pois havia alguns membros que eram delegados sindicais e tinham opiniões contrárias à da professora. A polarização instaurada influenciava decisivamente o andamento das atividades e por vezes fortalecia as ações da Aeronáutica. Dona Leandra relata um acontecimento que marcou tal disputa.

Quando o pessoal do sindicato saía de Alcântara pra fazer reunião no Peptal, inclusive Peptal que mais era o lugar de fazer as reuniões, pessoas que tinha a chave do colégio escondia e dizia que não tinha encontrado a chave, tinha perdido a chave, então muitas e muitas vezes o sindicato fez reunião no meio da rua, porque o povo tava apoiando.

O “grupo da professora”, como Seu Melquiades chamava, acabou contribuindo para que fosse agilizada a assinatura do termo de adesão e com isso, neutralizasse a mobilização do STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) em relação à pressão da Aeronáutica. A professora foi a primeira a assinar, influenciando os adeptos à sua opinião.

Essas poucas assinaturas foram utilizadas pelos agentes da Aeronáutica como instrumento de convencimento das famílias. Os seus funcionários passaram a mostrá-las em outros povoados afirmando que todas as famílias de Peptal já haviam assinado o termo de adesão e se uns assinaram os outros teriam que proceder da mesma maneira.

Seu Melquiades, que morava em Pedro Marinho, povoado vizinho a Peptal, fala sobre esse episódio.

Pesq.: Como foi que vocês decidiram assinar esse documento?
Seu Melquiades: No Peptal morava uma professora chamada “X”, era muito com eles [Aeronáutica], e lá no Peptal eles obedeciam muito ela, aí por isso o pessoal assinaram um convênio com eles né, aí quando eles [Aeronáutica] chegaram lá no sítio ela assinou com um grupo que tinha lá, a professora de Peptal, aí pegaram a assinatura do grupo dela, aí chegaram pra nós dizendo: tá aqui assinado por todo mundo.

A influência que a professora exerceu no grupo e nos outros povoados é também mencionada por Dona Leandra:

Então a própria professora ela chamou e disse: olha é o seguinte, eu com meu grupo eu vou assinar, pessoas que não quiserem assinar eu não tô nem aí, mas eu com meu grupo nós vamos assinar. Aí eles pegaram o livro que tava na mão da assistente social e assinaram e todas as pessoas ali assinaram, com aquela assinatura de seis pessoas, seis famílias que assinaram, nesse momento eles entraram no jipe e correram até o povoado de Cajueiro, chegaram lá e disseram: olha, tá aqui, já tá assinado, Peptal já assinou e vocês tão aqui no meio, vocês tem que assinar, ou vocês queira ou não, mas tem que sair. Uns assinaram, outros não assinaram e ficaram naquela, vai não vai, mas o resultado foi todos assinarem. Teve pessoas que não assinou logo, mas com um ano, por aí assim os que não tinham assinado, eles resolveram assinar.

Esses episódios relativos à assinatura do termo de adesão revelam outra ação dos funcionários da Aeronáutica: a cooptação de figuras estratégicas internamente ao grupo. A professora, pelo status que ocupava, acabou tornando-se uma aliada importante na política de convencimento, dissimulando, por essa via, os atos da violência explícita, já que, caso não assinassem, seriam retirados por outros

meios. Investir nessa alternativa foi a estratégia acionada pela Aeronáutica para neutralizar essa possibilidade.

Os eventos que passamos a apresentar são fatos seqüenciados, que precisam ser assim compreendidos. Mas é necessário, segundo Foucault, buscar neles a coexistência “de sua sucessão, de seu funcionamento mútuo, de sua determinação recíproca, de sua transformação independente ou correlativa” (FOUCAULT, 2005, p. 31).

Após um tempo de movimentação silenciosa dos funcionários da Aeronáutica, foi iniciada a consulta sobre como desejariam o modelo da casa. As assistentes sociais visitavam as famílias de forma discreta, sem reuniões e sem colocar a discussão do problema de forma coletiva. A consulta às famílias sobre o modelo de casa, realizada de forma individualizada, revela o exercício do poder, manifestado dissimuladamente no ato de generosidade virtual. Subjacente a tal prática verifica-se o que Bourdieu (1994, p. 121) denominou de estratégia da condescendência, ou seja, a tentativa de fazer crer que aquele que exerce o poder se coloca na mesma posição daquele sobre quem é exercido sem que ele apareça como tal.

Assim, por meio dessa suposta preocupação, repetiram atos de violência simbólica. Essa modalidade “é aquela forma de violência que se exerce sobre um agente social com a sua cumplicidade (...) os agentes sociais são agentes conhecedores que quando estão submetidos a determinismos, contribuem para produzir a eficácia daquilo que os determina, na medida em que estruturam aquilo que os determina” (BOURDIEU, 1994, p. 145).

Essa cumplicidade de que fala o autor não se manifesta de forma consciente porque prevalece um sentido do que ele chama de desconhecimento. Como sublinha o autor: “denomino desconhecimento o fato de reconhecer uma violência que se exerce precisamente na medida em que se a desconhece como uma violência” (BOURDIEU, 1994, p. 146).

As ações empreendidas pelos funcionários da Aeronáutica não eram percebidas, ainda que os desagradassem, como atos de violência, mas sim como cumprimento de suas funções ou atribuições no processo de transferência compulsória.

Uma vez construída a casa modelo, foi montado um cronograma de visitas das famílias que seriam remanejadas. Funcionários da Aeronáutica buscavam chefes das unidades familiares que desejavam conhecer a casa modelo.

Pesq.: Zé Carlos como foi o dia da visita à casa modelo?

Zé Carlos: O caminhão da Aeronáutica levou nós, foi até a Mercedinha, levou nós pra olhar o modelo da casa. Muita gente agradeu, eu não me agradei porque o modelo dela não era esse daqui. A varanda é só meia parede. Eu falei lá pro Frazão [o veterinário que integrava a equipe da Aeronáutica]: olha doutor, é o seguinte, essa parte de cá não dá certo, na frente tudo bem, mas na cozinha não presta porque quando chover nas privadas molha tudinho aqui dentro de casa. Mas ai ele disse, a maioria já tinha escolhido, já tinha aprovado que era melhor por causa da ventilação, ai ficou, a cozinha só com meia parede.

Pesq.: Ai todo mundo aceitou?

Zé Carlos: Todo mundo aceitou

A construção dessa casa modelo permitiu que as pessoas identificassem seus problemas. O relato de Zé Carlos evidencia uma oposição de saberes em relação às formas arquitetônicas. A construção das casas, para os moradores, é uma atividade orientada pelos ciclos da natureza, levando-se em conta principalmente o período de precipitação das chuvas como aqueles de estiagem, já que um dos aspectos a ser levado em consideração na construção das moradias é justamente o da proteção tanto das chuvas (no inverno) quanto do calor (no verão). A partir de seus parâmetros ele já antevia que as casas construídas pela Aeronáutica não atenderiam as expectativas das famílias.

A definição da casa em que cada família residiria foi realizada por meio de sorteio. Os funcionários da Aeronáutica organizaram uma reunião na agrovila e levaram os chefes das famílias para realizar o sorteio das casas.

Pesq.: Como foi que definiram as casas que vocês iam morar?

Zé Carlos: Foi no sorteio.

Pesq.: Sorteio?

Zé Carlos: Sim, foi um sorteio lá na casa de forno, na casa de farinha. O primeiro que foi sorteado foi eu.

Pesq.: Como era, eles chamavam uma pessoa e pegavam um número?

Zé Carlos: Pra cada pessoa que tinha a mão, assim abençoada, é que foram tirando número com número assim quase igual.

Pesq.: As famílias ficaram perto?

Zé Carlos: Ficou perto.

Pesq.: Mais teve gente que ficou separado, o pai da mãe?

Zé Carlos: Ficou separado, o pai da mãe, como o Miguel, o Miguel ficou lá embaixo e mamãe ficou aqui.

O sorteio usado como forma de distribuir as casas às famílias negligenciou completamente as antigas relações de vizinhança. Famílias foram separadas, filhos ficaram longe de mães, irmãos que sempre moraram perto tiveram que morar longe uns dos outros. Além das famílias terem que se adaptar ao novo ordenamento espacial imposto pela Aeronáutica tiveram também que se adaptar à reordenação das relações de vizinhança.

Pesq.: O que vocês acharam dessa mudança toda?

Zé Carlos: É o seguinte, lá o nosso correio de casa era só a vizinhança, uma vizinhança muito boa, uma vizinhança lá muito boa que nós tínhamos, e aqui mudou de vizinho, ai já vinha com nosso queria trocar de casa.

Pesq.: Alguém trocou de casa aqui?

Zé Carlos: Não, não trocou não, e ai muitos não queria, porque muitos que não tinha vizinho bom, ai já foi morar pelo vizinho, ai muitos não queriam e ninguém trocou. Mas tinha muita gente que queria trocar.

Pesq.: Se trocasse a Aeronáutica ia deixar?

Zé Carlos: Deixava, porque ai era decisão dos dono da casa já.
Podia trocar, mas ninguém não quis.

A tentativa de troca das casas foi uma iniciativa das famílias para minimizar os efeitos negativos do reordenamento social no novo espaço, buscando acomodar a vida social a partir de suas próprias relações de parentesco e vizinhança, embora o resultado obtido não se mostrasse satisfatório.

Cada um desses eventos descritos devem ser entendidos como uma unidade estratégica. Todos eles destinados a assegurar os objetivos traçados pela Aeronáutica. Essas ações em conjunto, formam um sistema, que Bourdieu (2001, p. 11) chama de sistema simbólico, “que cumpre sua função política de instrumento de imposição ou legitimação da dominação”, contribuindo assim, para assegurar o predomínio dos interesses do Estado sobre aqueles do conjunto das famílias transferidas compulsoriamente para a agrovila.



Antiga casa de Dona Leandra (Peptal Velho).

Fonte: Arquivo da família de Dona Leandra

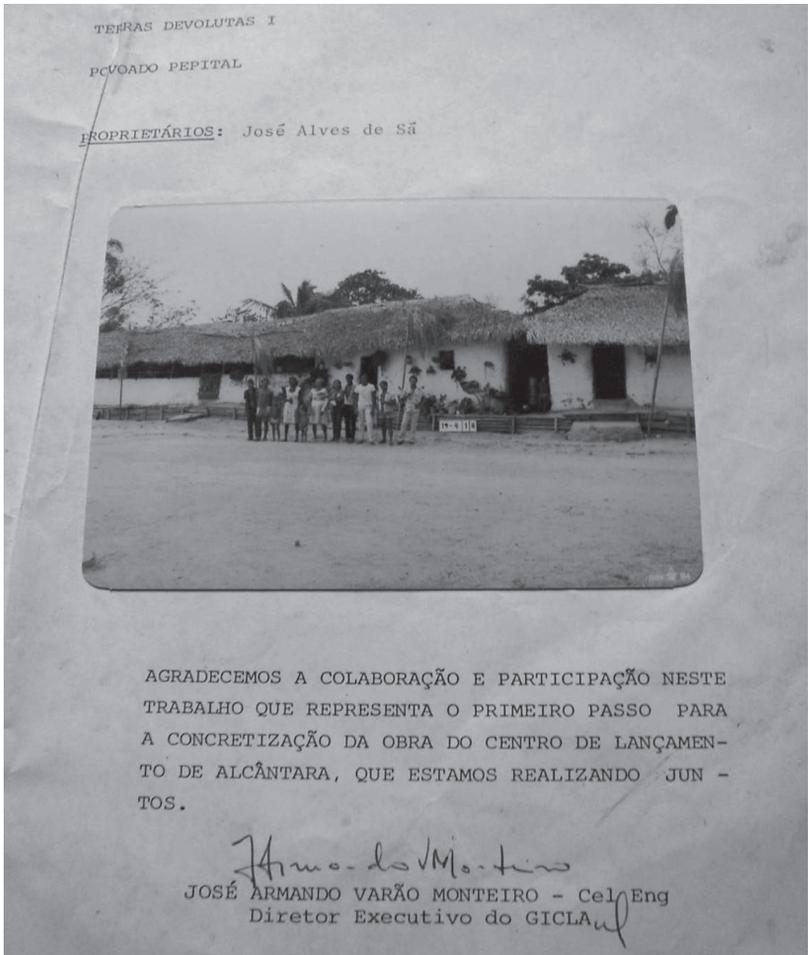


Da esquerda para a direita: *tribuna* (local da festa do santo padroeiro), *quitanda* (comércio) e a antiga casa de Seu Zé Caroço em Peptal Velho.

Fonte: Arquivo da família de seu Zé Caroço.

Momentos antes da transferência para a agrovila a Aeronáutica definiu um dia no qual todos tirariam fotos com suas famílias em frente às antigas casas. Segundo relataram, a justificativa apresentada pela assistente social era para que tivessem uma lembrança desses lugares após a relocação.

As fotos feitas nas antigas localidades integraram um documento que foi entregue às famílias dias depois da relocação. Neste documento constam o nome da localidade, o nome do proprietário da casa, a foto e, em seguida, o texto: “Agradecemos a colaboração e participação neste trabalho que representa o primeiro passo para a concretização da obra do Centro de Lançamento de Alcântara que estamos realizando juntos”, assinado pelo diretor executivo do GICLA (Grupo de Implantação do Centro de Lançamento de Alcântara), José Armando Varão Monteiro.



Documento entregue as famílias das localidades remanejadas, depois da transferência. Fonte: Arquivo da família de Seu Zé Carço.

A entrega do mencionado documento, algumas semanas depois das famílias terem sido instaladas na *agrovila*, reafirma o ato de violência simbólica. Imaginemos um lugar sem água, sem árvores, com famílias obrigadas a compartilhar um mesmo espaço com outras de diferentes localidades, receber uma foto de sua antiga casa? Se-

gundo relatos, as fotos evocaram lembranças, sentimentos de perda e de desamparo.

A entrega do documento, menos que um ato de benevolência, ratificou a violência a que foram submetidos. Além de terem que viver em um lugar despersonalizado, a ação oficial interferiu naquilo que as constituía como grupos específicos e autônomos. A entrega do documento foi tratada como um simples ato burocrático, não sendo levado em consideração o sentimento que nutriam por seus lugares de origem e o sofrimento por ter que deixá-los.

A cada um dos eventos mencionados correspondia uma unidade discursiva que tinha a função de convencer, também pelas palavras, que a mudança para a *agrovila* seria algo bom para as famílias. Não só os eventos concorreram para o convencimento das famílias, mas também um conjunto de ações assistencialistas, que excitavam significativamente o imaginário das pessoas.

O conjunto de ações que chamamos de assistencialistas baseava-se na doação de roupas, calçados e brinquedos para as crianças em datas comemorativas, como natal e dia das crianças. Essas ações estratégicas pretendiam deixar a impressão para as famílias de como estavam sendo ajudadas.

Outra estratégia acionada e que consideramos a mais eficaz, diz respeito ao discurso carregado de promessas de melhoria na qualidade de vida, que passariam a ter a partir da transferência, como mostra Dona Leandra:

Então a Aeronáutica chegou, prometeu pras pessoas, nós lá, o que nós desejaria, o que nós queria para nossos filhos, se nós queria um bom colégio, uma boa casa, uma boa administração, uma coisa muito boa e todo mundo pensou no futuro dos nossos filhos, porque nós mais velhos, nós não tivemos essa oportunidade que hoje nossos filhos tavam tendo e eles tavam oferecendo, então a gente se rendeu pra ele, não como nós tava necessitando mas nós pensamos na situação dos nos-

... e os filhos, no melhoramento. Eles prometeram, se a gente não queria se mudar daquele lugar, daquela vida pra ir pra uma vida melhor, era uma vida de muito sofrimento, que a gente não ia mais sofrer.

As palavras exercem sobre os sujeitos uma ação quase mágica, possuem uma eficácia que tem efeito de um verdadeiro milagre, pois “reside sem dúvida no fato de que eles conseguem fazer crer aos indivíduos que eles possuem uma justificação para existir, ou melhor, que sua existência serve para alguma coisa” (BOURDIEU, 1996, p. 106).

O discurso da Aeronáutica, afirmado como verdade e com autoridade, incorporando a força da lei, constitui um ato de conhecimento, um saber próprio e alheio ao outro, que se funda no poder do reconhecimento pelo discurso que anuncia. Nisso reside o que Bourdieu (1996, p. 111) chama de “ato de magia social”, ou seja, “quando aquele for capaz de reconhecer por sua palavra o poder que tal palavra garante por uma usurpação provisória ou definitiva, qual seja o poder de impor uma nova visão, uma nova divisão de mundo social: consagrar um novo limite”. Ou seja, a Aeronáutica fez: consagrou por meio do discurso um novo limite entre a vida que os sujeitos tinham e a vida que eles deveriam querer ter.

A questão do conhecimento, do saber enquanto poder utilizado pela Aeronáutica para atestar a validade do projeto Aeroespacial Brasileiro em oposição ao desconhecimento das famílias remanejadas é posta por Dona Leandra como principal causa da saída das famílias dos seus antigos lugares.

Pesq.: Mas a que a senhora atribui a saída de vocês de lá do Peptal Velho?

Dona Leandra: Faltava conhecimento, mas o povo ficou embelezado com as promessas dela [Aeronáutica], quem que não quer o melhor?

O convencimento dava-se pelas palavras, um poder invisível, no qual os sujeitos não sabiam que estavam sendo manipulados pelo discurso. É o que Bourdieu (2001, p. 08) chama de “poder simbólico”, um poder capaz de “constituir o dado pelo enunciado, de fazer ver e crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecida, quer dizer ignorada como arbitrário” (Bourdieu, 2001:14).

Mas esse poder precisa de sustentação, o que só é possível por meio de um sistema institucional que imponha essa autoridade e a Aeronáutica possuía todo esse aparato necessário: advogados, soldados, coronéis, assistentes sociais; aparato que impõe e reconduz o poder simbólico e não o exerce sem pressão, “nem sem ao menos uma parte de violência” (FOUCAULT, 2003, p. 14), que no caso estudado, é de violência simbólica.

A sensação de insegurança e incerteza compartilhada por todos, era determinada não só pelo discurso de convencimento, mas também pelos acontecimentos a ele relacionados. Eram atitudes construídas sob a forma de uma violência social, pois usando do poder simbólico, como já mencionado, é capaz de “impor significações e de forma legítima, dissimulando as relações de força de sua base” (Bourdieu, 1975:19). Mas a violência simbólica não pode produzir seu efeito se não forem dadas às condições necessárias para isso.

As condições foram propiciadas pelo discurso de convencimento que levou muitos a acreditarem que ser remanejado para a *agrovila* seria uma boa alternativa para melhorar de vida. Mas nem todos tinham essa mesma expectativa em relação ao remanejamento compulsório, principalmente os mais velhos.

A expectativa de terem que sair dos seus lugares de origem despertou nas pessoas sentimentos indefinidos. A única clareza que

tinham se referia à insegurança acerca da garantia material de vida e da possibilidade de terem terra para desenvolver suas atividades produtivas, elemento fundamental na vida cotidiana das famílias.

O momento de saída das famílias de seus antigos lugares e a chegada na *agrovila* não se configurou rigidamente como dois pólos opostos. Não havia uma simples transição entre lugares, mas existia um momento *entre*, que se passa em outro tempo, que não o linear, e em outro espaço, que não o geográfico. Esse outro tempo e lugar podem ser definidos como uma situação de “liminaridade” e não somente de transição, como pensávamos inicialmente.

Em determinado momento eles não eram mais do hoje chamado Peptal Velho e, ao mesmo tempo, ainda não eram da *agrovila* Peptal. Não estavam nem neste nem naquele espaço, flutuavam em meio a uma dificuldade de localização, tanto espacial, como temporal. Em consequência dessa transição, laços sociais foram desfeitos e outros foram construídos.

O processo de alteração da vida social nos povoados já vinha acontecendo desde o primeiro ato de intervenção da Aeronáutica, ou melhor, desde os primeiros contatos estabelecidos com as famílias nos antigos povoados. O dia da transferência compulsória apenas consolidou esse processo.

A única certeza que as famílias tinham era que iriam ser relocados, afinal de contas já tinham assinado uma série de documentos e as casas já estavam construídas. A confirmação da transferência só veio um dia antes daquele que deveriam sair: no dia do início da festa de São Benedito, o santo padroeiro.

A ordem de saída das famílias também não foi definida com antecedência, não sendo a mesma do sorteio das casas. Foram remanejados em uma ordem aleatória estabelecida pela Aeronáutica, na qual famílias e vizinhos próximos passariam a morar afastados uns dos outros.

Nos primeiros dias de transferência o transporte das famílias era feito de tal forma que aqueles que chegavam ficavam bem distantes uns dos outros. O corte na relação entre as pessoas começou a ser dado nesse momento. Eram obrigados a sair e não poderiam ficar perto dos conhecidos.

No primeiro dia foram transferidas quatro famílias. Os moradores se revezavam entre o auxílio àqueles que estavam sendo transferidos e a ajuda nas tarefas relacionadas com a festa de São Benedito, que estava ocorrendo nesse momento.

Os dias da transferência das famílias para a *agrovila* foram marcados por sentimentos de perda, tristeza e distanciamento. A mesma pergunta foi feita a várias pessoas: como foi o dia da transferência? A resposta de Dona Leandra era semelhante a dos demais.

Nesse dia foi uma emoção! Sabe que esse negócio de mudança assim fica tudo difícil. Eles ficaram de dar assistência pra gente, bandeco essas coisas, de dar a comida e que nada, foi só nesse primeiro dia.

Dona Justina, outra moradora transferida falava da tristeza que sentiu. Indagada sobre o porquê desse sentimento, respondeu:

Ah, a gente largou a casa da gente, botamo tudo no caminhão, os menino tudo triste, perguntava: mamãe pra onde nós vamos? Minha filha eu não sei pra onde nós vamos, chorava as crianças. Aí eles diziam: mamãe pra onde nós vamos, aí eu digo: nós vamo simhora, minha filha! Não chore mamãe, não chore! Aí foi muito triste.

Os sentimentos demonstrados por vezes eram contraditórios e até opostos, principalmente entre as diferentes gerações. Não houve apenas tristeza, houve também quem se sentisse feliz com a mudança, Zé Carlos, adolescente à época, conta que os mais velhos foram os que se sentiram mais tristes.

Pesq.: Como é que foi nesse dia?

Zé Carlos: Pra mim foi alegria, pra muitos foi tristeza, inclusive pros moradores mais antigos de lá, para meus pais, que era morador mais antigo que fundou o Peptal, foi uma tristeza! Choraram, porque tavam saindo de uma terra que era tão rica pra vim pra cá, porque ninguém sabia como era que ia ser aqui.

Pesq.: Tudo indeciso?

Zé Carlos: Tudo indeciso, muitos, muitos falavam que ia ser bom, outros falavam que não iam dar certo, que ia ser ruim, e ai foi aquela revolução, uns achavam que era bom, outros achavam que era ruim.

O novo espaço era a antítese do antigo lugar, ou seja, o desconhecido, o lugar da incerteza. O fato de terem que deixar seus lugares de origem propiciou a muitos o sentimento de perda de algo que jamais poderia ser recuperado. A transferência das famílias para a agrovila foi uma experiência traumatizante para a maioria dos moradores de Peptal, especialmente por ter sido durante o transcurso da festa de São Benedito, como relata Dona Leandra.

Nós se mudamos pra cá, eu até hoje tenho muita saudade do lugar porque quando nós se mudemos pra cá foi no festejo de São Benedito, que Seu Zé Caroço fez essa festa pela ultima vez. Nós se mudamos pra cá em 86, no dia nove de setembro. Entramos dentro do caminhão, deixamos a festa pra trás, o restinho da festa e nós se mudamos pra cá, eu vim chorando que parecia que eu tinha deixado todos os meus familiares, e deixei pra trás mesmo, deixei minhas plantaço, deixei tudo, o que eu trouxe de lá, que nós trouxemos de lá foi somente as criação [pequenos animais] e o restinho que ficou por lá, uma gata, depois eu mandei buscar e até hoje eu tenho saudade desse lugar.

A festa é um momento de reforço da identidade do grupo, na qual laços de amizade são avigorados, possibilidades de casamentos concretizam-se. É também um momento de circulação de bens mate-

riais e simbólicos, momento de manifestações de solidariedade e reciprocidade. Em função dessa multiplicidade de eventos simultâneos que a festa de São Benedito pode ser entendida como um fato social total (MAUSS, 1974, p. 41), pois nela está presente “ao mesmo tempo e de uma só vez, toda espécie de instituições: religiosas, políticas, jurídicas, morais, familiares, econômicas”.

A saída exatamente nos dias da festa mostra a arbitrariedade da condução do processo de transferência e concretiza um ciclo de ações violentas por parte da Aeronáutica, “que constituem violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário de um arbitrário cultural” (BOURDIEU, 1975, p. 20).

É a imposição de outro modo de vida como legítimo, diferente daquele vivido pelas famílias de Peptal, Pedro Marinho, Camaleão e Santa Rosa. Sair no momento de realização da festa constituiu uma transgressão dos limites da ordem social vigente, operando no imaginário das famílias de forma extraordinária.

Extraordinária no sentido de cumprir sua função social de estabelecer um limite na passagem, quase sempre despercebido, pois consagrou a diferença e a instituiu. Instituído, nesse caso, ao mesmo tempo quem é remanejado, quem é atingido.



Chegada na *agrovila*. Fonte: Araújo (1990)

O que significa estabelecer essa linha divisória exatamente nesse momento? A festa passou a ser, além de um momento de celebração, um momento de passagem, o início de uma nova etapa do drama social vivenciado pelas famílias. É o drama da alteração profunda nos seus costumes, práticas e relações secularmente enraizadas.

A última festa realizada no povoado Peptal foi celebrada com um empenho maior e o envolvimento de todos, entretanto sentimentos de dúvida e tristeza foram sua marca, como relata Zé Carlos:

Pesq.: como foi a última festa no Peptal Velho?

Zé Carlos: ah, foi uma festa boa, uma festa bonita que foi uma festa de despedida, bonita, de muita bebida, muita comida, foi a despedida que nós fizemo do lugar. Muita gente chorando.

Seu Zé Caroço, *dono da festa*⁴ conta como foi realizá-la pela última vez:

⁴ O chamado *dono da festa* é a figura responsável por todos os detalhes relativos à sua organização e funcionamento. É reconhecido socialmente como aquele que cuida para que todos os detalhes da ritualística da festa sejam obedecidos, assegurando a sua preservação.

Pesq.: Seu Zé como o senhor fez a última festa?

Zé Carçoço: Eu fiz melhor! Fiz melhor porque era a derradeira. Aí deu muita gente também.

Pesq.: Como era que o senhor se sentia fazendo a festa, sabendo que era a última lá no seu lugar?

Zé Carçoço: Eu imaginava mas não podia mais fazer nada né, que já eram obrigados a se mudar, as casas já tavam prontas aqui

Pesq.: O que o senhor ficava pensando, o que o senhor imaginava?

Zé Carçoço: Eu imaginava sempre, que nunca era como era lá. E não é mesmo, a que tão fazendo aqui, não era como era lá.

O relato de Seu Zé Carçoço caracteriza este momento que chamamos de liminaridade, no qual o que se tem é sempre posto em oposição ao que não se pode mais ter, de um momento entre duas realidades e em nenhuma delas ao mesmo tempo.

Alguns problemas relatados pelas famílias transferidas compulsoriamente para a agrovila Peptal possibilitaram entrar em outra esfera, denominada, pelos membros do grupo, de sobrenatural. Esse componente poderia ser tratado como um domínio à parte, mas o que interessa aqui é entender a influência que a presença de seres referidos a esse domínio causou no processo de adaptação ao novo espaço.

Os relatos sobre assombrações, que causaram a morte inexplicada de plantas e animais, denunciam a estrutura social do grupo, aparentemente classificada entre viventes e não viventes. Esses últimos seres não obedecem nem às leis naturais, nem às considerações racionais, mas fazem parte de um sistema de significações que nem sempre pode ser determinado, a qual podemos chamar de imaginário ou imaginado (CASTORIADES, 1982).

Esse assunto raramente era comentado em entrevistas formais, ou melhor, nunca foi tratado quando o gravador estava ligado. Parecia haver um código implícito de que “essas coisas” não poderiam ser gravadas e, quando solicitados a fazer isso, tínhamos a seguinte res-

posta: “essas coisas não são para serem conversadas assim”, embora esse tema sempre estivesse presente em conversas ao cair da noite.

Segundo alguns moradores, cada localidade tem suas assombrações, suas entidades, que guardam o lugar, a mata, os animais e as pessoas. Nessas rodas de conversas era comum ouvir falar que o problema seria as almas, os currupiras ou as assombrações do lugar onde foi construída a agrovila não conhecerem as pessoas que passaram a morar lá.

Essas entidades estavam presentes no cotidiano das famílias. Apareciam nas lavouras, nos caminhos de acesso às casas, na mata durante as caçadas e até mesmo em alguns pontos da agrovila que, segundo eles, provavelmente era o lugar de uma árvore que foi derrubada e que servia de moradia para tais seres.

A familiaridade com o lugar determinava o aparecimento desse seres, que segundo relatos, só apareciam e assustavam as pessoas porque não as conheciam. De acordo com alguns informantes, gradativamente essas aparições deixaram de acontecer, uma vez que todos (pessoas e seres encantados) já se conheciam. Apesar disso, diziam que algumas entidades não se conformavam e que em determinados lugares não se podia passar sozinho à noite, pois estes seres podiam aparecer.

Segundo Laís Mourão Sá (1974, p. 22), há no lugar, uma presença que “assume uma conotação diferente da presença dos homens, em sua própria vida social rotineira”, pois cada sociedade define e elabora sua imagem de mundo natural, do universo em que vive, tentando tornar esse universo significante e importante para a vida da coletividade, instaurando o que Castoriades (1982) chama de “ordem no mundo”.

Nenhuma sociedade pode existir se não organizar a produção de sua vida material, a reprodução do grupo, e isso não se dá somente de forma racional, vincula-se, na verdade, com o simbólico, ou seja,

“uma capacidade elementar e irredutível de evocar uma imagem” (CASTORIADES, 1982, p. 154). Imagem esta que no caso da agrovila Peptal, funcionou como complemento necessário para o restabelecimento da ordem, já que os laços com as antigas localidades foram rompidos e os laços com o novo espaço ainda não estavam sendo estabelecidos.

A constante morte de plantas e animais era sempre atribuída à presença dessas entidades, pois a estranheza era das duas partes: os seres sobrenaturais que não reconheciam as novas plantas e os novos animais; e estes não reconheciam as entidades como suas protetoras. Para se protegerem dessas assombrações, os moradores pintavam nas portas de suas casas, com tinta preta, uma estrela de seis pontas que, segundo eles, garantia proteção, mantendo as assombrações afastadas das casas.

Essa idéia de mal, causado pelas entidades sobrenaturais, era sempre relativizada pelos moradores quando afirmavam que os acontecimentos dessa ordem eram culpa do próprio homem, que inicialmente invadiu seus espaços sem pedir licença, referindo-se sempre aos integrantes da Aeronáutica. Às vezes mencionavam que em consequência disso nenhum lançamento de foguete tenha tido sucesso e que provavelmente continuaria fracassando, dado o grande desrespeito a esses seres.

Dessa forma a idéia de mal volta a surgir, mas agora num nível mais específico “no contexto de uma desorganização social, onde as regras sociais foram transgredidas” (SÁ, 1974, p. 21), para obedecerem a regras meramente utilitárias e racionais da Aeronáutica, que não levou em consideração, os sistemas de crenças dessas famílias, desestabilizando a relação entre os planos social e sobrenatural, um dos elementos que estruturavam a vida desses grupos remanejados.

Na liminaridade, há particularidades sociais que Turner (1974b, p. 116) chama de “fase liminar”. Essa “fase liminar” caracteri-

za o momento, o período no qual pessoas ou grupos “não se situam aqui nem lá; estão no meio e entre posições atribuídas e ordenadas pela lei, pelos costumes, convenções e cerimonial” (TURNER, 1974b, p. 117) e, ainda, esse momento traz consigo um “vínculo social generalizado que deixou de existir e, contudo, simultaneamente, tem que ser fragmentado em uma multiplicidade de laços” (TURNER, 1974b, p. 118).

Embora as leituras Victor Turner tenham sido importantes, principalmente aquela relativa à noção de liminaridade, não nos apropriamos dela como principal referência porque percebemos que pensar o processo de transferência compulsória em fases poderia gerar algumas dificuldades. A primeira delas é que os acontecimentos não são rapidamente demarcados, como se pudéssemos encaixá-los sem maiores prejuízos em fases. O processo de transferência não pode ser pensado como uma estrutura estanque, passível de ser enquadrada em fases como Turner propõe.

Há uma transitoriedade entre os espaços e é este aspecto que define a liminaridade como um “estar entre”, nem antes e nem depois. É um “estar entre” que está posto no pensamento de quem vive a experiência da liminaridade. É pensar entre o lugar que não se refaz mais e pensar o lugar que ainda está em construção. É outro pensamento que se situa nos dois lugares e em nenhum deles; que se situa em sua fronteira. Uma maneira característica, uma maneira de pensar que Mignolo (2003, p. 26) chama de “pensamento liminar”.

O pensamento liminar constitui o ponto de partida para compreender o envolvimento com os lugares, pois quanto mais diversas são as relações, maiores são as possibilidades de se sentir parte deles. O problema é que a reconstituição do novo lugar não forneceu condições necessárias de readaptação.

A desorientação no novo espaço, a *agrovila*, que conduziu a certa desorganização, tornou a apropriação e a associação mais difícil,

pois os sujeitos agiam sob determinada organização. O lugar afeta o homem, sua personalidade e, principalmente, suas atividades. O sentido do lugar não é apreendido somente através da circunscrição física do espaço povoado, ele depende necessariamente da experiência. Nesse ponto, a relação que os membros das unidades familiares tinham com a terra em seus lugares de origem é fundamental para compreender o processo de adaptação na *agrovila*, pois essa era sua experiência mais significativa. É uma relação sentida profundamente: o que a terra dá, o sustento que se tira dela. São fatores que marcam decisivamente o significado do lugar.

O sentido de lugar é dado por diferentes variáveis, por isso o homem “atribui personalidade ao espaço, conseqüentemente transformando o espaço em lugar” (AUGÉ, 1994, p. 103). As relações e sentimentos referidos a um lugar levantam uma importante questão: de que maneira se constrói essa relação com o lugar?

Conforme Bourdin (2001, p. 167), “o lugar constitui um conjunto de recursos cujos vínculos permanecem relativamente indeterminados”, facilitando “a multiplicidade das relações com um mesmo lugar” e isto produz a localização. Essa experiência de localização, entendida como uma experiência de vivenciar um espaço e atribuir-lhe personalidade e o vínculo com recursos que o lugar pode oferecer, podem ser claramente entendidos na situação estudada.

Neste caso, os lugares são postos em oposição em virtude da ausência de recursos mínimos necessários para a manutenção do grupo na nova situação. Essa confrontação é sempre feita em relação à condição antes vivida. Essa comparação constante estrutura o pensamento liminar, “é uma dupla consciência, uma dupla crítica atuando no imaginário” (MIGNOLO, 2003, p. 128). Imaginário aqui entendido como “todas as formas pelas quais uma cultura percebe e concebe o mundo” (MIGNOLO, 2003, p. 48).

A festa de São Benedito, santo padroeiro da localidade é o momento que melhor explica essa ruptura com o imaginário caracterizado por Mignolo, pois num momento da história das famílias de Peptal a festa passou a marcar uma passagem, uma transição. Por esse motivo para eles essa última festa além de confraternização religiosa e de fé, além de marcar o fechamento de um ciclo anual (fim da colheita e início do preparo da terra para um novo ciclo), marcou também a ruptura com o lugar de origem e a transferência para um lugar desconhecido.

Todos esses aspectos contribuíram para o entendimento da festa como um rito de passagem, percebido como “ritos que acompanham toda mudança de lugar, estado, posição social, de idade” (TURNER, 1974b, p. 116).

O que significou para as famílias dessas distintas localidades uma festa inacabada? O que significou sair nesse momento? Uma resposta possível seria que sintetizam a violência simbólica. Reafirma atos da violência legítima (Weber, 2001) perpetrada pelo Ministério da Aeronáutica.

No processo de mudança há um conjunto de acontecimentos, temporal e espacialmente marcados. Todos esses acontecimentos relacionam-se de modo a situar os agentes nos dois lugares e não ocupar nenhum deles ao mesmo tempo. Há uma transitoriedade entre os espaços e também um espaço abstrato que transcende a própria experiência de localização.

A mudança de lugar e todas as transformações por ela causadas coloca os sujeitos na posição de elaborar ligações através dos elementos instáveis que o novo espaço oferece. Eles passam a exercer “uma função transferencial pela qual o passado dissolve-se no presente, de modo que o futuro se torna (mais uma vez) uma questão aberta, uma vez de ser especificado pela fixidez do passado” (BABHA, 1998, p. 301).

Babha (1998, p. 307) considera então que a liminaridade dessa experiência coloca os sujeitos como “sujeitos da diferença cultural”, ou “sujeitos da liminaridade”, ou ainda, “sujeitos esquizóides”, ou seja, aquele que está no entre-meio, entre duas condições de fronteira.

Recuperando a questão colocada por Babha (1998), de que a liminaridade estabelece-se “entre-tempos” e “entre-espacos”, é preciso esclarecer, mesmo que rapidamente, essa idéia de tempo e espaço, pois, segundo Durkheim (1996), essas duas categorias são fundamentais para o entendimento da vida em sociedade.

Já que estamos tratando de acontecimentos temporalmente marcados e do tempo de adaptação ao novo espaço, é preciso colocar em análise a noção de duração. O que se escolhe como ponto de referência são alguns fenômenos materiais ou não. É a ocasião que lhes oferece o que todos percebem ao mesmo tempo, embora cada um dê aos fatos interpretações diferentes. Mas, o que seria duração?

Segundo Halbwachs, “todo ser dotado de consciência teria sentimento de duração [...]. Cada homem, nesse sentido, teria sua própria duração e isso seria mesmo um desses dados primitivos da consciência, que conhecemos diretamente, e do qual é necessário somente que a noção penetre em nós de fora” (HALBWACHS, 2004, p. 97).

Dessa forma, como percebê-la? Em uma mudança, sem dúvida, e o caso estudado aponta para isso, pois se estende numa duração, que “às vezes é uma duração muito longa. Mas isso vem confirmar que ela se decompõe em uma série de mudanças parciais separadas por intervalos onde nada muda” (HALBWACHS, 2004, p. 113), ou pelo menos, não parece mudar.

Os acontecimentos a que nos referimos sucedem-se no tempo, mas o tempo em si, é um quadro imóvel. São os pontos de referência escolhidos para marcá-los que dão à duração um caráter comum. A duração e o tempo social, em suas particularidades, não se confun-

dem com o tempo cronológico, cartesiano. Esse tempo universal, imposto às consciências e que envolve todas as existências, forneceria, no caso estudado, uma seqüência, digamos, descontínua dos acontecimentos tomados como referência.

Há um espaço de existência, simbólico e material, no qual os sujeitos relacionam-se a todo momento, seja por voz, pelos gestos, atitudes ou pensamentos. O espaço, assim como o tempo são fundamentais para marcar a liminaridade e fazer com que os sujeitos que antes determinavam nesses dois aspectos suas certezas e garantias de vida, passem a vivenciar neles uma situação de sujeitos liminares.

Bibliografia

ARAÚJO, Mundinha. **Breve memória das comunidades de Alcântara**. São Luís: SIOGE, 1990.

AUGÉ, Auge. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas-SP: Papirus, 1994.

BABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOURDIEU, P & PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução – elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S/A, , 1975.

BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Löic J. D. **Per a una sociología reflexiva**. Barcelona: Herder, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DURKHEIM, Émile & MAUSS, Marcel. “Algumas Formas Primitivas de Classificação – contribuição para o estudo das representações”, In: MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 1981, p. 399-455.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália**, São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

MAUSS, Marcel. "A Prece", In: **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 1981, p. 229-324.

MAUSS, Marcel. "Ensaio Sobre a Dádiva – forma e razão da troca nas sociedades arcaicas", In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo, EPU/EDUSP, v. 02, 1974, p. 37-184.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais/ Projetos Globais: colonialidade, saberes sulbateros e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SÁ, Laís Mourão. **Sobre a classificação das entidades sobrenaturais**. São Luís: Prelazia de Pinheiro, 1974.

PORTELLI, Alessandro. "O massacre de Civitella Val di Chiana: mito, política e senso comum". In FERREIA, Marieta de M. & AMADO, Jannaína (Orgs), **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 103-130.

SOUZA FILHO, Benedito. "Alcântara: acción estatal, hegemonía y tecnología étnica", In: **Diálogos Latinoamericanos**. Dinamarca: Universidad Aarhus, N° 7, 2003, p.1-22.

TURNER, Victor. "Hidalgo: history as social drama", In: **Dramas, fields and metaphors**. Ithaca: Cornell University Press, 1974a, p. 98-155.

TURNER, Victor W. **O processo ritual: estrutura e anti-estrutura**. Petrópolis: Editora Vozes, 1974b.

Os Novos Capitães do Mato: conflitos e disputa territorial em Alcântara

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**, Parte 2, São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

O Patrimônio imaterial dos
quilombolas de Alcântara



O Patrimônio imaterial dos quilombolas de Alcântara¹

Introdução

O inventário de celebrações e práticas religiosas de *quilombolas*, dos lugares que reputam como importantes para sua identidade ou como marcos de seus territórios, dos ofícios, modos de fazer, saberes e formas de expressão, representa, na conjuntura atual, uma tentativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de dar visibilidade e conotação positiva a “patrimônios culturais não-consagrados” (FONSECA, 1996, p.159) de segmentos não contemplados pela história oficial: negros, indígenas, camponeses, imigrantes, dentre outros.

Segundo o órgão oficial, os levantamentos, no âmbito do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) buscariam identificar um repertório de manifestações culturais que merece ser alcan-

¹ O presente texto foi escrito em co-autoria com Maristela de Paula Andrade e publicado na revista Horizontes Antropológicos (Nº 38 jun/dez 2012).

çado pelas políticas de salvaguarda, por ratificarem o amplo sentido da diversidade cultural do país e a identidade étnica desses grupos.

Refletir criticamente sobre o trabalho de inventário de referências culturais realizado em Alcântara², Maranhão, é o objetivo deste capítulo, sem a pretensão de aprofundar a descrição e análise de todos os bens inventariados. A ideia é apresentá-los brevemente e, em alguns casos, aprofundar a reflexão sobre particularidades das situações inventariadas, enfatizando aspectos que os instrumentos de registro de informações do INRC não permitem alcançar. Para tanto, mostra-se necessária uma breve recuperação histórica das especificidades do campesinato em questão, pois é no contexto de constituição de territorialidades específicas que se delineiam as particulares culturais, os saberes e fazeres dos grupos que integram o território quilombola de Alcântara.

Alcântara e as peculiaridades do campesinato

O município de Alcântara, no litoral ocidental maranhense, apresenta população preponderantemente rural e de formação histórica peculiar. Sua sede, instalada em 1648, é das poucas cidades brasileiras a ostentar a condição de monumento nacional. É também o único município do país a ter oficialmente reconhecido, num mesmo perímetro e de forma contínua, um extenso território étnico, integrado por mais de centena e meia de povoados camponeses que reivindicam a condição de *quilombolas*. Por outro lado, é apontado

2 Este texto baseia-se no trabalho realizado sob a coordenação dos autores, no âmbito da realização do Inventário Nacional de Referências Culturais no município de Alcântara, Maranhão, para o IPHAN. Participaram da equipe de campo, além dos autores, Maria Suely Dias Cardoso, Leonardo Oliveira Silva Coelho, Benedita de Cassia Ferreira Costa, Fatima Diniz Ferreira e Adriana Tobias. Atuou como supervisor técnico, de parte do IPHAN, o antropólogo Rodrigo Ramassote.

por militares e planejadores oficiais como um dos melhores locais do planeta para a instalação de plataformas de lançamento de artefatos espaciais, o que tem ocasionado sérias disputas pelo território entre quilombolas e aparelhos do Estado³.

Diferentemente de outros estados, aqui, os proprietários de fazendas de algodão e de engenhos de açúcar, dos séculos XVIII e XIX, ao entrarem em derrocada econômica, abandonaram as terras, permitindo o florescimento de um campesinato, tanto parcelar quanto comunal (SÁ, 2007) ou, como também caracterizado, de *uso comum* (ALMEIDA, 2006a).

Os desdobramentos dessa colonização definiram o perfil étnico da região chamada Baixada Maranhense, resultado do entrecruzamento de diferentes processos de territorialização (OLIVEIRA FILHO, 1999). Conformou-se um modo de vida particular, ancorado em regras costumeiras de relação com os recursos ambientais e entre grupos de parentes, vizinhos e compadres.

Embora a historiografia regional enfatize o que entende como decadência de Alcântara e sua paralisia no tempo, indígenas desaldeados e escravos africanos passaram a viver livres da subordinação, construindo regras próprias para se assenhorear das terras e demais recursos após a retirada dos donos de engenho. Tal contraste entre uma e outra situação é bem retratada por Josué Montello, em *Noite Sobre Alcântara* (1984) – os últimos membros da aristocracia se retirando melancólicos enquanto os negros, tocando seus tambores, afirmam pertencer àquele lugar.

3 Até o momento o processo de titulação do território quilombola de Alcântara encontra-se na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, e o Estado brasileiro pretende esvaziar os locais de toda a faixa litorânea do município, para reservá-la a futuros empreendimentos aeroespaciais, o que afetará a vida de todos os povoados aqui referidos, estejam nessa faixa ou não.

Esse quadro sócio-histórico, explica o processo de controle territorial por esses grupos, sua autonomia e a constituição de regimes culturais (CARNEIRO DA CUNHA, 2005, p.20). As festas de santo, para além da riqueza de detalhes de suas cerimônias, podem ser pensadas como celebrações da autonomia conquistada pelos ancestrais.

Esses grupos camponeses ficaram praticamente à margem da interferência oficial do início do séc. XIX à década de 80 do século XX, quando então se instaurou o processo de implantação de um centro de lançamento de artefatos espaciais pelos militares, originando conflitos que se estendem aos dias de hoje (PAULA ANDRADE; SOUZA FILHO, 2010; SOUZA FILHO, 2010).

Este é o quadro que emoldura as várias ações governamentais relativas aos *quilombolas* de Alcântara nos últimos anos, dentre as quais a iniciativa do IPHAN de realização de um inventário de referências culturais.

O patrimônio histórico de Alcântara e o inventário de referências culturais

No tocante ao patrimônio histórico e urbanístico de Alcântara, a interferência oficial digna de nota é sua elevação à condição de monumento nacional, em 22 de dezembro de 1948, 136 anos após sua constituição como cidade e 300 como Vila. A inscrição no Livro de Tombo Histórico ocorreu em 29 de dezembro daquele mesmo ano, porém no de Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico apenas em 10 de outubro de 1974.

As providências para demarcação da área tombada se arrastaram por vários anos, desde 1948, tendo permanecido paralisadas até 1980 e, depois, entre 1990 e 2000 (ANDRÉS, 2002, p. 31). Em 1980 foi instituído um Grupo de Trabalho para analisar as consequências do

Decreto Estadual N° 7820, que destinava ao Ministério da Aeronáutica mais da metade da área territorial do município para fins de instalação do Centro de Lançamento de Alcântara⁴. Somente cinquenta e quatro anos após o tombamento deram-se as iniciativas de rerratificação das áreas tombadas de Alcântara, bem como daquelas do entorno do Núcleo Histórico, aprovada em 09 de março de 1990 pelo Conselho Consultivo do IPHAN.

Depois disso, em 2009, esse órgão demandou a realização do inventário de referências culturais de Alcântara, incidindo o levantamento em uma pequena parte do território étnico (SOUZA FILHO; PAULA ANDRADE, 2009).

Dentre as centenas de localidades que compõem o município de Alcântara, foram eleitos apenas sete para realizar o trabalho, dadas as condições de possibilidade apresentadas naquele momento. Das localidades eleitas, seis integram o território quilombola e sua escolha se deu com base em conhecimento previamente acumulado sobre a região: Cajual, Samucangaua, Brito, Mamuna, São João de Cortes e Itamatatiua. Trabalhou-se também a sede do município.

Dentre as celebrações do calendário religioso das localidades escolhidas, elegeram-se para inventariar: as festas do Divino Espírito Santo e de São Benedito, na sede de Alcântara; as Festas de Santa Maria e de São Benedito, em Samucangaua; as festas de Santa Tereza de Ávila, em Itamatatiua e a de São Benedito, em Cajual.

As formas de expressão trabalhadas foram: em Itamatatiua, Cajual e na sede de Alcântara, a performance das *caixeiras* e das meninas que as acompanham – as chamadas *bandeirinhas*, além do *tambor de mina* na Ilha do Cajual.

4 Cf. matéria no site do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA recebe visita ..., 2010).

O Igarapé do Encantado, a Pedra de Itacolomy, a Pedra Santa e os *paredões* de Camarajó, em Mamuna, além do Poço do Chora, em Itamatatiua, foram inventariados como lugares.

Quanto aos ofícios e modos de fazer, foram eleitos alguns relacionados à festa do Divino, na sede de Alcântara. Em Mamuna, focalizaram-se o fabrico do azeite de mamona, as rezas para espantar pragas da lavoura e o artesanato em buriti e anajá. A cerâmica de Itamatatiua, a carpintaria naval em Brito e São João de Cortes, a extração e manejo da ostra em Samucangaua, a tecelagem de redes de dormir em Brito também foram inventariadas.

As celebrações

A festa do Divino de Alcântara se insere no calendário católico e os rituais que a integram reproduzem o que o grupo imagina ter sido a corte portuguesa, e a cidade, com sua arquitetura e ruínas do período colonial e imperial, torna-se o palco perfeito para tal representação.

É uma festa popular de grande riqueza e complexidade, com uma variedade de ofícios, modos de fazer e saberes a ele associados, dentre os quais abordaram-se apenas alguns, como: confecção de altares e vestimentas para o santo (pomba, que representa o Divino Espírito Santo) e preparação de alimentos rituais. Outros, não chegaram a ser objeto de inventário como: a confecção das lanternas que iluminam a procissão; do bordado das bandeiras do Divino; do chamado *mastaréu* (bandeira no cimo do mastro); das vestimentas dos integrantes da corte simulada, chamada *império*; das caixas tocadas pelas *caixeiras*; dos enfeites que decoram as mesas e das chamadas lembrancinhas ofertadas aos visitantes. Da mesma forma, saberes específicos – caso das rezas em latim proferidas por especialistas

locais, da condução dos rituais pelo chamado *mestre sala*, não foram abordados. Não foram focalizados no inventário, igualmente, lugares envolvidos na realização das cerimônias, como aqueles onde são finalizados os *mastros*.

No tocante aos ofícios e modos de fazer, foi inventariada a preparação de alimentos rituais, destacando-se o chamado *doce de espécie*, iguaria apreciada por moradores e turistas, cuja popularização se deve à sua distribuição como dádiva durante a Festa do Divino. Os *doces* são itens imprescindíveis nos rituais de comensalidade estabelecidos entre os *festeiros*, sendo distribuídos aos presentes também após as ladainhas. Entre estes, se estabelece uma ampla rede de reciprocidade, configurada pelo intercâmbio de gestos, versos e fórmulas de tratamento, cânticos, danças e banquetes.

Do mesmo modo, a fabricação de licores de frutas diversas, assim como a do chamado chocolate, são atividades inerentes à Festa do Divino, pois, como o *doce de espécie*, são fartamente servidos em vários momentos das cerimônias.

A confecção de *altares* é outro ofício ligado à realização da festa, originado da necessidade de construção de estruturas para receber o santo e a corte simulada, a cada ano. Tais *altares* contêm ao seu lado uma espécie de trono, onde se sentam os representantes do *império*. Alguns dos artesãos que os produzem também dominam o saber e as técnicas relativas à ambientação e ornamentação das casas dos festeiros que, no caso de Alcântara, podem chegar a doze. Alguns deles desempenham também a função de guias dos rituais, como *mestres-sala*, por deterem o conhecimento sobre todos os detalhes das cerimônias.

A confecção da *roupa* para o *santo* diz respeito ao trabalho de mulheres que preparam a imagem, a ser colocada sobre o altar *vestida*, ou seja, coberta e adornada. Enfeitam também a chamada *santa c'roa* – coroa de prata com uma pomba em seu centro, apoiada em

pequenas bandejas denominadas *salvas*, de zinco ou latão, também decoradas.

As festas de São Benedito, tanto na sede de Alcântara quanto em Cajual, também foram objeto de inventário, destacando-se sua importância para a identidade étnica daqueles que vinculam sua história a dos antepassados escravos. Uma das formas de expressão mais características dessas festas é o *tambor de crioula*, já registrado como patrimônio imaterial pelo Iphan (RAMASSOTE, 2007).

O trabalho privilegiou, ainda, a festa de Santa Teresa de Ávila, em Itamatatiua, entendida pelos camponeses como a legítima proprietária do território que ocupam (PRADO, 2007). Ocorre anualmente, desde o século XIX, como uma espécie de contra-dom de parte desses camponeses de *terra de santo* ao dom inaugural representado como ato de benevolência da santa, ao permitir que os autodenominados *pretos* aí permanecessem cultivando livremente após a retirada dos religiosos.

As terras pensadas e vividas pelos camponeses como de propriedade de Santa Tereza e de Santana se estendem pelos municípios de Alcântara e Bequimão tendo pertencido às Ordens do Carmo e das Mercês, respectivamente (PRADO, 2007, p. 62). No primeiro, desenvolveu-se, no início do séc. XIX, um campesinato comunal, após a desagregação da fazenda administrada pelos carmelitas. As terras foram deixadas aos cuidados de chamados *encarregados*, que passaram a liderar a gestão do uso da terra e demais recursos, assim como a guarda da santa e seus pertences, inclusive gado (MOURÃO SÁ, 2007; PRADO, 2007).

A festa de Santa Teresa, em Itamatatiua, ocorre no mês de outubro, durante três dias. A ela acorrem centenas de pessoas de São Luís, de povoados e municípios vizinhos. Além dos rituais propriamente religiosos, nos quais tocam as *caixeiros*, há forte movimentação em

torno da chamada *radiola de reggae*, tendo sido introduzido no festejo, em anos recentes, também o *tambor de crioula*⁵.

Um aspecto que sobressai na análise das informações sobre as festas de santos católicos, em Alcântara, refere-se ao caráter sistêmico das relações entre famílias de povoados distintos, e dessas com aquelas que se instalaram na cidade de São Luís sem, porém, abandonar os fundamentos de uma identidade étnica e a vinculação aos locais de origem (SILVA, F. 2005; SILVA, L. 2007; CARDOSO, 2008). Esses vínculos, unindo povoados e bairros periféricos da capital, evidenciam a plasticidade das fronteiras étnicas (BARTH, 1976, 2000) que transbordam os limites geográficos, atualizando-se também do outro lado da Baía de São Marcos, em São Luís, em locais para onde os alcantarenses se deslocam cotidianamente, em embarcações próprias. Tais fronteiras se estabelecem e se mantêm como resultado da consolidação de redes, atualizadas nas relações econômicas, de parentesco, de ajuda mútua e que correspondem a estratégias de reprodução social desses grupos.

Os laços sociais unindo famílias de um lado e de outro da baía são alimentados em várias ocasiões, sobretudo nas festas dos povoados ou da sede de Alcântara (CARDOSO, 2008; SILVA, F., 2005). Tais eventos transformam-se em fatos sociais totais, nos quais se interpenetram distintos planos da organização social (GEERTZ, 1959) – econômicos, religiosos, estéticos, jurídicos, de parentesco. São momentos de trocas ligando amplas redes de parentes, com traços de uma espécie de *potlatch*, no qual cada festeiro se esmera em superar os demais, demonstrando generosidade na oferta de alimentos, na hospitalidade

5 Informação verbal prestada por Murilo Santos, cineasta, autor de documentários sobre os quilombolas de Alcântara e acerca do trabalho de artesãos vinculados à produção da Festa do Divino no município. Ainda sobre a festa de Santa Tereza vide seu documentário em Super 8, intitulado A Festa de Santa Tereza (1977).

de, no cuidado com que trata cada detalhe das cerimônias (GOMES; CARDOSO, 2006, p. 117).

São momentos de distribuição do excedente camponês, e reforçam laços de solidariedade e reciprocidade generalizada entre famílias de distintos povoados. Além de manifestar o pertencimento étnico a um grande território, esses intercâmbios revelam a complementaridade dos recursos existentes em distintos ecossistemas, uma vez que baixas, palmeirais, praias, manguezais e rios estão distribuídos desigualmente entre os povoados. Desta forma, povoados de *beira de costa* e de *centro* (PAULA ANDRADE; SOUZA FILHO, 2006) trocam produtos e especialidades, ofícios e saberes, gentilezas e favores e, durante as festas, sobretudo alimentos.

As relações entre grupos de distintos povoados também se manifestam no aprendizado de certas habilidades fundamentais à manutenção das celebrações, como a das *caixeiras* e tocadores de *tambor de crioula*. Descendentes de festeiros da sede de Alcântara, como os promotores da festa de São Benedito, aprenderam a tocar tambor com um dos maiores tocadores da região, morador de Itamatatuiua. Uma caixeira da Ilha do Cajual, sobrinha da chamada *caixeira mor*, então residente na Agrovila Cajueiro, foi iniciada pela tia para substituí-la na festa do Divino. Apesar de residirem em locais geograficamente distantes, os laços de parentesco entre tia e sobrinha foram determinantes para a continuidade da função de *caixeira* (SANTOS, 2003). A distancia geográfica entre o povoado Cajual e a Agrovila Cajueiro esconde, à primeira vista, a proximidade estrutural entre parentes e as relações que cotidianamente estabelecem. As redes de parentesco conformam outra geografia, para além dos limites físicos entre povoados e entre estes, a sede do município e a capital do estado, mantendo-se os vínculos étnicos.

Esses vínculos são alimentados continuamente, mantendo as redes que unem os *pretos* da cidade e aqueles das localidades do in-

terior, como se percebe quando os vários grupos de *tambor de crioula* participam da festa de São Benedito na sede do município. Tais laços não foram rompidos nem mesmo após a interferência dos militares que separou povoados e famílias, estabeleceu outros limites geográficos e interrompeu tradicionais circuitos de troca.

Em momentos da Festa de São Benedito, na sede de Alcântara, quando os grupos de *tambor de crioula* percorrem a cidade, fazendo paradas nas igrejas (ou mesmo tocando e dançando dentro delas), exibem-se traços diacríticos mantidos sob certa invisibilidade no cotidiano. Esses rituais de agregação integram as famílias, extrapolam as fronteiras entre rural e urbano e juntam os participantes num plano que permite ver acionada a identidade coletiva.

Tais constatações sinalizam a necessidade de aprofundar a pesquisa sobre o conjunto das celebrações do calendário religioso desses grupos, tentando apreendê-las em sua totalidade. Por outro lado, levantam questões sobre os limites das ações de “patrimonialização” com base em instrumentos de obtenção de informações que têm como pressupostos a quantificação, a mensuração, a correspondência precisa entre rituais, lugares e pessoas.

Formas de expressão

A *performance*⁶ das *caixeiras* recebeu particular atenção, tendo sido classificada como forma de expressão, porém, a julgar pelos conceitos adotados pelo INRC, poderia ter sido inventariada como ofício e modo de fazer, já que significa uma prestação de serviços rituais. A própria dificuldade de classificação dessa atividade como ofício ou

6 O termo refere-se ao conjunto de ações executadas pelas chamadas caixeiras - toque de caixas, cânticos e evoluções realizadas por mulheres e meninas - chamadas bandeirinhas - nas festas do Divino e de Santa Tereza de Ávila, em Alcântara.

forma de expressão, indica as dificuldades colocadas pelo inventário, tal como concebido pelo órgão oficial.

As *caixeiras* tomam sua atividade como missão, por toda a vida, em devoção aos santos (BARBOSA, 2006). Tocam caixa – instrumento de percussão típico de algumas celebrações religiosas do município – cantam e executam passos típicos, acompanhadas pelas *bandeirinhas*. Tem lugar de destaque nas cerimônias, representando o papel de arautos e estando presentes em todos os momentos da celebração, tanto na Festa de Santa Tereza como na do Divino. Apresentam-se em todos os lugares onde se desenrolam as cerimônias, nas casas ou nas ruas, nos cortejos do *império*, nos cultos (missas, rezas, ladainhas), ainda que possam assumir, simbolicamente, o lugar de escravas na corte imaginada⁷.

Aqui, novamente, se apresentam dificuldades de operar com os instrumentos do INRC. Tópicos como descrição da atividade – suas etapas, metas, recursos financeiros, capital, instalações, produtos, resultados, lugares em que ocorre, dentre outras (IPHAN, 2000 p. 107-122) – denotam uma preocupação quantitativista, ao tentar “agarrar” fenômenos complexos e dinâmicos por meio de questões objetivas. É como se os pressupostos do tombamento, em suas possibilidades de avaliar, medir, quantificar bens a serem salvaguardados, não tivessem sido de todo apagados quando da tentativa de inventariar os bens chamados intangíveis.

A arbitrariedade das classificações, separando as particularidades de um mesmo fenômeno em categorias prévias – celebrações, ofícios e modos de fazer, lugares, formas de expressão – conduz à separação daquilo que deveria ser visto em sua articulação. Tal com-

⁷ Tal possibilidade de análise é sugerida por Murilo Santos, com base em suas pesquisas para elaboração de documentários.

binação de elementos, muitas vezes, pode ser determinante do fenômeno que se quer apreender.

De fato, muitos elementos dessas manifestações ou lugares podem ser descritos em sua materialidade, mas não se separam das dimensões imateriais a eles associadas. O limite do inventário reside justamente aí porque crenças, tabus, saberes ou outras variáveis intangíveis não podem ser apreendidos objetivamente pelos instrumentos disponíveis (fichas e questionários), sob o risco de simplificação, como diz Manuela Carneiro (2005, p. 20).

[...] se olharmos detalhadamente as formas de produção das coisas – estou evitando de propósito a palavra “bens” culturais – veremos quanto é difícil “patrimonializá-los” sem efeitos secundários, e, sobretudo, sem uma larga medida de simplificação, e talvez de simplismo.

Ofícios e modos de fazer

A cerâmica de Itamatatua é atividade que integra a tradição local, sendo atualmente exibida como traço da identidade coletiva e se constitui, para as mulheres que a praticam, como mais uma benção de Santa Tereza.

Pensar essa atividade para fins de inventário implica levar em consideração os componentes históricos e etnológicos da formação do grupo. Como já destacado, o controle por ex-escravos de terras pertencentes a particulares ou a ordens religiosas, deu origem ao que na literatura antropológica foi caracterizado como *terras de preto* ou *terras de santo* (ALMEIDA, 2006b; SOUZA FILHO, 2008; LINHARES, 1999; GOMES; CARDOSO, 2006). É nesse contexto de autonomia que a produção de cerâmica começa a ser realizada.

Os ex-escravos que ocuparam terras pertencentes aos religiosos, encontraram aí uma argila cujas propriedades, associadas à técnica de polimento das peças à pedra, definiram características estéticas particulares aos artefatos produzidos. A conservação dessa técnica de produção permitiu, ao longo do tempo, que essa cerâmica se diferenciasse de outras, tendo sua origem geográfica passado a funcionar como marcador cultural importante, identificada e valorizada em diferentes lugares onde é comercializada. Reconhecer determinada cerâmica de Itamatatuiua é utilizar a indicação geográfica como selo de denominação de origem, agregando valor ao produto (LAGES; BRAGA, 2005). Em outras palavras, passou-se a associar a esse produto, um território, saberes e modos de produzir (CARNEIRO DA CUNHA, 2005, p.17).

A carpintaria naval de São João de Cortes também pode ser pensada no mesmo sentido, “ligando um grupo cultural a um produto” (CARNEIRO DA CUNHA, 2005, p.17), pois o povoado é conhecido por sua especialização na construção de embarcações, destacando-se essa produção por sua importância histórica para a economia regional.

O povoado é uma das localidades mais antigas do município de Alcântara, remontando sua história ao século XVIII e se relacionando à presença da Companhia de Jesus em Alcântara. É no século XIX, porém, que a carpintaria naval se desenvolve para atender à necessidade de circulação de produtos, sobretudo agrícolas, de modo a abastecer mercados e feiras regionais. Portos em São Luís (LINHARES, 1999; SILVA L., 2007) recebiam a produção camponesa e a encaminhavam à Feira da Praia Grande (NORONHA, 2007) e a outros mercados, situados em bairros da capital.

Embarcações de grande porte, bastante conhecidas no Maranhão, como “Mensageiro da Fé” e “Mensageiro Júnior” (usadas no transporte de passageiros entre Alcântara e São Luís) e “Cítara Divi-

na” (encomendada por um cliente de Belém), representam um pequeno exemplo da fase da construção das grandes embarcações em São João de Cortes e da importante função que cumpriram no transporte intermunicipal.

A abertura de estradas e a circulação por via rodoviária de produtos oriundos da Baixada Maranhense com destino a São Luís, assim como transformações no meio urbano da capital, contribuíram para a redução da quantidade e do porte das embarcações produzidas (NORONHA, 2007). Os estaleiros de São João de Cortes continuaram, porém, a produzir modelos de pequeno e médio porte, destinados à atividade pesqueira, à circulação de produtos agrícolas, extrativistas e de pesca, conforme praticado desde o século XIX. Desta forma, o saber associado à carpintaria naval continua sendo reproduzido, respondendo a demandas regionais.

Tratar a cerâmica de Itamatatua ou a carpintaria naval de São João de Cortes como ofícios vinculados a identidades e territórios, não foi difícil, pois, nestes casos, estão claros os produtos, a matéria prima, as ferramentas, as instalações e outros elementos a serem inventariados. O mesmo não foi possível, no entanto, no tocante à extração de ostras de Samucangaua.

A extração de ostras nesse povoado, segundo a memória oral, remonta ao chamado *tempo dos antigos*, desde quando a escrava, Dona Ismêndia, fundou o povoado. Fontes históricas como a do Padre Betsendorf (1910) davam conta da exploração desse recurso alimentar já no início da colonização. Neste caso, tem-se o cruzamento entre identidade étnica, saberes, modos de fazer e produção e reprodução da biodiversidade, conforme apontado por vários autores, para áreas indígenas e camponesas (EMPERAIRE, 2005).

A relação entre cultura e diversidade biológica, no caso da extração de ostras de Samucangaua, é flagrante. A territorialização realizada pelas famílias, após a chegada da escrava Ismêndia, implicou

uma relação de exploração dos recursos ambientais disponíveis e, ao mesmo tempo, de produção de técnicas e conhecimentos (PAULA ANDRADE ; SOUZA FILHO, 2006).

O manejo da ostra é fruto de aprendizado que se realiza ao longo de gerações, resultado de refinamento do saber acumulado sobre o ciclo reprodutivo desse molusco. O saber local, como arte da localidade, (PLOEG, 2000, p. 361-362) tem permitido sua exploração para fins de consumo, há gerações. Mais de cem anos após a chegada da família da fundadora, as famílias de Samucangaua continuam a explorar e a consumir ostras porque consolidaram o conhecimento que garante a sustentabilidade desse recurso alimentar.

O calendário da extração e manejo das ostras se realiza com base em dois parâmetros importantes e combinados: a estação das chuvas (*inverno*) e o ciclo das luas. Evitam a extração no *inverno* porque, nesse período, se verifica um maior desenvolvimento dos moluscos, sendo justamente esse cuidado que assegura a sustentabilidade da extração e manejo no decorrer dos anos. Embora possa ser realizada todos os dias, ao longo dos meses de seca, a extração é praticada, preferencialmente, no ciclo da lua cheia. Assim, ostras avaliadas como menores, em um ciclo, poderão ser extraídas lua cheia do mês seguinte.

A dificuldade em classificar essa atividade no âmbito das categorias propostas pelo INRC é que, neste caso, não se trata da produção de objetos, como no caso da cerâmica ou da carpintaria. Não há ferramentas, matéria prima, instalações, não é possível traçar a planta baixa do local de trabalho, já que ele se realiza em vários pontos do igarapé que circunda o povoado.

Não é meio de vida, embora seja um meio de produzir a vida, tanto no âmbito da reprodução material das famílias quanto naquele da produção da natureza e da biodiversidade. Sua continuidade só é possível pelo acúmulo de um saber, de um modo de tratar a natureza

que corre sério risco de desaparecer, diante das ameaças que se abatem sobre esse território.

Outro ofício e modo de fazer que também apresenta dificuldades, quando tratado no âmbito da metodologia do INRC, é a *reza* para espantar as pragas da lavoura, observada em Mamuna, e que pode ser conceituada, também, como um rito oral religioso, praticado por *rezadeiras* ou *rezadores*.

Essa atividade ocorre em certos momentos do calendário agrícola, quando insetos e outras chamadas *pragas* atacam as plantações, podendo destruir o trabalho familiar de todo um ano. Trata-se de um saber detido por um ou outro membro do grupo, mantido sob segredo por gerações sucessivas. Neste caso, a entrevistada se negou a declamar as orações, dando a entender que se tratava de segredo e de um patrimônio que não se dispunha a ceder a ninguém exceto a seus filhos.

Esta dificuldade permite refletir sobre o que Carneiro da Cunha (2005, p. 21-22) aponta como problemas relativos à “coletivização da cultura”. Há situações, como esta, em que o saber, visto do interior desses grupos, não é considerado como pertencendo a todos, mas é prerrogativa de alguns de seus integrantes. Neste caso, as dificuldades de preenchimento das fichas e questionários tornam-se muito evidentes e o próprio fato de insistir para que os entrevistados declamem suas fórmulas mágicas implicaria num deslize imperdoável para um etnógrafo.

O reconhecimento oficial tende a valorizar a dimensão coletiva daquilo que é considerado representativo e que pode ser alvo de registro. No entanto, certas particularidades culturais – que dependem de determinados indivíduos – não podem ser compreendidas como integrando um todo indiferenciado. Em muitos casos a reprodução dessa capacidade/habilidade está cercada de tabus ou segredos que não podem ser partilhados coletivamente.

Lugares

As dificuldades de operar com os instrumentos do INRC se mostraram mais flagrantes no tratamento do que é conceituado, no âmbito dessa metologia, como lugares.

Os locais escolhidos para fins de pesquisa, como o chamado *paredão*, a Pedra Santa, o Igarapé do Encantado ou a Pedra de Itacolomy, embora não sejam espaços apropriados para práticas de qualquer natureza, estão diretamente relacionados ao sistema de crenças desses grupos. Apesar de não abrigarem nenhuma atividade cotidiana ou excepcional, podem ser reconhecidos por todos os integrantes desses grupos como locais onde habitam os chamados *encantados*⁸, que também aparecem nas suas narrativas como guardiões da natureza.

Pode-se afirmar que tais elementos naturais (rochas e cursos d'água) ocupam lugar de centralidade na cultura local e que seus atributos se fazem presentes nas narrativas e representações religiosas, o que estaria conforme as conceituações do INRC (IPHAN, 2000, p. 32). São locais densos de sentido para esses grupos, não sendo simples, porém, enquadrá-los com base nas categorias oficiais como lugares que merecem ser salvaguardados para esses grupos. No caso da Pedra de Itacolomy, apesar de todos esses atributos, torna-se ainda mais complexo pensá-la como lugar, nos termos oficiais, pois se situa no

8 A alusão a entidades sobrenaturais denominadas encantados, aparece em outras situações em Alcântara, como aquela estudada por Ana Tereza Ferreira Rocha (2006) sobre o remanejamento compulsório de famílias para a agrovila Peptal para fins de implantação do Centro de Lançamento de Alcântara. Nesse caso, segundo as famílias, a destruição da cobertura vegetal por parte dos militares para construção das agrovilas representou uma violação da morada dos encantados, que passaram a assombrar as famílias instaladas compulsoriamente nesses espaços. Ainda sobre a presença dos chamados encantados nessa região da Baixada Ocidental Maranhense, ver Laís Mourão Sá, "Sobre a classificação das entidades sobrenaturais" (1974).

meio da Baía de Cumã, podendo ser avistada de vários povoados. Como os demais, possui significado diferenciado para os quilombolas de Alcântara envolvendo crenças compartilhadas não apenas por esses grupos, mas pelas comunidades de terreiros de mina (FERRETTI, M. 1994, 2000; FERRETTI, S. 1995,1996), na capital e em outras partes do Maranhão.

O chamado *paredão* são restos de paredes de pedras, muito largas, onde se encontram também pedaços de ferro e engrenagens. Tais ruínas, vestígios de estruturas de engenhos, do auge da economia agroexportadora alcantareense, no séc. XIX, foram ressignificadas pelos atuais *quilombolas* como traços diacríticos de sua identidade étnica (ALMEIDA, 2006a, p.61).

Tal ressignificação serve para pensar a antiga e problemática dicotomia entre patrimônio material e imaterial. O conjunto arquitetônico de características coloniais da sede de Alcântara, já tombado pelo IPHAN, foi edificado graças ao poder econômico da aristocracia agrária, detentora de inúmeros engenhos e fazendas com expressivo número de escravos. Muitas dessas edificações, no interior do município, como os engenhos Gerijó e Camarajó, importantes por seu papel na história econômica do Maranhão, poderiam ser alvo de tombamento. O seu abandono, no entanto, como outros, igualmente importantes, não permitiu que fossem perpetuados como símbolos nem da elite agrária do período, nem de uma época de apogeu econômico que situava Alcântara como a principal cidade do Maranhão.

O que se verificou foi uma reapropriação das ruínas dessas antigas unidades pelos descendentes de escravos, levando o que era símbolo do poder da aristocracia a ser visto como morada de *encantados*. Neste caso, a ressignificação subverteu o valor dessas edificações como possíveis monumentos históricos de pedra e cal, introduzindo outro sentido: o da valorização do sistema de crenças do grupo, de

seu universo simbólico como patrimônio imaterial e, sobretudo, do significado dessas ruínas como marcador de sua identidade.

Também no Igarapé do Encantado, em Mamuna, assim nominado pelos *quilombolas* em função da crença de que seja habitado por seres reconhecidos como *donos do lugar*, se manifestaria a chamada *encantaria*⁹. Ali, segundo as narrativas, a água é cristalina e abundam os peixes, mas é impossível pescá-los, a menos que o pescador seja um *pajé* ou uma *pajoa* e tenha poderes para se comunicar com entes sobrenaturais. Tais lugares são descritos, também, como possuindo casas e palácios não visíveis aos humanos comuns e somente àqueles detentores de capacidades especiais.

Aparece também nas narrativas, a existência de um local, no meio da baía de São Marcos, entre Alcântara e São Luís, que seria igualmente um lugar de morada de encantados. Situa-se em uma das partes em que as águas são mais revoltas e onde as ondas se elevam a alguns metros nos meses de *verão*, sendo chamado de Cerca de Alcântara. Embora não tenha sido objeto de inventário, serve para pensar as dificuldades de operar com os conceitos estabelecidos pela metodologia do INRC.

A Pedra de Itacolomy não é pensada como pertencendo a nenhum povoado, ou melhor, no nível simbólico pertence a todos,

9 Segundo Mundicarmo Ferretti (2004, p. 3) existem alguns lugares de Alcântara controlados por encantados: Dom José Floriano controlaria a chamada Cerca de Alcântara; o Rei da Bandeira (João da Mata ou Rei da Boa Esperança) e Princesa Doralice estariam encantados na Pedra de Itacolomy. Barão de Guaré, Dom Manuel, José Raimundo (Camaroeiro) e Menino Louro seriam encantados que, para os adeptos dos terreiros de mina, também controlariam a região de Alcântara. Acerca da expropriação desses grupos e seu assentamento compulsório nas agrovilas, a mesma autora diz: “Como aquela população poderia levar para o seu novo local [as agrovilas] o cemitério onde estão os restos mortais de seus antepassados e transportar para lá encantarias tão preciosas para ela? Será que na nova localidade a população removida poderia sentir a proteção espiritual que sentia no seu local de origem?” (FERRETTI, M., 2004, p.1-2).

embora não se situe em nenhum em particular. O caso da *Cerca de Alcântara* é mais complexo, pois não existe nenhum marco natural a indicar sua localização, ainda que seja apontada como existindo em certo ponto da Baía de São Marcos, entre São Luís e aquela cidade.

Tais situações indicam os limites do conceito de lugar, adotado pelo órgão oficial como espaço de atividades, com existência física, edificações, referido a uma materialidade. Seria justamente neste item do inventário, segundo o Manual do INRC, que se encontrariam arquitetura e antropologia (IPHAN, 2000, p. 32), mas talvez seja este um dos pontos que permita perceber justamente o contrário – a tentativa de colonização da antropologia pela arquitetura. Talvez, aqui, se perceba a força da ideologia “pedra e cal”, da qual instituição tenta, há tempo, se livrar.

A persistência do material nas políticas de patrimônio imaterial

O inventário tomado para análise neste texto, não foi “exaustivo”, como preceitua o Iphan (2000, p. 28). Pode ser visto como trabalho que pretendeu sensibilizar o órgão oficial para a necessidade de aprofundamento de estudos com vistas à identificação do patrimônio imaterial de Alcântara. O trabalho permitiu, também, refletir sobre os limites da metodologia do INRC e discutir alguns pressupostos que a orientam.

Essa discussão serve, ainda, para refletir sobre como a antropologia e o conceito de cultura passaram a nortear o trabalho do órgão sobre patrimônio imaterial. Vale destacar que essa questão não é nova, já que as discussões derivadas da institucionalização do conceito de cultura pelo IPHAN foram realizadas desde a edição do Decreto 3551/2000 (BRASIL, 2000) e as primeiras experiências de registro. Vá-

rios autores vieram refletindo sobre diferentes questões relativas ao patrimônio imaterial (OLIVEN, 2003; FONSECA, 2005, CARNEIRO DA CUNHA, 2005; LIMA FILHO, 2009; CORRÊA, 2007) e seus desdobramentos nas políticas oficiais.

Ao situar os problemas atinentes ao uso do conceito de cultura nas iniciativas oficiais voltadas ao patrimônio imaterial, antropólogos põem em debate questões relativas não só ao Decreto N° 3.551/2000, mas também aos instrumentos do INRC, como Manuel Lima Filho (2009, p. 625). “Ao se utilizar do conceito antropológico de cultura, o tiro da metodologia do INRC pode sair pela culatra ao se mostrar limitante da profundidade simbólica, identitária e cultural que os inventários podem revelar”.

Além dos problemas derivados da relação entre cultura e patrimônio imaterial, a formulação dos instrumentos de obtenção de informações parece ter sido vítima do peso simbólico, histórico e político da categoria “patrimônio”. Usada para caracterizar, por sua “excepcionalidade”, bens de natureza material, a ela foi agregado o adjetivo imaterial ou intangível, como se ambas fossem simétricas e/ou homólogas.

As marcas do patrimônio material presentes nas nuances de objetividade ou mesmo de quantificação dos instrumentos de identificação do patrimônio intangível, não representam somente a dificuldade de assegurar uma feição própria a estes últimos. Significam também, pelo poder simbólico que o material possui, um tipo de colonização do imaterial que a política institucional não conseguiu ainda resolver.

Outro aspecto que demonstra a dificuldade de operar com os instrumentos preconizados pelo INRC diz respeito ao fundamento de cada uma dessas categorias – material e imaterial.

Conservar o patrimônio material é, sobretudo, conservar objetos produzidos. Mas o “imaterial” não consiste em objetos mas

sim na virtualidade de objetos, sua concepção, seu plano, o saber sobre eles. Conservar virtualidades, ou seja, o imaterial, é conservar processos. A ênfase, no primeiro caso, é o produto, no segundo, é sobre o processo de produção (CARNEIRO DA CUNHA, 2005, p. 19).

Os instrumentos disponíveis para o registro dessas virtualidades subvertem o papel a que estavam destinados, ou seja, em vez de apreender os processos, tentam transformá-los em produtos. Nesse caso, os elementos da necessária objetividade, presentes na caracterização do patrimônio material, influenciam os pressupostos que orientam a realização do inventário dos patrimônios intangíveis.

As situações trabalhadas em Alcântara permitem ver os problemas relacionados à separação arbitrária entre material e imaterial. A caracterização do patrimônio imaterial dos quilombolas, nesse caso, depende e está relacionado à sua base material. Ambos fazem parte do mesmo e inclusivo fenômeno.

Uma das constatações mais imediatas, quando da realização do trabalho, foi que a não existência de conhecimento antropológico acumulado – etnografias, laudos periciais e outros estudos sobre as localidades escolhidas para inventário – levaria a resultados limitados ou, na pior das hipóteses, a dados equivocados. A importância do conhecimento prévio à realização de trabalhos sobre patrimônio imaterial de determinada localidade tem sido demonstrada, também, por outras experiências (ANDRELLO, 2005; GALLOIS, 2005).

Outra questão relevante, acerca da metodologia sugerida pelo órgão oficial para esse tipo de levantamento, refere-se à diminuição da importância da observação direta das situações e eventos escolhidos para inventário. Ainda que o Manual do INRC afirme não ser necessária a coincidência entre o tempo do inventário e o do calendário das celebrações (IPHAN, 2000, p.79), consideramos metodologica-

mente insuficiente obter informações sobre festejos populares apenas por meio de entrevistas.

Se a antropologia é acionada pelo IPHAN como disciplina que pode contribuir ao entendimento de aspectos relacionados ao patrimônio imaterial, minimizar a utilização de um instrumento fundante da disciplina, soa como incoerência metodológica.

Evidentemente, pode-se obter boas descrições sobre festas entrevistando pessoas com destacado papel nas celebrações, porém orientar a pesquisa somente pelo roteiro indicado em fichas e questionários, ainda que possível, compromete a qualidade das informações. Neste caso, a observação direta e participante nos eventos, no momento mesmo de sua ocorrência, torna-se indispensável à apreensão de detalhes da dinâmica e da complexidade das manifestações culturais focalizadas.

Outro aspecto que concorre para ratificar a limitação dos instrumentos de registro de informações, é a orientação relativa a quem entrevistar. O Manual opera com a idéia de “executante exemplar”, pois, segundo as orientações, o foco seria a celebração, não havendo necessidade de entrevistar muitos sujeitos envolvidos em cada manifestação. Esta orientação é problemática, porque, nos casos inventariados, há diferentes artesãos, *caixeiras*, grupos de *tambor de crioula*, guias de cerimônias, existindo entre eles disputas, distintos pontos de vista, vários modos de confeccionar o mesmo artefato, realizar a mesma dança ou tocar o mesmo instrumento.

Ao eleger um “executante exemplar”, se estaria operando com a possibilidade de consenso sobre quem seria mais qualificado a se pronunciar sobre determinada matéria. Apagar-se-iam disputas, pontos de vista divergentes, que também interferem na caracterização de determinada celebração e igualmente a integram.

Embora haja certa homogeneidade na maneira de construir os chamados altares do Divino, por exemplo, as técnicas e materiais

utilizados variam e os resultados podem também ser distintos. Há pontos de vista pessoais como, por exemplo, o fato de as atuais *caixeiros* do Divino preferirem caixas confeccionadas em latão e não em madeira, pois, segundo elas, são mais leves¹⁰. Há disputas em jogo, contradições, que integram o “campo da celebração”, por assim dizer. Como apreender tal dinâmica por meio de questionários e fichas, trabalhando com a idéia de “executante exemplar”?

Nos casos pesquisados, determinados ofícios e modos de fazer só existem no âmbito dessas celebrações, não sendo pensados e nem vividos fora delas. Pensar ofícios como meio de vida (IPHAN, 2000, p.135-150) mostrou-se extremamente limitante.

Outro aspecto a ser destacado, ainda com relação às festas, é o fato de os formulários aludirem a danças a elas associadas. Certos movimentos realizados pelas *caixeiros* e *bandeirinhas*, poderiam ser pensados como danças? Que categoria seria mais apropriada para pensar essa forma de expressão, que só existente no âmbito de cerimônias religiosas e que envolvem música, cânticos e movimentos corporais?

Mais um limite se apresenta quando se trata de transmissão de saberes, em que o ofício ou modo de fazer implica em segredos, tabus, hierarquias internas a esses grupos, sendo outro aspecto a ser considerado e já ressaltado por outros pesquisadores (LIMA, E., 2005). Como patrimonializá-los como bens coletivos se a capacidade de comunicação e/ou relação com entes sobrenaturais é detida por determinados membros do grupo que reivindicam para si essa capacidade específica?

O segredo, os tabus, as regras de uso ou as interdições dizem respeito, ainda, a lugares recobertos de significado religioso, nem

10 Informação verbal de Murilo Santos e Adriana Tobias obtida em suas pesquisas junto a artesãos que confeccionam altares e caixas do Divino, em Alcântara.

pensados e nem vividos como locais de visitação. Não são lugares públicos, acessíveis a todos indistintamente, sendo entendidos como de acesso restrito àqueles que, em função de suas capacidades especiais, podem freqüentá-los sem problemas.

Há limites para inscrever esses lugares nos formulários citados e, em relação a um possível registro, em que condições isto seria possível? Por outro lado, na medida em que os grupos em questão são alcançados por instituições da sociedade envolvente, como é o caso do território quilombola de Alcântara, requisitado para implantação de um projeto supostamente de interesse nacional, como o Estado poderia reconhecer e salvaguardar tais locais enquanto patrimônio imaterial dos quilombolas?

Essas questões fazem pensar que a atual valorização do patrimônio intangível de grupos como os *quilombolas* ainda se assenta sobre um dilema institucional que tem a ver com o peso do passado em relação à política patrimonial brasileira. Se, outrora, o *tombamento* era a categoria central dessa política, o *registro* foi introduzido como seu homólogo, numa tentativa de equilibrar as duas vertentes.

Ainda que o Decreto Nº 3551/2000 (BRASIL, 2000) e a metodologia do INRC tenham sido pensados para reverter esse desequilíbrio histórico, conferindo ao patrimônio imaterial *status* e peso simbólico correspondente ao material, perduram limites e problemas, como já apontou Lima Filho (2009) impedindo o estabelecimento da ruptura almejada. Para levá-la às últimas consequências, seria necessário aprofundar a reflexão sobre experiências de inventário e, sobretudo, problematizar os recursos metodológicos mobilizados nos estudos para dar conta desse desafio.

Bibliografia

A FESTA DE SANTA TERESA. Direção de Murilo Santos. São Luís, c1977, 1 Filme super 8.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Os quilombos e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico*. Brasília: MMA, Vol. 01 e 02, 2006a.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio - uso comum e conflito. In: ALMEIDA, Alfredo W.B. de. *Terras Tradicionalmente Ocupadas*. Manaus: UFAM, 2006b. p. 101-132.

ANDRÉS, Luis Phelipe de Carvalho Castro. Rerratificação da área de tombamento do conjunto arquitetônico de Alcântara no Maranhão. Processo Nº 390 – T – 48, 2 Vol. São Luís: IPHAN, 2002.

ANDRELLO, Geraldo Luciano. Nossa história está escrita nas pedras: conversando sobre patrimônio cultural com os índios do Uaupés. In: In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.) *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, Nº 32, p. 185-207. 2005.

BARBOSA, Marise. *Umas mulheres que dão no couro - as caixeiras do Divino no Maranhão*. São Paulo: Petrobrás, 2006.

BARTH, Fredrick. *Los grupos Étnicos y sus Fronteras*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

BARTH, Fredrick. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. LASK, Tomke (Org.) Tradução de John Cunha Comerford, Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BETENDORF, João Felipe. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000*. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, 2000.

Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm> Acesso em: 20 fev. 2012.

CARDOSO, Maria Suely Dias. Só Vivo da Pesca: estratégias de reprodução de famílias camponesas no meio urbano – entre Alcântara e São Luís. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) PPGC-Soc/UFMA, São Luís, 2008.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Introdução. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.) *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, Nº 32, p. 15-27. 2005.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. Novos patrimônios e novos museus: vocação museológica dos tombamentos etnográficos. In: *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, Vol. 4, Nº 7, p. 77-97, jan./jun. 2007.

DCTA RECEBE VISITA de comitiva da Câmara dos Deputados. DCTA – Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, 17 dez. 2010. Disponível em : [HTTP://www.cta.br/leiamais.phd?id=223](http://www.cta.br/leiamais.phd?id=223). Acesso em 21 dez. 2011.

EMPERAIRE, Laure. A biodiversidade agrícola na Amazônia brasileira: recurso e patrimônio. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, Nº 32, p. 31-43. 2005.

FERRETTI, Mundicarmo. *Desceu na Guma: o Caboclo no Tambor de Mina*. São Luís: EDUFMA, 2000.

FERRETTI, Mundicarmo. *Terra de Caboclo*. São Luís: SECMA, 1994.

FERRETTI, Mundicarmo. Lugares sagrados e encantarias maranhenses. Simpósio: *Territórios étnicos e conflitos na Base de Lançamento de Alcântara*, 56ª Reunião Anual da SBPC, UFMT, 2004. Disponível em: <[http // : www.sbpnet.org.br](http://www.sbpnet.org.br)>. Acesso em 17 de fev. 2012.

FERRETTI, Sérgio. *Repensando o sincretismo*. São Paulo/São Luís: EDUSP/EDUFMA, 1995.

FERRETTI, Sérgio. *Querebentã de Zomadônu*. São Luís, EDUFMA, 1996.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.) *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Nº 24. Brasília: Cidadania, 1996, p. 153-163.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MinC/IPHAN, 2005.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Os Wajãpi em frente da sua cultura. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, Nº 32, p. 110-129. 2005.

GEERTZ, Clifford. Form and variation in Balinese village structure. In: *American Anthropologist*, Vol. 61, Issue 6, Dec. 1959. p. 991-1012

GOMES, Antonio Marcos; CARDOSO, Maria Suely D. Apropriação e manejo de recursos naturais em Santana de Caboclos, terra de santíssimo. In: Paula Andrade, M. e SOUZA FILHO, B. (Orgs) *Fome de Farinha – deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara*. São Luís: EDUFMA, 2006, p. 113-144.

IPHAN. *Inventário Nacional de Referências Culturais*: manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

LAGES, Vinicius e BRAGA, Cristiano. A origem geográfica como patrimônio – implicações para políticas públicas e desenvolvimento de negócios. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.) *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, Nº 32, p. 95-107. 2005.

LIMA, E. C. . Kampu, kampo, kambô. O uso do sapo-verde entre os Katukina. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, Nº 32, p. 254-267. 2005.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Da matéria ao Sujeito: inquietação patrimonial brasileira. In: *Revista de Antropologia da USP*, Vol. 52. Nº 2, São Paul:USP, 2009. p. 605-632.

LINHARES, Luis Fernando do Rosário. Terra de preto, terra de santíssima. Da desagregação dos engenhos à formação do campesinato e suas novas frentes de luta.1999 Dissertação (Mestrado em Políticas públicas) PPGPP/UFMA, São Luís, 1999.

MONTELLO, Josué. *Noite sobre Alcântara*, 2ª Ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

NORONHA, Raquel. No Coração da Praia Grande - representações sobre a noção de patrimônio na Feira da Praia Grande, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), PPGCSoc/UFMA, São Luís, 2007.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Uma etnologia dos ‘índios misturados’: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: *A viagem de volta – etnicidade, política e re-elaboração cul-*

tural do Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999, pp. 11-40.

OLIVEN, Ruben. Patrimônio intangível: considerações iniciais. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.) *Memória e patrimônio – ensaios contemporâneos*, Rio de Janeiro: DP&E, 2003.

PAULA ANDRADE, Maristela e SOUZA FILHO, Benedito. *Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara*. São Luís: EDUFMA, 2006.

PAULA ANDRADE, Maristela e SOUZA FILHO, Benedito A base de Lançamento e seus impactos sobre as populações tradicionais de Alcântara. In: CARNEIRO, Marcelo Sampaio e COSTA, Wagner Cabral da (Orgs.) *A terceira margem do rio – ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio*. São Luís: EDUFMA, 2010, pp. 57-83.

PLOEG, Jan D. Van der – Sistemas de conocimiento, metáfora y campo de interacción: el caso del cultivo de la patata en el altiplano peruano. IN: VIOLA, Andreu (Comp.) *Antropología del Desarrollo – Teorías y estudios etnográficos en América Latina*. Barcelona: Paidós, 2000, p. 361-383.

PRADO, Regina – *Todo Ano Tem* – as festas na estrutura social camponesa. São Luís: EDUFMA, 2007.

RAMASSOTE, Rodrigo Martins. Notas obre o registro do tambor de crioula: da pesquisa à salvaguarda. In: Revista Pós Ciências Sociais, PPGCSoc/UFMA, V. 4, N° 7, 2007, p. 99- 120.

ROCHA, Ana Tereza Ferreira. A Festa Inacabada A implantação do Centro de Lançamento de Alcântara e a constituída de sujeitos liminares. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) PPGCSoc/UFMA, São Luís, 2006.

SANTOS, Murilo. Terras de Quilombo – uma dívida histórica. São Luís: ABA, 2003. 1DVD.

SILVA, Flávio Pereira. A comunidade dos pretos de Castelo. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) PPGCSoc/UFMA, 2005.

SILVA, Lindimberge da Luz. Quilombos entre Alcântara e São Luís. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) UFMA, São Luís, 2007.

SOUZA FILHO, Benedito. Ovo Briga com Pedra: a luta como pedagogia dos quilombolas de Alcântara. In: NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do (Org.) *Versos e Reversos da Educação: das políticas às pedagogias alternativas*. Goiás: Editora da PUC, 2010, pp. 111- 128.

SOUZA FILHO, Benedito. *Bom Sucesso: terra de preto, terra de santo, terra comum*. São Luís:EDUFMA, 2008.

SOUZA FILHO, Benedito;PAULA ANDRADE, Maristela de. Inventário Nacional de Referências Culturais do Município de Alcântara (2ª fase). São Luís: IPHAN, 2009

SÁ, Laís Mourão. *O Pão da Terra – propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental maranhense*. São Luís: EDUFMA, 2007.

SÁ, Laís Mourão. Sobre a classificação das entidades sobrenaturais. In: *Pesquisa Polidisciplinar – Prelazia de Pinheiro. Aspectos Antropológicos*. São Luís: IPEI-CENPLA, 1974. v. 3.

Sobre este Livro

Formato 21 X 14

Foi composto nas tipologias palatino 10 para texto
e papyrus 12 para títulos.

